

Maria Helena Barbosa Pinto

A Vereação Municipal do Porto em 1545

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
2001

Dissertação de Mestrado em História
Medieval apresentada à Faculdade de
Letras da Universidade do Porto

Índice

▪ Introdução	4
▪ Capítulo I	6
▪ Funcionamento da Vereação	7
1. Oficiais da vereação	7
1.1 As Eleições	8
1.2 Vereadores	11
1.3 Procurador	12
1.4 Escrivão	17
1.5 Tesoureiro	17
2. Oficiais com outras actuações na vereação	19
2.1 Juiz de fora	19
2.2 Procuradores dos mesteres	22
2.2.1 Letrado da câmara	25
2.3 Almotacés	27
2.4 Porteiro da câmara	32
3. Frequência das reuniões camarárias	32
4. Absentismo	40
5. A jurisdição sobre o termo da cidade	52
5.1 Ouvidores	52
5.2 Meirinhos	54
▪ Capítulo II	56
▪ Aspectos Económicos	57
1. Abastecimento da cidade	57
1.1 Cereais	58
1.2 Vinho	63
1.3 Carne	64

1.4 Peixe	67
1.5 Sal	72
1.6 Frutas	72
2. Regulamentação das actividades económicas	75
2.1 Tabelamento dos preços	76
2.2 Marcação de produtos e controlo de qualidade	77
2.3 Alguns ofícios urbanos	78
2.3.1 Sapateiros	79
2.3.2 Tanoeiros	80
2.3.3 Barbeiros	81
2.3.4 Alfaiates	82
 ▪ Capítulo III	 83
▪ As Finanças Municipais	84
1. Receitas	84
1.1 A propriedade municipal	85
1.1.1 As habitações	85
1.1.2 Os aloques ou buracos	87
1.1.3 As boticas	87
1.1.4 Os fornos	88
 ▪ Capítulo IV	 89
▪ Outros Aspectos da Vida Quotidiana	90
1. A saúde pública e a assistência	90
1.1 Precauções contra a peste	90
1.2 Expostos ou engeitados	92
1.3 Mamposteiros dos cativos	93
2. Segurança	95
2.1 Alcaide – mor	95

2.2 Alcaide – pequeno	97
2.3 Quadrilheiros	97
▪ Conclusão	99
▪ Apêndices	101
▪ Fontes e Bibliografia	131
1. Fontes	132
1.1 Fontes Impressas	132
1.2 Fontes Manuscritas	134
2. Bibliografia	135
2.1 Obras auxiliares de metodologia	135
2.2 Estudos	136

Introdução

Insere-se a presente dissertação de mestrado num projecto de investigação iniciado e sugerido pelo Professor Doutor Humberto Baquero Moreno, com o objectivo de conhecer melhor a cidade do Porto e o seu termo no último quartel do século XV e primeiro do século XVI, utilizando como documentos os livros de vereação depositados no Arquivo Histórico Municipal do Porto.

O livro nº 15 que me foi atribuído corresponde ao período de tempo compreendido entre Março de 1545 e Fevereiro de 1546, num total de 233 fólios, alguns dos quais se encontram em branco. No último fólio encontramos registado a seguinte anotação: “*Tem este livro trezentas e trinta e duas folhas*”, seguindo-se a data de 1867, possivelmente referindo-se ao momento de reorganização dos documentos. Trata-se de um livro com vários fólios em branco, com uma tinta bastante clara e alguma deterioração do papel, o que obrigou a um esforço de leitura superior e por vezes até infrutífero¹.

Apesar de estarmos apenas perante um ano de vereação, não podemos deixar de referir a diversidade dos assuntos surgidos e tratados nas reuniões da edilidade portuense.

Assim procuramos traçar um fio condutor que se concretizou em quatro capítulos, por forma a não nos perdermos com tal multiplicidade de temas abordados. Não só investigámos o funcionamento da vereação e dos seus oficiais, a intervenção cada vez maior dos oficiais de nomeação régia – juiz de fora e corregedor – nas reuniões camarárias, mas também nos debruçámos sobre a vida económica da cidade, sobre as suas fontes de

¹ Sempre que não nos foi possível ler com exactidão algum nome ou localidade, preferimos identificá-lo como ilegível.

receita concelhia, sobre a preocupação com os engeitados e finalmente sobre a segurança das ruas da cidade e dos julgados do termo.

Cumpre-me por fim agradecer ao Professor Doutor Humberto Baquero Moreno a possibilidade de ter participado neste projecto. Agradecer –lhe também a sua valiosa orientação metodológica e científica, as ideias, sugestões e motivação inculcada em todos os momentos de investigação. Aos meus colegas de mestrado, pelas sugestões e convívio salutar. À minha família pelo apoio e total disponibilidade que me permitiu realizar este trabalho.

CAPÍTULO I

O Funcionamento da Vereação

Ao longo dos séculos XIV e XV, certos sectores económicos desenvolvem-se, nomeadamente o do comércio interno e externo, dando por isso, poderes a uma burguesia local. A quebra demográfica verificada em Trezentos, devido à peste, provoca um aumento da marginalidade, da falta de mão-de-obra, do abandono dos campos. Justifica-se assim uma intervenção do poder real quer nos meios rurais, dinamizando a agricultura, quer nos meios urbanos, supervisionando a justiça municipal e alterando a organização administrativa, utilizando para isso funcionários régios - meirinhos¹, designados por D. Afonso III, para visitarem certos distritos e intervirem nas questões de justiça e administração², e corregedores. As funções destes foram sendo cada vez mais ampliadas como se verifica nas Ordenações Afonsinas, Manuelinas, no Regimento dos Corregedores de 1524 e Ordenações Filipinas. Inspeccionam a justiça e a vereação inteiram-se dos problemas locais dando-os a conhecer ao monarca.³

1. Oficiais da Vereação

O funcionamento da vereação do Porto era idêntico a outros municípios do reino – Ponte de Lima, Guimarães, Coimbra, Lisboa ⁴-. Reuniam

¹ COELHO, Maria Helena da Cruz, MAGALHÃES, Joaquim Romero de Magalhães de – *O Poder Concelhio das Origens às Cortes Constituintes*, Coimbra, CEFA, 1986, pp. 9-10.

² CAETANO, Marcello – *A Administração Municipal de Lisboa durante a 1ª Dinastia (1179-1383)*. Lisboa, Academia Portuguesa da História, pp. 67-75.

³ COELHO, Maria Helena da Cruz, MAGALHÃES, Joaquim Romero de Magalhães de – *O Poder Concelhio das Origens às Cortes Constituintes*, Coimbra, CEFA, 1986, p. 11.

⁴Vid. RODRIGUES, Maria Teresa Campos, - *Aspectos da Administração Municipal de Lisboa no Século XV* (Sep. da “Revista Municipal”, nºs 101-109), Lisboa, s/d, pp. 37-67; LOUREIRO, J. Pinto – *Administração Coimbrã no Século XVI*. Coimbra, Ed, Biblioteca Municipal, 1942, pp. 9-

normalmente duas vezes por semana para decidirem, ouvirem petições aplicarem coimas sobre assuntos de interesse concelhio.

Faziam parte desta assembleia municipal por nós estudada, quatro vereadores, o procurador da cidade, o letrado da câmara, o tesoureiro, o escrivão. Não encontramos juizes ordinários e cíveis⁵.

A centralização do poder real embora remontando ao tempo de D. Dinis, só é levada a cabo por D. Manuel manifestando-se entre outros aspectos na nomeação de juizes de fora para várias cidades do reino, não deixando, no entanto, de coexistirem com os juizes ordinários.

Esta situação verifica-se sobretudo quando os primeiros faltam às reuniões e o vereador mais velho é nomeado juiz na sua ausência. Durante este ano em estudo encontramos os dois vereadores mais velhos – Manuel Branco e Pedro de Andrade – que na ausência do juiz de fora acumulam os cargos de vereadores e juizes.

A substituição de um juiz de fora pelos dois juizes ordinários provocou algumas reacções, nem sempre pacíficas, justificadas pelos procuradores dos concelhos nas despesas em ordenados pagos pelos municípios a estes oficiais e pela limitação da liberdade e autonomia dos concelhos.⁶

1.1 - As Eleições

Esta centralização de D. Manuel fez depender a eleição de cidadãos para cargos de governação, cada vez mais do rei e dos funcionários por ele

63; BRAGA, Alberto Vieira – *Administração Seiscentista do Município Vimaranesse*. Guimarães, C.M.G., 1953. Pp. 39-50; ANDRADE, Amélia Aguiar – *Composição Social e Gestão Municipal: O Exemplo de Ponte de Lima na Baixa Idade Média*, “Ler História”, nº 10, Lisboa, Ed. Salamandra, 1987, pp.3-13

⁵ Desconhecemos a ausência deste juizes.

nomeados. É que tais cargos como os de vereadores, procurador e almotacés conferiam honra e prestígio e eram monopolizados pelas mais importantes famílias da cidade, falando-se assim de oligarquia urbana.⁷ Além de um elevado poder económico, estes homens tinham de ter mais de vinte e cinco anos e eram quase sempre filhos e netos de cidadãos que já tinham exercido ofícios na administração concelhia. Procurador e vereadores deveriam possuir conhecimentos económicos, financeiros e judiciais, sem necessariamente serem especializados nestes assuntos.⁸

O processo de eleição sofre modificações com D. Manuel. Em 1500 o monarca manda que a cidade lhe envie as pautas de eleição as quais serão posteriormente confirmadas por ele.⁹ Em 1518 há uma repetição da ordem¹⁰. Contudo só em 1522 podemos afirmar que há um cumprimento dessa ordem. D. João III escreve à cidade referindo ter visto as pautas de eleição indicando quais os oficiais por ele designados para o ano em questão.¹¹ A partir daqui a eleição dos oficiais concelhios passa a fazer-se por triénios.¹²

Em 1533, o processo eleitoral do Porto sofre novas alterações. Os mais honrados do concelho indicavam o nome dos mais capazes para o desempenho de cada um dos ofícios – vereadores, procurador, tesoureiro, escrivão. Depois de se elaborarem róis e utilizando o sistema de favas brancas e pretas procedia-se a uma votação secreta.

Passavam apenas para a pauta de eleição definitiva os que, no mínimo, tivessem o mesmo número de favas brancas e pretas ou com mais favas brancas. Esta pauta era entregue ao corregedor que a levaria ao rei, o qual

⁶ HESPANHA, António Manuel – *História das Instituições. Épocas Medieval e Moderna*. Coimbra; Liv. Almedina, 1982, pp. 274-432.

⁷ MORENO, Humberto Baquero – *As Oligarquias Urbanas e as Primeiras Burguesias em Portugal*; “Revista da Faculdade de Letras – História”, II Série, Vol. XI, Porto, 1994, pp.117-121.

⁸ SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto e o seu Termo (1580-1640). Os Homens, as Instituições e o Poder*, Vol. II, Porto, Arquivo Histórico / C.M.P., 1988, pp.428-439.

⁹ A. H.M.P. , *Provisões*, Lv., 1, fl.2.

¹⁰ A. H.M.P. , *Provisões*, Lv., 1, fl.118.

¹¹ A. H.M.P. , *Provisões*, Lv., 1, fl. 159.

baseado nestas listagens faria uma apreciação e decidiria quais os eleitos que passariam a fazer parte do governo concelhio para cada ano.¹³

A ausência de actas deste ano que mencionem o processo de eleição impediu-nos de fazer a comparação com o ano de 1533¹⁴ ou com qualquer outro ano anterior. Desde a nossa primeira acta de vereação, que se reporta a 7 de Março de 1545 até à última datada de 3 de Fevereiro de 1546 não é feita referência a qualquer processo de eleição para os oficiais concelhios – vereadores, procurador, tesoureiro e escrivão.

Também em 1533 D. João III determina que a eleição dos almotacés seja alargada para dois meses e sejam eleitos apenas sete almotacés por ano. Os seus nomes serão sujeitos a uma votação de favas brancas e pretas idêntica à utilizada no sistema de eleição dos oficiais do concelho.¹⁵ Porém, neste ano por nós estudado, o número de almotacés eleitos para a cidade e para o seu Termo, ou não chega ou ultrapassa esse número.¹⁶

Já em 1518 o ano camarário, na cidade do Porto,¹⁷ deixa de ser de S. João a S. João e passa a coincidir com o ano civil¹⁸. Tal continua a verificar-se neste ano por nós estudado, bem como a passagem do ano, que se verifica após o Natal¹⁹ - dia 30 de Dezembro, quarta-feira, - já referida como ano de 1546.²⁰

¹² MACHADO, Maria de Fátima Pereira – *O Porto de D. Manuel a D. João III (1518-1530)* Tese de mestrado policopiada Porto, 1997, p. 3.

¹³ A.H.M.P., *Provisões*, Lv., 1, fls.230-232.

¹⁴ MATIAS, Ana Luísa B. Pereira – *O Porto em 1533 – Actas de Vereação da Cidade* – Tese de mestrado policopiada, Porto, 1999, pp. 5-6.

¹⁵ *Ordenações Afonsinas*, Lv. 1, Tit. XXVIII, pp. 179-181.

¹⁶ Vd. Os quadros apresentados em “Outros Oficiais”.

¹⁷ A data das eleições dos oficiais concelhios variava. CF. MARQUES, José – *A Administração Municipal de Vila do Conde, em 1466*, Braga, 1983, p.19.

¹⁸ MACHADO, Maria de Fátima Pereira – *O Porto de D. Manuel a D. João III (1518-1530)* Tese de mestrado policopiada Porto, 1997, pp.2 e MATIAS, Ana Luísa B. Pereira – *O Porto em 1533 – Actas de Vereação da Cidade* – Tese de mestrado policopiada, Porto, 1999, p.5.

¹⁹ MATIAS, Ana Luísa B. Pereira – *O Porto em 1533 – Actas de Vereação da Cidade* – Tese de mestrado policopiada, Porto, 1999, p.6.

²⁰ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 85.

1.2 - Vereadores

O seu número variava de concelho para concelho: quatro para o Porto, três para Loulé, Tavira, Lisboa, Braga e Ponte de Lima, dois para S. Martinho de Mouros e Vila do Conde, e um para Mós de Moncorvo.²¹

As suas funções eram não só administrativas, como também judiciais. Relativamente aos primeiros, competia-lhes verificar a construção e reparação de obras públicas, as dívidas e foros do concelho, o bom abastecimento da cidade. Para isso indicavam carnicheiros, padeiras, fixavam os preços e obrigavam os mesterais a usarem devidamente o seu mester. Quanto às funções judiciais, e juntamente com o juiz de fora, julgavam pequenos crimes de furto, casos de injúrias verbais e faziam cumprir as posturas do concelho. Deslocavam-se à corte sempre que necessário, para tratar de assuntos de grande importância.

Deviam estar presentes em todas as sessões da câmara, podendo os oficiais que não justificassem as faltas ser condenados ao pagamento de 100 reais brancos, para as obras da cidade. As justificações por doença ou deslocações para fora eram aceites quando comunicadas com antecedência à câmara.²² Durante o ano de 1545, verificaram-se ausências de alguns vereadores, não constando das actas de vereação qualquer penalização para aqueles que não apresentassem justificação.

Ao contrário do juiz de fora este cargo não era remunerado, não deixando contudo de ser muito cobiçado, sobretudo quando a cidade deixa de poder eleger os seus juizes e o cargo de vereador passa a ser o mais prestigiante do município. Entrar na administração municipal era uma forma

²¹ COELHO, Maria Helena da Cruz, MAGALHÃES, Joaquim Romero de Magalhães de – *O Poder Concelhio das Origens às Cortes Constituintes*, Coimbra, CEFA, 1986, pp.16-17.

²² *Ordenações Manuelinas*, Lv. 1, Tit. XLVI, p.330.

de enobrecimento e muito atraente para os membros das famílias mais poderosas da cidade²³.

O ano de 1545 apresenta-nos como vereadores Manuel Branco, Pedro de Andrade, António Mendes, Francisco de Sousa²⁴ e Rui Brandão²⁵.

1.3 – Procurador da cidade

As suas funções estavam ligadas com as de tesoureiro. Quer as Ordenações Afonsinas quer as Manuelinas permitiam que fosse o procurador a tratar das finanças do concelho na ausência ou inexistência do tesoureiro²⁶. Os homens da governança tentaram suprimir o ofício de tesoureiro em 1474 anexando-o à função de procurador, mas estes ofícios nos anos seguintes continuaram separados, sendo por vezes desempenhados pelo mesmo indivíduo.²⁷

Tratava-se de um cargo remunerado²⁸, embora para o ano em estudo não nos seja indicado qualquer valor quer em reais quer em pitaças.

O procurador deveria empenhar-se e cuidar dos assuntos da cidade, como tudo o que afectasse as liberdades, privilégios e o bem estar geral da cidade. Também a administração, o abastecimento e a segurança da cidade eram da sua responsabilidade.²⁹

²³ SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto e o seu Termo (1580-1640). Os Homens, as Instituições e o Poder*, Vol. II, Porto, Arquivo Histórico / C.M.P., 1988, p. 416.

²⁴ Substitui António Mendes quando este se ausenta e definitivamente a partir da reunião de 28 de Março de 1545. Não podemos concluir sobre a razão desta substituição por falta de elementos.

²⁵ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 2.

²⁶ *Ordenações Afonsinas*, Lv. I, Tit. XXIX e *Ordenações Manuelinas*, Lv. I, Tit. LIII, p.3.

²⁷ COSTA, Adelaide Lopes Pereira Millan da – *“Vereações e Vereadores – O Governo do Porto em finais do século XV*. Porto, Arquivo Histórico/C.M.P., 1993, p.73.

²⁸ MACHADO, Maria de Fátima Pereira – *O Porto de D. Manuel a D. João III (1518-1530)* Tese de mestrado policopiada Porto, 1997, p.18.

²⁹ MORENO, Humberto Baquero – *A Manutenção da Ordem Pública no Porto Quatrocentista* (Sep. da “Revista de História”, Vol. II), Porto, CHUP, 1979, pp.6-11.

Jordão Pinheiro desempenha o ofício de procurador até 8 de Junho de 1545³⁰. A partir desta data é substituído por Jerónimo Rodrigues³¹ que já exerceu este cargo em 1532 e serviu de almotacé em 1533³².

Entre 7 de Março de 1545 e 4 de Fevereiro de 1546, o procurador está presente em 45 reuniões da vereação, conforme verificamos no quadro seguinte:

Quadro nº 1

Reuniões camarárias em que o procurador da cidade está presente

Data	Assunto	Fonte
7 de Março de 1545 ³³	Propriedade municipal	A.H.M.P., <i>Vereações</i> , Lv. 15, fls. 2, 145v, 224 e 224v
18 de Março de 1545	Eleição de juizes examinadores	<i>Idem</i> , fls. 4v e 209v
28 de Março de 1545	Propriedade municipal; Abastecimento da cidade	<i>Idem</i> , fls. 5, 146v e 216
15 de Abril de 1545	Despacharam feitos e ouviram partes	<i>Idem</i> , fl. 6
18 de Abril de 1545	Despacharam feitos e ouviram partes	<i>Idem</i> , fl. 6v
22 de Abril de 1545	Despacharam feitos e ouviram partes	<i>Idem</i> , fl. 7

³⁰ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl.18v.
³¹ Desconhecemos a razão da substituição, bem como o momento da eleição.
³² MATIAS, Ana Luísa B. Pereira – *O Porto em 1533 – Actas de Vereação da Cidade* – Tese de mestrado policopiada, Porto, 1999, p. 26.
³³ Jerónimo Rodrigues substitui Jordão Pinheiro, por este estar fora da cidade. Desconhecemos a razão da sua ausência.

29 de Abril de 1545	Tabelamento de preços; Necessidade de colocação de pedra miúda nas ruas da cidade; Colocação das marcas nas espadas	<i>Idem</i> , fls. 7v a 9
30 de Abril de 1545	Eleição do Pai dos Meninos	<i>Idem</i> , fls. 9v e 10
2 de Maio de 1545	O escrivão mostra o livro dos acórdãos e juramentos dos registos	<i>Idem</i> , fl. 10v
16 de Maio de 1545	Abastecimento da cidade	<i>Idem</i> , fls. 11v e 232
20 de Maio de 1545	Abastecimento da cidade Vida quotidiana	<i>Idem</i> , fls. 160 e 216v
23 de Maio de 1545	Despacharam feitos e ouviram partes	<i>Idem</i> , fls. 12v
27 de Maio de 1545	Abastecimento da cidade Vida quotidiana	<i>Idem</i> , fls. 13 e 217
5 de Junho de 1545	Leitura de carta régia para fixação de preços	<i>Idem</i> , fls. 15 a 17
6 de Junho de 1545	Eleição de seis homens para a fixação dos preços	<i>Idem</i> , fls. 17v e 18
8 de Junho de 1545	Juramento dos seis homens; Início dos trabalhos para fixação dos preços	<i>Idem</i> , fls. 18v a 44v
1 de Agosto de 1545	Propriedade municipal; Leitura do registo dos ofícios pelo escrivão aos presentes	<i>Idem</i> , fls. 48, a147 a 148v
8 de Agosto de 1545	Receitas: coimas e penas	<i>Idem</i> , fls. 48v e 223v
14 de Agosto de 1545	Propriedade municipal	<i>Idem</i> , fls. 149 e 149v

19 de Agosto de 1545	Abastecimento da cidade Correição ao Termo	<i>Idem</i> , fl. 50
22 de Agosto de 1545	Licença para um almocreve das terracenas	<i>Idem</i> , fls. 51v a 54v
26 de Agosto de 1545	Inexistente	<i>Idem</i> , fl. 55
29 de Agosto de 1545	Abastecimento da cidade Propriedade municipal	<i>Idem</i> , fls. 56 a 57v e 150
2 de Setembro de 1545	Abastecimento da cidade	<i>Idem</i> , fls. 59 e 60
5 de Setembro de 1545	Propriedade municipal	<i>Idem</i> , fls. 59 e 60
9 de Setembro de 1545	Abastecimento da cidade	<i>Idem</i> , fls. 149 e 149v
20 de Setembro de 1545	Abastecimento da cidade	<i>Idem</i> , fls. 64 a 67
30 de Setembro de 1545	Abastecimento da cidade; Correição ao Termo	<i>Idem</i> , fl. 69
14 de Outubro de 1545	Despacharam feitos e ouviram partes	<i>Idem</i> , fl. 71
16 de Outubro de 1545	Fixação de preços	<i>Idem</i> , fl. 71v
21 de Outubro de 1545	Estada de um fidalgo na cidade	<i>Idem</i> , fls. 72 e 72v
24 de Outubro de 1545	Despacharam feitos e ouviram partes	<i>Idem</i> , fl. 73
31 de Outubro de 1545	Propriedade municipal	<i>Idem</i> , fl. 152v
14 de Novembro de 1545	Eleição de um cidadão para substituir um vereador ausente;	<i>Idem</i> , fls. 76v a 79v

	Fixação de preços; Deliberação para enviar um homem à corte	
18 de Novembro de 1545	Propriedade municipal	<i>Idem</i> , fls. 80 e 153
2 de Dezembro de 1545	Abastecimento da cidade	<i>Idem</i> , fl. 82
5 de Dezembro de 1545	Despacharam feitos e ouviram partes	<i>Idem</i> , fl. 82v
12 de Dezembro de 1545	Despacharam feitos e ouviram partes	<i>Idem</i> , fl. 83
19 de Dezembro de 1545	Despacharam feitos e ouviram partes	<i>Idem</i> , fl. 83v
23 de Dezembro de 1545	Despacharam feitos e ouviram partes	<i>Idem</i> , fl. 84
30 de Dezembro de 1546	Leitura de provisões do rei pelo corregedor	<i>Idem</i> , fl. 84
9 de Janeiro de 1546	Eleição de Quadrilheiros; Relação com os poderosos	<i>Idem</i> , fls. 87 e 144
16 de Janeiro de 1546	Despacharam feitos e ouviram partes; Examinaram alfaiates e quintadores de arcos	<i>Idem</i> , fls. 194v e 195
21 de Janeiro de 1546	Discussão de uma carta régia trazida pelo corregedor	<i>Idem</i> , fls. 89 e 89v
27 de Janeiro de 1546	Eleição de jurados para o julgado da Maia	<i>Idem</i> , fl. 225

1.4 – Escrivão

Sem poder de decisão competia-lhe elaborar todas as actas de vereação, registar as receitas e despesas da câmara, assentar acordos e mandatos. Sendo responsável pela segurança e conservação dos documentos, tinha em seu poder as chaves das arcas do concelho. Todos os meses na primeira vereação devia ler aos oficiais os seus regimentos e mostrar o livro dos acordos.³⁴ Era eleito por um período de três anos, auferia de uma remuneração³⁵ e a responsabilidade inerente ao cargo implicava que ele fosse de grande confiança uma vez que tinha conhecimento de tudo o que se passava na edilidade.

As actas de vereação em estudo apresentam-nos como escrivão Álvaro Fernandes, o qual já tinha representado esse cargo em 1534³⁶.

Devia estar presente em todas as reuniões e quando precisava de se ausentar necessitava de solicitar autorização à vereação. A única ausência de Álvaro Fernandes verificada no ano em estudo foi devido a doença, implicando a não realização da sessão camarária a 9 de Dezembro de 1545³⁷.

1.5 – Tesoureiro

Como já foi mencionado, este ofício esteve muitas vezes associado com o de procurador e tal como este era um cargo remunerado.³⁸ Recrutados em

³⁴ *Ordenações Manuelinas*, Lv. 1, Tit. LIII, pp.358 – 361.

³⁵ COSTA, Adelaide Lopes Pereira Millan da – *“Vereações e Vereadores – O Governo do Porto em finais do século XV”*. Porto, Arquivo Histórico/C.M.P., 1993, p.73.

³⁶ A.H.M.P., *Vereações*, Lv.11, fl. 157v 158.

³⁷ A.H.M.P., *Vereações*, Lv.15, fl.82v.

³⁸ Desconhecemos a sua remuneração para 1545.

famílias abastadas para poderem emprestar dinheiro ao concelho caso fosse necessário, era por vezes um meio para ascenderem socialmente.³⁹

Tinha como função receber as rendas do concelho, liquidarem as despesas feitas pelos vereadores⁴⁰.

Nas reuniões o tesoureiro não tinha poder de decisão. Não era obrigado a participar em todas as sessões da câmara e por vezes o seu nome aparece ao lado de outros cidadãos que comparecem na vereação.

O seu mandato durava um ano e no final as contas eram conferidas pelo corregedor e o saldo entregue ao sucessor.

A 7 de Março de 1545, Francisco da Rua *...foi enllegido por mais vozes...*⁴¹ para o ano em estudo mas *... por Francisco da Rua nom poder servir o dito carego por ir pera Freandes era necesario se enlleger thesoureyro....* É então eleito Francisco do Couto, que recebe juramento na reunião seguinte.⁴² Contudo até ao fim do livro estudado é Jorge Gonçalves que nos aparece como representativo do cargo de tesoureiro.

³⁹ SOUSA, Armindo de – *Conflitos Entre o Bispo e a Câmara do Porto nos meados do Século XV*, Porto, C.M.P., 1983, pp.23-24.

⁴⁰ *Ordenações Manuelinas*, Lv. 1, Tit. LI, p. 357.

⁴¹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv.15, fl.2.

2. Oficiais com outras actuações na vereação

2.1 - Juiz de Fora

A nomeação de juizes de fora remonta ao tempo de D. Dinis e constitui um marco importante na intervenção do poder real. Contudo só no reinado de D. Afonso IV estes se afirmaram.⁴³

A peste que flagelou o país em 1348 foi a ocasião propícia e aproveitada para a generalização destes oficiais concelhios. O elevado número de óbitos terá provocado uma necessidade urgente de executar testamentos e os juizes da terra ou por terem morrido, ou por não estarem isentos na aplicação da justiça, foram substituídos pelos juizes estranhos à terra.⁴⁴

Tratava-se de um oficial letrado ao serviço da câmara, de nomeação régia, cujo cargo era remunerado⁴⁵, que deveria presidir às sessões da vereação decidindo sobre o regimento do concelho. Era responsável pela manutenção da justiça, pela verificação das condições das estalagens da cidade, por mandar tocar o sino para recolher. Deveria ainda fazer inquirições sobre o bom funcionamento das funções dos alcaides, vereadores, tabeliães, almotacés, escrivães e outros funcionários.⁴⁶

Os problemas de aceitação destes oficiais concelhios pelas cidades vão manter-se ao longo dos anos. Há queixas dos concelhos contra a sua imposição, nas Cortes de 1352 bem como nas de 1371.

⁴² A.H.M.P., *Vereações*, Lv.15, fl.4.

⁴³ COELHO, Maria Helena da Cruz, MAGALHÃES, Joaquim Romero de Magalhães de – *O Poder Concelhio das Origens às Cortes Constituintes*, Coimbra, CEFA, 1986, pp. 12-13.

⁴⁴ CAETANO, Marcello – *A Administração Municipal de Lisboa durante a 1ª Dinastia (1179-1383)*. Lisboa, Academia Portuguesa da História, pp.88-91.

⁴⁵ Não aparece mencionado neste livro de vereações qualquer valor de remuneração feita ao juiz de fora.

⁴⁶ *Ordenações Manuelinas*, Lv. 1, Tit. XLIV, p.286.

Na sessão camarária de 24 de Julho de 1390, na cidade do Porto, demonstram a vontade de contrariar a ordem régia da nomeação do juiz de fora. D. João I não atendeu a queixa e a 19 de Julho foi designado para este cargo o primeiro juiz de fora da cidade do Porto, João Alpoim.⁴⁷

É no entanto com D. Manuel (nomeadamente em 1518) que os juizes de fora se estabelecem na cidade definitivamente, sem contudo deixarem de existirem reclamações da edilidade contra a interferência destes oficiais concelhios.⁴⁸

No ano de 1545, as actas de vereação não referem qualquer oposição à presença do juiz de fora nas reuniões.

D. João III em Novembro de 1544, nomeia o licenciado Francisco Rodrigues para juiz de fora da cidade⁴⁹. Contudo, a sua presença nas reuniões da vereação só se verifica a partir de 22 de Abril de 1545 conforme podemos constatar no quadro abaixo apresentado⁵⁰.

Quadro nº2

**Reuniões camarárias em que o juiz de fora está presente
1545/1546**

Data	Dia da Semana	Fonte
22 de Abril de 1545	Quarta-feira	A.H.M.P., Vereações, Lv. 15, fl. 7
29 de Abril de 1545	Quarta-feira	Idem, fl. 7v, 8, 8v e 9
30 de Abril de 1545	Quinta-feira	Idem, fl. 9v e 10

⁴⁷ COELHO, Maria Helena da Cruz, MAGALHÃES, Joaquim Romero de Magalhães de – *O Poder Concelhio das Origens às Cortes Constituintes*, Coimbra, CEFA, 1986, pp. 12-13.

⁴⁸ SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto e o seu Termo (1580-1640). Os Homens, as Instituições e o Poder*, Vol. II, Porto, Arquivo Histórico / C.M.P., 1988, p.1008.

⁴⁹ A.H.M.P., Provisões, Lv. 2, fl. 57.

⁵⁰ Não aparece qualquer referência no livro estudado, para justificar a presença nas reuniões do juiz de fora apenas a partir desta data.

2 de Maio de 1545	Sábado	<i>Idem</i> , fl. 10v
16 de Maio de 1545	Sábado	<i>Idem</i> , fl. 11v e 232
20 de Maio de 1545	Quarta-feira	<i>Idem</i> , fl. 160 e 216v
23 de Maio de 1545	Sábado	<i>Idem</i> , fl. 12v
27 de Maio de 1545	Quarta-feira	<i>Idem</i> , fl. 13 e 217
30 de Maio de 1545	Sábado	<i>Idem</i> , fl. 13v
3 de Junho de 1545	Quarta-feira	<i>Idem</i> , fl. 14v
6 de Junho de 1545	Sábado	<i>Idem</i> , fl. 17v e 18
8 de Junho de 1545	Segunda-feira	<i>Idem</i> , fl. 18v a 148v
1 de Agosto de 1545	Sábado	<i>Idem</i> , fl. 48, 147 a 148v
8 de Agosto 1545	Sábado	<i>Idem</i> , fl. 48v e 223v
13 de Agosto de 1545	Quinta-feira	<i>Idem</i> , fl. 120 a 127
19 de Agosto de 1545	Quarta-feira	<i>Idem</i> , fl. 50
22 de Agosto de 1545	Sábado	<i>Idem</i> , fl. 51v a 54v
29 de Agosto de 1545	Sábado	<i>Idem</i> , fl. 56 a 57v
20 de Setembro de 1545	Sábado	<i>Idem</i> , fl. 64 a 67
14 de Outubro de 1545	Quarta-feira	<i>Idem</i> , fl. 71v
24 de Outubro de 1545	Sábado	<i>Idem</i> , fl. 73
31 de Outubro de 1545 ⁵¹	Sábado	<i>Idem</i> , fl. 73v
28 de Novembro de 1545	Sábado	<i>Idem</i> , fl. 81 e 81v
5 de Dezembro de 1545	Sábado	<i>Idem</i> , fl. 82v
23 de Dezembro de 1545	Quarta-feira	<i>Idem</i> , fl. 84
30 de Dezembro de 1546	Quarta-feira	<i>Idem</i> , fl. 85
31 de Dezembro de 1546	Quinta-feira	<i>Idem</i> , fl. 86
13 de Janeiro de 1546	Sábado	<i>Idem</i> , fl. 88
16 de Janeiro de 1546	Quarta-feira	<i>Idem</i> , fl. 194v e 195
21 de Janeiro de 1546	Quinta-feira	<i>Idem</i> , fl. 89 e 89v
30 de Janeiro de 1546	Sábado	<i>Idem</i> , fl. 91

⁵¹ Nesta reunião de eleição de almotacés, Francisco Rodrigues está presente, mas como Corregedor. Não é mencionada qualquer justificação no livro de actas.

2.2 – Procuradores dos Mesteres

O número elevado de artesãos bem como os diferentes ofícios existentes na cidade do Porto contribuíram para a necessidade de organização de mesteres e de estes se fazerem representar na vereação e a interferirem cada vez mais nas reuniões. Contudo essa interferência não é bem aceite pelos homens da governança por ir contra as liberdades e privilégios da cidade⁵².

À semelhança do que acontecia em Lisboa, e apesar do desagrado dos oficiais concelhios, D. Manuel em 1518 ordena que se constituam na cidade os Vinte e Quatro dos Mesteres. Seria o corregedor a eleger os primeiros, seguindo o regimento de Lisboa, e a partir daí a eleição seria efectuada por estes. Também seria eleito um procurador dos mesteres que representaria todos os mesterais e que teriam como função requererem em nome do povo.⁵³

Em 1519, é aprovado segundo uma carta régia, que sejam eleitos dois procuradores dos mesteres os quais exerceriam função por um ano, ficando dispensados dos serviços do concelho. Deveriam estar presentes em todas as sessões da vereação que tratassem de assuntos relacionados com a nomeação de oficiais concelhios, em que se fizessem posturas e ordenações, lançassem fintas ou talhas. A ausência dos procuradores invalidava as decisões⁵⁴.

Esta decisão do monarca foi contestada pelos homens da governança e D. Manuel alterou a decisão. Um dos procuradores dos mesteres foi dispensado das sessões camarárias quando estas se referiam à eleição de

⁵² MACHADO, Maria de Fátima Pereira – *O Porto de D. Manuel a D. João III (1518-1530)* Tese de mestrado policopiada Porto, 1997, p.22.

⁵³ A. H.M.P. , *Provisões*, Lv., 1, fl 109, 109v.

⁵⁴ MACHADO, Maria de Fátima Pereira – *O Porto de D. Manuel a D. João III (1518-1530)* Tese de mestrado policopiada Porto, 1997, p.22

oficiais, lançamento de fintas ou talhas e à feitura de posturas ou ordenações⁵⁵.

No entanto a presença de dois procuradores na assembleia municipal é muitas vezes constante. Progressivamente ao longo do primeiro quartel do século XVI a sua importância vai aumentando, não deixando de se fazerem ouvir em assuntos relativos ao abastecimento da cidade. D. João III em 1528 escreve à cidade para tratar da falta de pão e endereça a carta não só aos vereadores e procurador mas também aos procuradores dos mestres⁵⁶.

No ano de 1545 são dois os procuradores dos mestres: Lourenço Gonçalves e Gaspar Alvares. A presença, de um ou dois procuradores regista-se, num total de oitenta reuniões, em sete assembleias, correspondendo assim a uma presença de 8,75% do total.

Esta intervenção é significativa nas assembleias relacionadas com o abastecimento da cidade, assuntos económicos, defesa das liberdades e privilégios da cidade para as quais são também podem ser convocados os cidadãos como se pode verificar no quadro seguinte:

Quadro nº 3
Assuntos tratados nas assembleias municipais em que se encontram
presentes os procuradores dos mestres e/ou cidadãos

Assunto	A	B	Data/Dia da semana	Fonte
Eleição do tesoureiro	1	13	11/03/1545 Quarta-feira	A.H.M-P-, <i>Vereações</i> , Lv. 15, fls. 2v e 3
Necessidade de pôr pedra miúda nas ruas da cidade; Estabelecer uma taxa em todos os	1	13	29/04/1545 Quarta-feira	<i>Idem</i> , fls. 7v a 9

⁵⁵ MACHADO, Maria de Fátima Pereira – *O Porto de D. Manuel a D. João III (1518-1530)* Tese de mestrado policopiada Porto, 1997, p.23

⁵⁶ A.H.M.P., *Provisões*, Lv.1, fls.203e 203v

ofícios mecânicos; Fixação do preço do vinho; Barbeiros e espadeiros são convocados para acordarem sobre as marcas das espadas				
Licença para um almocreve das terracenas	0	13	22/08/1545 Quarta-feira	<i>Idem</i> , fls. 51v a 54
Abastecimento de pão à cidade	2	8	29/08/1545 Sábado	<i>Idem</i> , fls. 56 a 57v
Abastecimento de pão à cidade (continuação da reunião acima mencionada)	2	10	09/09/1545 Quarta-feira	<i>Idem</i> , fls. 61 a 63
Abastecimento de pão à cidade	2	12	20/09/1545 Sábado	<i>Idem</i> , fls. 64 a 67
Fixação de preço do vinho novo	0	13	16/10/1545 Sexta-feira	<i>Idem</i> , fl. 71
Acordo sobre o carregamento de pão; Acordo sobre os vistos para os navios que vêm buscar sardinha e outros peixes; Eleição de guardas para vigiarem os navios que poderiam trazer peste de França e Inglaterra	0	2	04/11/1545	<i>Idem</i> , fls. 74 a 76
Fixação do preço de cereais; Eleição de um cidadão para ir à corte; Juramentos de padeiras e sardinheiras; Acordo sobre a repartição do farelo pelo corregedor e pelo juiz de fora	2	24	14/11/1545	<i>Idem</i> , fls. 76v a 79v
Discussão de uma carta régia trazida pelo corregedor	1	7	21/01/1546	<i>Idem</i> , fls. 89 e 89v

A – Procuradores dos mesteres

B - Cidadãos

2.2.1 – Letrado da Câmara

Os letrados surgem no reinado de D. Afonso Henriques com a designação de mestres, adoptando no reinado de D. João I qualificativos académicos de doutores, licenciados ou bacharéis.

A sua importância foi crescendo. Nos meados do século XV os doutores ocupavam na sociedade um lugar elevado. D. Afonso V, nas cortes de 1459, aquando da proibição do uso da seda, refere que só os cavaleiros, fidalgos, doutores, suas mulheres, donzelas de família, infantes, e primos do rei, as podiam usar. No século XVI os cargos mais elevados da magistratura eram normalmente desempenhados por letrados⁵⁷.

D. João III deu autorização aos procuradores para terem um letrado que os aconselhassem nos seus assuntos podendo participar e influenciar as reuniões e em nome destes requerer o bem do povo.⁵⁸

Em 1545, o letrado é o doutor Dinis Pires Pinto. A sua presença nas reuniões é superior à dos procuradores dos mestres e/ou cidadãos.

Num total de oitenta sessões da vereação realizadas, o letrado da câmara esteve presente em doze assembleias, o que corresponde a 15% do total.

Analisando o quadro seguinte, verificamos que as datas das reuniões não correspondem às datas em que os procuradores dos mestres e/ou cidadãos estiveram presentes, com excepção da sessão realizada a 14 de Novembro de 1545. Contudo existe um paralelismo entre os assuntos tratados nas reuniões em que estão presentes os procuradores dos mestres e/ou cidadãos e o letrado da câmara.

⁵⁷ BARROS, Gama – *Letrado* in SERRÃO, Joel (Dir. de)- *Dicionário de História de Portugal*, Vol. II, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971, p. 711

⁵⁸ MACHADO, Maria de Fátima Pereira – *O Porto de D. Manuel a D. João III (1518-1530)* Tese de mestrado policopiada Porto, 1997, p.24.

Quadro nº4

Presença do Letrado da câmara nas reuniões de vereação 1545-46

Data	Assunto	Fonte
18 de Março de 1545	Eleição de juizes examinadores	A.H.M.P., <i>Vereações</i> , Lv. 15, fls. 4v e 209v
28 de Março de 1545	Propriedade municipal; Abastecimento da cidade	<i>Idem</i> , fls. 5, 146v e 216
15 de Abril de 1545	Despacharam feitos e ouviram partes	<i>Idem</i> , fl. 6
18 de Abril de 1545	Despacharam feitos e ouviram partes	<i>Idem</i> ., fl. 6v
2 de Maio de 1545	O escrivão mostra o livro dos acórdãos e juramentos dos registos	<i>Idem</i> , fl. 10v
16 de Maio de 1545	Abastecimento da cidade	<i>Idem</i> , fls. 11v e 232
23 de Maio de 1545	Despacharam feitos e ouviram partes	<i>Idem</i> , fl. 12v
27 de Maio de 1545	Abastecimento da cidade; Vida quotidiana	<i>Idem</i> , fls. 13 e 217
5 de Junho de 1545	Leitura de carta régia para fixação de preços	<i>Idem</i> , fls. 15 a 17
6 de Junho de 1545	Eleição de seis homens para fixarem os preços	<i>Idem</i> , fls. 17v e 18
14 de Novembro de 1545	Eleição de um cidadão para substituir um vereador ausente; Fixação de preços;	<i>Idem</i> , fls. 76v a 79v

	Deliberação de um homem à corte	
23 de Dezembro de 1545	Despacharam feitos e ouviram partes	<i>Idem</i> , fls. 84

Para concluir, verificamos a aceitação da edilidade portuense, às presenças quer dos procuradores dos mesteres e dos cidadãos quer do letrado da câmara nas reuniões da vereação quando os assuntos estão relacionados quer com a vida económica da cidade quer com assuntos de carácter geral. A rejeição, que de início as câmaras tinham demonstrado à presença destes, receando a partilha do poder que ela implicava, acaba por ser aceite em alternativa aos conflitos que se poderiam verificar na rua pela recusa à sua presença.⁵⁹

2.3 – Almotacés

Servia muitas vezes de primeiro degrau para os que pretendiam ascender a altos cargos municipais. Ser eleito almotacé conferia o privilégio de cidadão⁶⁰, factor aproveitado pelos “menos qualificados” que aproveitando a indisponibilidade dos “mais importantes”⁶¹ para ocuparem o cargo, entravam assim no “Cursus Honrou” dos ofícios concelhios⁶².

As suas funções reportavam-se a nível económico sendo elementos fundamentais de fiscalização para a organização municipal.

⁵⁹ MAGALHÃES, Joaquim Romero. de – *Os Conselhos* in MATTOSO, José (dir. de) *História de Portugal – No Alvorecer da Modernidade*, Vol. III, S/I, Ed. Estampa, 1997, p.166.

⁶⁰ SILVA, Francisco Ribeiro da – *Tempos Modernos* in RAMOS, Luís A. de Oliveira (dir. de) *História do Porto*, 2ª Ed., Porto Editora, 1994, pp. 353 –355.

⁶¹ A.H.M.P., *Provisões*, LV. 1, fl. 150

⁶² SILVA, Francisco Ribeiro da – *Tempos Modernos* in RAMOS, Luís A. de Oliveira (dir. de) *História do Porto*, 2ª Ed., Porot Editora, 1994, pp. 353 –355.

Verificavam se o preço dos produtos alimentares ligados ao abastecimento da cidade era cumprido pelos carnicheiros, padeiras, regateiras, entre outros, bem como as posturas municipais. Fiscalizavam os salários dos ofícios, a qualidade dos produtos fabricados pelos mesteiros. Tinham de almotaçar o peixe e a carne e repartindo-os de modo a que todos tivessem mantimento, cuidar de aspectos relativos à manutenção da higiene da cidade e dos caminhos⁶³. Eram também responsáveis pela construção de edifícios, de calçadas ou ruas, abertura de portais, janelas, frestas, serventia de águas e tinham poder para embargar a construção de qualquer edifício na cidade ou no Termo⁶⁴.

Os almotacés não eram remunerados, mas D. João III, concede-lhes o direito de receberem cem sardinhas de cada navio de sardinha salgada, doze cavalas de embarcação vinda de fora, cinquenta ostras de cada navio e meia canada de vinho.⁶⁵

Os seus mandatos tinham a duração de um mês e a sua eleição era efectuada no início do ano camarário. Eleitos “por vozes” pelos oficiais camarários, eram agrupados aos pares e os seus nomes escritos em pautas ficando estas guardadas no cofre do cartório juntamente com as bolas de cera. Os pelouros que mensalmente eram retirados continham o nome dos pares eleitos. Desempenhavam assim a sua função aos pares e quando algum dos eleitos estivesse impedido de aceitar o cargo seria substituído por outro cidadão qualificado para desempenhar o ofício⁶⁶.

Em 1533, D. João III alterou este sistema de eleição, passando os almotacés a serem sujeitos a uma votação com favas brancas e pretas e a um

⁶³ TORRES, Ruy d'Abreu – *Almotacé* in Serrão, Joel (dir. de) *Dicionário de História de Portugal*, Vol. I, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971, p.21.

⁶⁴ *Ordenações Manuelinas*, Lv. 4, Tit. XLIX, pp.339-355.

⁶⁵ A.H.M.P., *Provisões*, Lv. 1, fl. 219.

⁶⁶ *Ordenações Manuelinas*, Lv. 4, Tit. XLIX, pp. 340-341.

mandato com a duração de dois meses⁶⁷. No entanto, segundo Ana Luísa Matias, a ordem régia não foi cumprida nesse ano⁶⁸.

Em 1545 as eleições de almotacés cumprem a determinação régia no que respeita à duração dos mandatos para dois meses com excepção da eleição de almotacés para a cidade como se pode verificar nos quadros seguintes:

Quadro nº 5

**Almotacés de Arrifana de Sousa
de Abril de 1545 a Janeiro de 1546**

Nome	Período de duração	Fonte
Tristão Delgado Gaspar Jusuarte	Abril e Maio	A.H.M.P., <i>Vereações</i> , Lv. 15, fl. 229
Alvares Pires Joane Eanes, surrador	Junho e Julho	<i>Idem</i> , fl. 229 e 229v
Vasco Gonçalves, sapateiro Gonçalo Martins, ferreiro	Agosto e Setembro	<i>Idem</i> , fl. 229v
Dinis Gonçalves, serralheiro	Outubro e Novembro	<i>Idem</i> , fl. 228v
Afonso Fernandes, ferreiro	Dezembro e Janeiro	<i>Idem</i> , fl. 228v

⁶⁷ A.H.M.P., *Provisões*, Lv. 1, fl. 232v.
⁶⁸ MATIAS, Ana Luísa B. Pereira – *O Porto em 1533 – Actas de Vereação da Cidade* – Tese de mestrado policopiada, Porto, 1999, p.26-27.

Quadro nº 6

Almotacés de Gaia

de Março de 1545 a Janeiro de 1546

Nome	Período de duração	Fonte
Gonçalo Martins, oleiro	Março e Abril	A.H.M.P, <i>Vereações</i> Lv.15, fl.226
António Eanes	Abril e Maio	<i>Idem</i> , fl.226
João Rodrigues, oleiro	Maio e Junho	<i>Idem</i> , fl.226
Afonso Eanes	Junho e Julho	<i>Idem</i> , fl.226v
António (<i>ilegível</i>) ⁶⁹	Agosto e Setembro	<i>Idem</i> , fl.226v
João Rodrigues, carpinteiro	Setembro e Outubro	<i>Idem</i> , fl.226v
Francisco Gonçalves	Novembro e Dezembro	<i>Idem</i> , fl.227
André Fernandes	Janeiro e Fevereiro	<i>Idem</i> , fl.227

Quadro nº 7

Almotacés da Cidade

de Março de 1545 a Janeiro de 1546

Nome	Período de duração	Fonte
Estevão Pinto Vasco Leite	Abril	A.H.M.P, <i>Vereações</i> . Lv. 15, fl. 5v
Pantalião Ferreira Jerónimo da Costa	Maio	<i>Idem</i> , fl. 11
Jorge Tenreiro Gaspar Carneiro	Junho	<i>Idem</i> , fls. 13v e 14
Francisco Cardoso Simão Ribeiro	Agosto	<i>Idem</i> , fl. 47
Gaspar Ferraz	Setembro	<i>Idem</i> , fl. 58

⁶⁹ Devido ao facto de a tinta estar bastante clara e à deterioração do papel, não foi possível identificarmos o apelido deste cidadão.

António de Sousa		
Manuel Carneiro António da Costa	Outubro	<i>Idem</i> , fl. 68
António Carneiro António Mendes	Novembro	<i>Idem</i> , fls. 73v e 74
Pedro Jácome Vicente Aranha	Dezembro	<i>Idem</i> , fl. 81v
António Correia Pantalião Carneiro	Janeiro	<i>Idem</i> , fl. 86
Miguel Domingues de Lemos António de Albuquerque	Fevereiro	<i>Idem</i> , fl. 91

Também aqui a alteração do sistema de eleição ordenada pelo monarca não foi cumprida. Logo a 19 de Agosto de 1545 surgiu a necessidade de substituir Francisco Cardoso por este se ausentar da cidade “....e logo mandaram vir a mesa o cofre da enleição e tiraram hum pelouro...”. Gaspar Ferraz serviria de almotacé em Setembro juntamente com António de Sousa conforme estava escrito nos pelouros⁷⁰.

A 11 de Julho de 1545, João Gonçalves, almocreve, tomou posse servindo de almotacé para o julgado da Maia, burgo de Valongo, por um período de um ano e não mensal ou por dois meses como era habitual⁷¹. Contudo não é mencionada a razão de tal período de duração. Já em 1533 se tinha verificado uma situação idêntica de tomada de posse - a eleição de almotacés em S. João da Foz era feita pelo ouvidor do julgado de Bouças e o cargo atribuído por um ano⁷².

⁷⁰ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 49.

⁷¹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 175.

⁷² MATIAS, Ana Luísa B. Pereira – *O Porto em 1533 – Actas de Vereação da Cidade* – Tese de mestrado policopiada, Porto, 1999, pp. 27.

2.4 – Porteiro da Câmara

Oficiais de diligências ao serviço da vereação, tinham uma função importante na organização municipal. Notificavam os convocados para o dever de participarem nas reuniões camarárias através de pregão e pessoalmente tratando-se de oficiais concelhios. Também apregoavam as deliberações da vereação.

Tratava-se de um cargo remunerado⁷³, embora para o período em estudo não disponhamos de qualquer informação.

O oficial deste cargo para o ano de 1545 foi desempenhado por Pedro Eanes.

3. Frequência das reuniões camarárias

Os oficiais concelhios deviam reunir-se duas vezes por semana, tal como estava determinado pelas Ordenações.

A edilidade portuense reunia, tal como em quase todo o reino, duas vezes por semana: sábados e quartas-feiras. Diferenciava-se da administração da vereação de Coimbra no século XVI. Os sábados eram reservados para decidirem sobre assuntos respeitantes ao bom regimento da cidade e as quartas-feiras para despacharem feitos e petições⁷⁴. Na cidade do Porto as reuniões eram realizadas obedecendo apenas à necessidade de resolução dos assuntos.

⁷³ COSTA, Adelaide Lopes Pereira Millan da – *“Vereações e Vereadores – O Governo do Porto em finais do século XV”*. Porto, Arquivo Histórico/C.M.P., 1993, pp.73-74.

⁷⁴ LOUREIRO, J. Pinto – *A Administração Coimbrã no Século XVI*, Coimbra, Ed. Biblioteca Municipal, 1942, p.48.

Quadro nº8

Distribuição das reuniões da câmara pelos dias da semana

Dias da semana	Número de reuniões
Sábado	30
Quarta-feira	28
Segunda-feira	3
Terça-feira	6
Quinta-feira	8
Sexta-feira	5
TOTAL	80

Analisando este quadro, concluímos que num total de 80 reuniões camarárias, 58 se realizaram aos sábados e quartas-feiras correspondendo assim a 72,50% do total das sessões.

Mas nem todos os sábados ou quartas-feiras eram dias de reuniões. Por vezes esses dias coincidiram com feriados religiosos, ausência de vereadores e juizes e até do escrivão.

Quadro nº9

Quartas-feiras e sábados em que não se realizaram reuniões da câmara

Data/Dia da semana	Justificação de não se ter realizado a reunião	Fonte
01/04/1545 – Quarta-feira	Semana Santa	A.H.M.P., Vereações, Lv.,15, fl.6
11/04/1545 - Sábado	Semana Santa	<i>Idem</i> , fl.6
25/04/1545 – Quarta-feira	Dia de S. Marcos	<i>Idem</i> , fl.7
05/08/1545 – Quarta-feira	Dia de Nossa Senhora das Neves	<i>Idem</i> , fl.48
12/08/1545 – Quarta-feira	Dia de Santa Clara	<i>Idem</i> , fl.48v
15/08/1545 - Sábado	Dia de Nossa Senhora	<i>Idem</i> , fl.48v

12/09/1545 - Sábado	O juiz e os vereadores foram a S. João da Foz em diligência	<i>Idem</i> , fl.63v
16/09/1545 – Quarta-feira	⁷⁵	<i>Idem</i> , fl.63v
23/09/1545 – Quarta-feira	O juiz estava ocupado numa devassa; Dois vereadores (Francisco de Sousa e Rui Brandão) e o procurador da cidade deslocaram-se ao Termo para tratar de assuntos sobre o pão.	<i>Idem</i> , fl.67
17/10/1545 - Sábado	Só estão presentes dois vereadores e por isso não podem realizar a sessão. ⁷⁶	<i>Idem</i> , fl.71
07/11/45 - Sábado	Só estão presentes dois vereadores e por isso não podem realizar a sessão. ⁷⁷	<i>Idem</i> , fl.76
11/11/1545 – Quarta-feira	Dia de S. Martinho	<i>Idem</i> , fl.76
21/11/1545 - Sábado	Só estão presentes dois vereadores e por isso não podem realizar a sessão. ⁷⁸	<i>Idem</i> , fl.80
09/12/1545 – Quarta-feira	O escrivão estava doente	<i>Idem</i> , fl.82v
16/12/1545 – Quarta-feira	Juiz e um vereador (Pedro de Andrade) enviados ao Termo para fazerem uma devassa	<i>Idem</i> , fl.83
26/12/1545 - Sábado	Não se reuniram por ser a oitava de Natal	<i>Idem</i> , fl.84v
02/01/1546 - Sábado	O livro de registos estava no cofre	<i>Idem</i> , fl.86v
23/01/1546 - Sábado	Dia de Santo Ildefonso	<i>Idem</i> , fl.90
03/02/1546 – Quarta-feira	Dia de S. Brás	<i>Idem</i> , fl.92

As reuniões camarárias também se realizavam em qualquer outro dia da semana, sempre que fosse necessário discutir assuntos fundamentais para o

⁷⁵ Não é apresentada justificação.

⁷⁶ O juiz de fora e dois vereadores (Francisco de Sousa e Pedro de Andrade) estão fora da cidade.

⁷⁷ Dois vereadores (Francisco de Sousa e Pedro de Andrade) estão fora da cidade.

⁷⁸ Manuel Branco (vereador) está fora da cidade.

bom regimento da cidade. Os cidadãos eram avisados para comparecerem na vereação através do pregão do porteiro da câmara.

Quadro nº 10

Reuniões da vereação realizadas noutros dias da semana

Data/dia da semana	Assunto	Fonte
20/03/1545-Sexta-feira	Pedido e estabelecimento de uma licença de um aloque	<i>Idem</i> , fl.146
31/03/1545-Terça-feira	Eleição de almotacés para o mês de Abril	<i>Idem</i> , fl.5v
30/04/1545-Quinta-feira	Eleição de um Pai dos meninos e moças	<i>Idem</i> , fl.9v e 10
05/06/1545-Sexta-feira	Carta Régia ordenando a fixação de novos preços, conforme pedido feito pela edilidade; Eleição de seis cidadãos para fixarem esses preços	<i>Idem</i> , fl.7v a 8v e 15 a 17
08/06/1545-Segunda-feira	Juramento dos seis homens eleitos para procederem à fixação dos preços	<i>Idem</i> , fl.18v a 44v
18/06/1545-Quinta-feira	Tomada de posse de um ouvidor para o julgado da Maia	<i>Idem</i> , fl.171v
03/07/1545-Sexta-feira	Tomada de posse de um Meirinho para o julgado da Maia	<i>Idem</i> , fl.171
07/07/1545-Terça-feira	Tomada de posse –ouvidor de Alfena	<i>Idem</i> , fl.174
13/07/1545-Segunda-feira	Tomada de posse – Meirinho de Gaia	<i>Idem</i> , fl.174
13/08/1545-Quinta-feira	Juramento das regateiras de pescado	<i>Idem</i> , fl.120 a 127
11/08/1545-Terça-feira	Tomada de posse– ouvidor para a Rua de Valongo	<i>Idem</i> , fl.174v
20/08/1545-Quinta-feira	Os vereadores vão partir pelo termo para fazer correição	<i>Idem</i> , fl.150v
01/09/1545-Terça-feira	Eleição de almotacés para o mês de Setembro	<i>Idem</i> , fl.58

16/10/1545-Sexta-feira	Tabelamento do preço do vinho	<i>Idem</i> , fl.71
01/12/1545-Terça-feira	Eleição de Almotacés para o mês de Setembro	<i>Idem</i> , fl.81
28/12/1545-Segunda-feira	Eleição de um ouvidor para julgado de Gaia	<i>Idem</i> , fl.162
31/12/1546-Quinta-feira	Eleição de almotacés para o mês de Janeiro	<i>Idem</i> , fl.86 e 86v
07/01/1546-Quinta-feira	Tomada de posse dos mamposteiros dos cativos	<i>Idem</i> , fl.219
21/01/1546-Quinta-feira	Discussão de uma carta régia trazida pelo corregedor	<i>Idem</i> , fl.89 e 89v
04/02/1546-Quinta-feira	Tomada de posse de um mamposteiro dos cativos	<i>Idem</i> , fl.219

As reuniões realizadas a 11 de Agosto de 1545 terça-feira⁷⁹ e a 13 de Agosto de 1545 quinta-feira⁸⁰ devem-se ao facto de o dia 12 de Agosto, quarta-feira, ter coincidido com um feriado religioso (dia de Santa Clara) e ser necessário juramentar as regateiras de pescado e dar posse a um ouvidor.

Também a reunião camarária realizada a 4 de Fevereiro de 1546 quinta-feira⁸¹, é justificada por o dia anterior – 3 de Fevereiro de 1564 quarta-feira, ser dia santo (dia de S. Brás).

Observando este quadro, concluímos que das 20 reuniões extraordinárias realizadas, 12 foram para eleição de almotacés, tomadas de posse de ouvidores, meirinhos e mamposteiros dos cativos.

Continuando a analisar a frequência das sessões camarárias, verificamos que à excepção dos meses de Novembro de 1545 e Fevereiro de 1546, não há uma grande variação quanto ao número de reuniões efectuadas.

⁷⁹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 174v

⁸⁰ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fls. 120 a 127.

Quadro nº11

Distribuição mensal das reuniões da vereação

Meses	Nº de reuniões
Março de 1545	8
Abril de 1545	6
Maio de 1545	6
Junho de 1545	9
Julho de 1545	6
Agosto de 1545	9
Setembro de 1545	9
Outubro de 1545	6
Novembro de 1545	4
Dezembro de 1545	9
Janeiro de 1546	7
Fevereiro de 1546	1
Total	80

Os meses de Janeiro e Fevereiro de 1545 não se encontram registados no livro em estudo que inicia a sua abertura somente a 7 de Março desse ano. Os seus registos terminam após a acta de 4 de Fevereiro de 1546 sem justificação, contabilizando-se assim só uma reunião da vereação para esse mês. Quanto ao mês de Novembro de 1545 não foram realizadas sessões extraordinárias justificando-se assim o número reduzido de reuniões.

Por vezes encontramos reuniões em que apenas é referido que despacharam feitos e ouviram partes como podemos observar no quadro seguinte e outras em que o escrivão regista somente o nomes dos oficiais presentes:

⁸¹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 219.

Quadro nº12

Reuniões da vereação em que não é mencionado qualquer assunto

Data/Dia da semana	Ordem de trabalhos	Fonte
18/03/1545 – Quarta-feira	Despacharam feitos e ouviram partes	A.H.M.P., <i>Vereações</i> , Lv. 15, fl. 4v
15/04/1545 – Quarta-feira	Despacharam feitos e ouviram partes; Bom regimento da cidade	<i>Idem</i> , fl. 6
18/04/1545 - Sábado	Despacharam feitos e ouviram partes	<i>Idem</i> , fl. 6v
22/04/1545 – Quarta-feira	Despacharam feitos e ouviram partes	<i>Idem</i> , fl. 7
02/05/1545 - Sábado	O escrivão mostrou o livro dos acordos; Bom regimento da cidade	<i>Idem</i> , fl. 10v
23/05/1545 - Sábado	Despacharam feitos e ouviram partes	<i>Idem</i> , fl. 12v
03/06/1545 – Quarta-feira		<i>Idem</i> , fl. 14v
26/08/1545 – Quarta-feira		<i>Idem</i> , fl. 55
14/10/1545 – Quarta-feira	Despacharam feitos e ouviram partes O escrivão mostrou o registo dos cargos	<i>Idem</i> , fl. 71v
24/10/1545 - Sábado	Despacharam feitos e ouviram partes	<i>Idem</i> , fl. 73

02/12/1545 – Quarta-feira	Despacharam feitos e ouviram partes; Bom regimento e governança da cidade; O escrivão mostrou o livro da ordenança	<i>Idem</i> , fl. 82
05/12/1545 - Sábado	Despacharam feitos e ouviram partes; Bom regimento e governança da cidade;	<i>Idem</i> , fl. 82v
12/12/1545 - Sábado	Despacharam feitos e ouviram partes; Bom regimento e governança da cidade;	<i>Idem</i> , fl. 83
19/12/1545 - Sábado	Despacharam feitos e ouviram partes;	<i>Idem</i> , fl. 83v
23/12/1545 – Quarta-feira	Despacharam feitos e ouviram partes; Bom regimento e governança da cidade;	<i>Idem</i> , fl. 84
16/01/1546 - Sábado	Despacharam feitos e ouviram partes; Bom regimento e governança da cidade;	<i>Idem</i> , fl. 88v
27/01/1546 – Quarta-feira		<i>Idem</i> , fl. 90v

Os oficiais presentes nestas reuniões são o juiz de fora, ou na ausência deste, um ou dois vereadores que servem de juizes, dois ou três vereadores, o procurador da cidade e por vezes o letrado da câmara.

Contrariamente às actas em que é desenvolvido o assunto da reunião, não estão registadas as assinaturas dos presentes.

Na sessão de 3 de Junho de 1545 quarta-feira, para além destes oficiais mencionados está presente o corregedor. A acta de vereação termina após a enumeração destes.

Também na reunião de 26 de Agosto de 1545, quarta-feira, o escrivão regista a presença de três vereadores e do procurador da cidade sem referir o assunto. O mesmo se passou a 27 de Janeiro de 1546 quarta-feira, em que estão registados o nome dos dois vereadores que servem de juizes e vereadores, dos outros dois vereadores e do procurador da cidade.

Na reunião de 26 de Agosto de 1545, quarta-feira, o escrivão justifica a ausência de um vereador – Francisco de Sousa – que está fora da cidade. Na reunião de 24 de Outubro de 1545, sábado, a não comparência de Manuel Branco e de Rui Brandão - vereadores - é devido a doença.

4. Absentismo

As Ordenações Manuelinas obrigavam à presença dos oficiais concelhios em todas as assembleias municipais e a uma justificação da falta sempre que esta se verificasse. As faltas injustificadas seriam penalizadas com o pagamento de 100 reais brancos para as obras da cidade⁸², como já referimos.⁸³

Durante o ano de 1545, o número de ausências injustificadas foi elevado, sem no entanto aparecer registada a aplicação da sanção.

⁸² Ordenações Manuelinas, Lv. 1, Tit. XLXVI, pp.330.

⁸³ Cf. Vereadores, p.11.

Para que se realizasse uma assembleia da vereação no século XV era obrigatória a presença dos quatro vereadores e de um juiz⁸⁴. Mas nos séculos XVI e XVII as reuniões podiam ser realizadas apenas com três vereadores, ou um juiz de fora e dois vereadores⁸⁵.

Ao longo do ano de 1545 são frequentes as reuniões realizadas com a presença de um juiz de fora. Na ausência deste, um ou dois vereadores – Manuel Branco e/ou Pedro de Andrade - servem de juizes e vereadores. Concluimos que teriam uma idade superior à dos restantes e por isso seriam os escolhidos para substituírem e até acumularem o cargo de juiz⁸⁶: Pedro de Andrade já exerceu o cargo de juiz em 1513/14⁸⁷ e de vereador em 1520⁸⁸ e Manuel Branco em 1533 substituiu o juiz dos órfãos Lopo Rebelo⁸⁹

Quadro nº13

Sessões realizadas com três vereadores e um juiz de fora⁹⁰

Data	Assunto	Fonte
28 de Março de 1545	Abastecimento da cidade; Propriedade municipal	A.H.M.P., Vereações, Lv15, fl. 5
22 de Abril de 1545	Despacharam partes e ouviram feitos	Idem, fl. 7
29 de Abril de 1545	Tabelamento de preços; Necessidade de colocação de	Idem, fls. 7v a 9

⁸⁴ *Ordenações Manuelinas*, Lv. 1, Tit. XLXVI.

⁸⁵ SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto e o seu Termo (1580-1640). Os homens , as Instituições e o Poder*, Vol II, Porto, Arquivo Histórico/ C.M.P., 1988, pp.490.

⁸⁶ *Ordenações Manuelinas*, Liv. I, Tit. XLIV.

⁸⁷ FERREIRA, Cristina Isabel de Oliveira Gomes – *A Vereação da Cidade do Porto: 1512- 1514, Porto, FLUP, Tese de Mestrado Policopiada*, 1997.

⁸⁸ MACHADO, Maria de Fátima Pereira – *O Porto de D. Manuel a D. João III (1518-1530)* Tese de mestrado policopiada Porto, 1997, pp.173

⁸⁹ MATIAS, Ana Luísa B. Pereira – *O Porto em 1533 – Actas de Vereação da Cidade* – Tese de mestrado policopiada, Porto, 1999, p. 28.

⁹⁰ Um ou dois vereadores substituem o juiz de fora na sua ausência.

	pedra miúda nas ruas da cidade; Colocação das marcas nas espadas	
30 de Abril de 1545	Eleição do Pai dos meninos e moças.	<i>Idem</i> , fls.9v e 10
2 de Maio de 1545	O escrivão mostra o livro dos acordos e juramentos dos registos.	<i>Idem</i> , fl.10v
16 de Maio de 1545	Abastecimento da cidade.	<i>Idem</i> , fl.11v
30 de Maio de 1545	Abastecimento da cidade.	<i>Idem</i> , fl. 13v
3 de Junho de 1545	Inexistente ⁹¹ .	<i>Idem</i> , 14v
5 de Junho de 1545	Leitura de uma carta régia para fixação de preços.	<i>Idem</i> , fls.15 a 17
19 de Agosto de 1545	Abastecimento da cidade; Correição ao Termo	<i>Idem</i> , fl. 50
22 de Agosto de 1545	Licença para um almocreve das terracenas.	<i>Idem</i> , fl. 51v a 54v
26 de Agosto de 1545	Inexistente ⁹²	<i>Idem</i> , fl. 55
29 de Agosto de 1545	Abastecimento da cidade; Propriedade municipal.	<i>Idem</i> , fl.56 57v
2 de Setembro de 1545	Abastecimento da cidade.	<i>Idem</i> , fl. 59 a 60
5 de Setembro de 1545	Propriedade municipal.	<i>Idem</i> , fl. 60v
9 de Setembro de 1545	Abastecimento da cidade.	<i>Idem</i> , fl. 61
20 de Setembro de 1545	Abastecimento da cidade.	<i>Idem</i> , fl. 64 a 67

⁹¹ O escrivão apenas menciona as presenças: corregedor, juiz de fora, três vereadores, procurador da cidade e letrado da câmara.

⁹² O escrivão apenas menciona as presenças e justifica a ausência de Francisco de Sousa que se encontra fora da cidade.

10 de Outubro de 1545	Tomada de posse de um ouvidor.	<i>Idem</i> , fl. 71
14 de Outubro de 1545	Despacharam feitos e ouviram partes.	<i>Idem</i> , fl. 71v
31 de Outubro de 1545	Propriedade municipal.	<i>Idem</i> , fl. 73v
28 de Novembro de 1545	Eleição de almotacés.	<i>Idem</i> , fl. 81
2 de Dezembro de 1545	Abastecimento da cidade.	<i>Idem</i> , fl. 82
5 de Dezembro de 1545	Despacharam feitos e ouviram partes.	<i>Idem</i> , fl. 82v
30 de Dezembro de 1546	Leitura de provisões do rei pelo corregedor.	<i>Idem</i> , fl. 85
31 de Dezembro de 1546	Eleição de almotacés.	<i>Idem</i> , fl. 86
9 de Janeiro de 1546	Tomada de posse de quadrilheiros.	<i>Idem</i> , fl. 87
13 de Janeiro de 1546	Inexistente ⁹³	<i>Idem</i> , fl. 88
16 de Janeiro de 1546	Despacharam feitos e ouviram partes; Examinaram alfaiates e quintadores de arcos.	<i>Idem</i> , fl. 88v

As sessões realizadas com a presença de apenas dois vereadores e um juiz ou dois vereadores – Manuel Branco e /ou Pedro de Andrade – que o

⁹³ O escrivão apenas refere a presença do juiz, de três vereadores. Justifica a ausência de Francisco de Sousa como estando fora da cidade e de Jerónimo Rodrigues, procurador da cidade que “...nom veo a camara por amdar ucupado em negocios da cidade e receber hum pouquo de pam que se tomou que seja do concelho de Refojos.”

substituem na sua ausência são menos abundantes que as referenciadas no quadro acima como se exemplifica de seguida:

Quadro nº 14

Sessões realizadas com o juiz e apenas dois vereadores

Data	Assunto	Fonte
7 de Março de 1545	Propriedade municipal.	A.H.M.P., <i>Vereações</i> , Lv 15, fl. 2
9 de Março de 1545	Eleição do tesoureiro.	<i>Idem</i> , fl. 2v
14 de Março de 1545	Eleição do tesoureiro.	<i>Idem</i> , fl. 4
18 de Março de 1545	Propriedade municipal; Abastecimento da cidade.	<i>Idem</i> , fl. 4v
15 de Abril de 1545	Despacharam feitos e ouviram partes.	<i>Idem</i> , fl. 6
20 Maio de 1545	Abastecimento da cidade; Vida quotidiana.	<i>Idem</i> , fl. 12
23 de Maio de 1545	Despacharam feitos e ouviram partes.	<i>Idem</i> , fl. 12v
27 de Maio de 1545	Abastecimento da cidade; Vida quotidiana.	<i>Idem</i> , fl. 13
30 de Setembro de 1545	Abastecimento da cidade; Correição ao Termo ⁹⁴ .	<i>Idem</i> , fl. 68
24 de Outubro de 1545	Despacharam feitos e ouviram partes.	<i>Idem</i> , fl. 73
14 de Novembro de	Eleição de um cidadão para	<i>Idem</i> , fl. 76v

⁹⁴ O escrivão refere a ausência do juiz e de dois vereadores – Francisco de Sousa e Rui Brandão que “...foram ao termo servir o pam.” A reunião camarária realizou-se só com os restantes vereadores –Manuel Branco e Pedro de Andrade.

1545	substituir um vereador ausente; ⁹⁵ Fixação de preços; Deliberação para enviar um cidadão à corte.	
19 de Dezembro de 1545	Despacharam feitos e ouviram partes.	<i>Idem</i> , fl. 83v
23 de Dezembro de 1545	Despacharam feitos e ouviram partes.	<i>Idem</i> , fl. 84
27 de Janeiro de 1546	Eleição de jurados para o julgado da Maia.	<i>Idem</i> , fl. 90

Surgem-nos ainda três situações em que as sessões são realizadas com um vereador que substitui o juiz e apenas um outro vereador. A primeira, a dezoito de Abril de 1545, despacharam partes e ouviram feitos⁹⁶. A segunda realizou-se a três de Novembro de 1545, e a ordem de trabalhos foi sobre o abastecimento da cidade relativamente ao pão e ao pescado⁹⁷. A terceira efectuou-se a dezoito de Novembro de 1545 e o assunto tratado foi sobre a propriedade municipal⁹⁸.

Deparamos também com três situações em que nem Manuel Branco e Pedro de Andrade - vereadores que substituem o juiz se encontram presentes. Assim na sessão de dezassete de Outubro de 1545, “... *nom se fez camara por o juiz ser fora e Francisco de Sousa e Pero d’Andrade e nom foram mais que*

⁹⁵ João Alvares, O Preto, reúne com Manuel Branco – vereador e juiz e com Rui Brandão, por estarem ausentes Francisco de Sousa e Pedro de Andrade. Desconhecemos o motivo destas ausências, bem como a razão e a eleição deste vereador substituto, o qual já tinha exercido o cargo de vereador em 1522. Vd. MACHADO, Maria de Fátima Pereira – *O Porto de D. Manuel a D. João III (1518-1530)* Tese de mestrado policopiada Porto, 1997, p.172.

⁹⁶ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl.6v.

⁹⁷ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 74v.

⁹⁸ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 80.

*dous vereadores que ambos nom podiom fazer camara.”*⁹⁹ A sete de Novembro de 1545, o escrivão regista que “*...nom se fez camara por ser fora Pero d’Andrade e Francisco de Sousa e nom fiquarem se nom dous vereadores que nom podiom fazer camara.*”¹⁰⁰ E a vinte e um de Novembro de 1545, Álvaro Fernandes volta a justificar que “*... nom se fez camara por Mannoell Branco ser fora da cidade e dous vereadores nom fizeram camara.*”¹⁰¹

Para tirarmos uma conclusão acerca do absentismo, no quadro seguinte, apenas se contabilizou as assembleias para as quais foram mencionadas a presença dos vereadores, excluindo as reuniões em que não são referidas os nomes dos oficiais presentes. A assiduidade do escrivão da câmara não foi analisada pois só se ausentou uma vez – a 9 de Dezembro de 1545- por doença e a reunião não se efectuou¹⁰².

Quadro nº15

Presença dos vereadores nas reuniões da câmara

Meses	Nº reuniões	Pêro de Andrade	Manuel Branco	António Mendes ¹⁰³	Rui Brandão	Francisco de Sousa
Março 1545	8	2	5	5	5	3
Abril 1545	6	4	-	-	4	2
Maio 1545	6	6	-	-	6	3
Junho	9	2	-	-	2	2

⁹⁹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 71.
¹⁰⁰ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 76.
¹⁰¹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 80.
¹⁰² A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 82v.
¹⁰³ A sua presença verifica-se entre 7 de Março de 1545 e 28 de Março de 1545. A partir desta data é Francisco de Sousa quem o substitui. Não encontramos qualquer justificação para esta substituição.

1545						
Julho 1545	5 ¹⁰⁴	-	-	-	-	-
Agosto 1545	8	6	7	-	7	3
Setembro 1545	8	2	5	-	3	4
Outubro 1545	6	6	5	-	5	3
Novembro 1545	4	2	4	-	4	-
Dezembro 1545	7	5	5	-	3	2
Janeiro 1546	6	4	4	-	4	1
Fevereiro 1546	1 ¹⁰⁵	-	-	-	-	-
Total	74	39	35	5	43	23

Analizando este quadro e os quadros nº 1, nº 2 e nº 15 referentes às presenças nas sessões camarárias, do procurador da cidade do juiz de fora e vereadores respectivamente, em termos percentuais concluímos o seguinte:

- Juiz de fora: presente em 41,89% das assembleias;
- Vereadores: - Pedro de Andrade em 52,70%;
 - Manuel Branco em 47,29%;
 - Rui Brandão em 58,10%;
 - Francisco de Sousa em 31,08%.
- Procurador da cidade: em 60,81% das sessões camarárias.

¹⁰⁴ Estas reuniões destinaram-se à eleição de um juiz de Leça (A.H.M.P., *Vereações*, Lv.15, fl.171), de ouvidores (A.H.M.P., *Vereações*, Lv.15, fls.173, 174, e 174v) e de meirinhos (A.H.M.P., *Vereações*, Lv.15, fl. 175). As actas de vereação contudo não referem a presença de vereadores.

¹⁰⁵ Esta reunião destinou-se à tomada de posse de um mamposteiro dos cativos. A acta de vereação não refere as presenças de vereadores – A.H.M.P., *Vereações*, Lv.15, fl. 219v.

O absentismo dos oficiais continua a ser uma realidade. Relativamente ao juiz de fora é elevado o seu número de faltas nas assembleias camarárias apesar de tratar de um oficial nomeado pelo monarca que auferia de remuneração.

A presença do procurador da cidade, Jerónimo Rodrigues é bastante significativa pelo facto de o seu ofício implicar um profundo conhecimento da vida da cidade. Quanto aos vereadores com excepção de Rui Brandão, a ausência dos demais é bastante notória.

Como já referimos anteriormente, as Ordenações previam o impedimento “lícito e suficiente”¹⁰⁶, para os oficiais justificarem a sua ausência. Mas nem sempre isso acontecia e os seus nomes não aparecem escritos nas actas de vereação.

As justificações dadas pelos vereadores, para o impedimento das suas participações nas reuniões camarárias só nos é dado a conhecer a partir do mês de Agosto de 1545 em que o escrivão regista no livro dos acordos o motivo da falta de comparência:

- **19 de Agosto de 1545** – Pedro de Andrade “... *mamdou dizer estar doente*”¹⁰⁷.
- **22 de Agosto de 1545** – Francisco de Sousa está “.... *fora da cidade*”¹⁰⁸.
- **26 de Agosto de 1545** – Francisco de Sousa está “... *fora da cidade pediu licença na camara*”¹⁰⁹.
- **29 de Agosto de 1545** – Francisco de Sousa está “.... *fora da cidade a fazer correio*”¹¹⁰.

¹⁰⁶ Ordenações Manuelinas, LV. 1, Tit. XLV.

¹⁰⁷ A.H.M.P., Vereações, Lv. 15, fl. 49.

¹⁰⁸ A.H.M.P., Vereações, Lv. 15, fl. 51v.

¹⁰⁹ A.H.M.P., Vereações, Lv. 15, fl. 55.

¹¹⁰ A.H.M.P., Vereações, Lv. 15, fl. 55v.

- **2 de Setembro de 1545** – Rui Brandão “... *mamdou dizer estar doente*”.¹¹¹
- **5 de Setembro de 1545** – Pedro de Andrade está “... *fora da cidade*”¹¹².
- **23 de Setembro de 1545** – “... *Nom se reunirom por o juiz ser ucupado em huma devasa Gerónimo Rodriguiz Francisco de Sousa e Rui Brandom serem nos termos da cidade sobre o pam.*”¹¹³
- **30 de Setembro de 1545** – Francisco de Sousa e Rui Brandão “... *forom aos termos servir o pam*”¹¹⁴
- **10 de Outubro de 1545** – Francisco de Sousa “*fora da cidade*”¹¹⁵
- **13 de Outubro de 1545** – Francisco de Sousa “*ser fora da cidade*”¹¹⁶
- **17 de Outubro de 1545** – Não se reuniram por “...*o juiz ser fora e Francisco de Sousa e Pedro de Andrade.*”¹¹⁷
- **23 de Outubro de 1545** – Rui Brandão e Manuel Branco “... *non vieram por estarem doentes*”¹¹⁸.

¹¹¹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 58v.

¹¹² A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 61

¹¹³ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 67v

¹¹⁴ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 68

¹¹⁵ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 71

¹¹⁶ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 71v

¹¹⁷ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 71v

¹¹⁸ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 73

- **7 de Novembro de 1545** – Não se reuniram por “...o juiz ser fora e Francisco de Sousa e Pedro de Andrade.”¹¹⁹
- **21 de Novembro de 1545** – Não se reuniram “...por Mannoell Branco ser fora da cidade”¹²⁰.
- **16 de Dezembro de 1545** – Não se reuniram “...por Pedro de Andrade ser enviado a huuma devasa”¹²¹.
- **30 de Dezembro de 1546** Rui Brandão “...ser fora da cidade”¹²².
- **13 de Janeiro de 1546** – Francisco de Sousa “...ser fora da cidade”¹²³.

Observando o quadro seguinte:

Quadro nº 16

Faltas justificadas e injustificadas dos vereadores e procurador da cidade 1545-1546

Oficiais	Nº de reuniões a que faltaram	Nº de faltas justificadas	Nº de faltas injustificadas
Manuel Branco	39	2	37
Pedro de Andrade	36	6	30
Francisco de Sousa	51	10	41

¹¹⁹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl.76

¹²⁰ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl.80

¹²¹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl.83

¹²² A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl.85

¹²³ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl.88

Rui Brandão	31	5	26
Procurador da cidade	29	1	28
Total	186	24	162

Concluimos que o absentismo é elevado e que as coimas não são aplicadas.

Foram então poucas as reuniões camarárias em que se encontraram presentes todos os oficiais, como podemos observar no quadro seguinte:

Quadro nº 17

Assembleias em que estiveram presentes o juiz , quatro vereadores e o procurador da cidade.

Data/Dia da Semana	Fonte
1 de Agosto de 1545 - Sábado	A.H.M.P., <i>Vereações</i> , Lv. 15, fls.47-47v.
8 de Agosto de 1545 - Sábado	<i>Idem</i> , fl. 48v.
13 de Agosto de 1545 – Quinta-feira	<i>Idem</i> , fl. 120.

Em 74 reuniões da vereação que nos indicam os oficiais presentes, só em 3 se encontrou toda a vereação. O elevado absentismo que já se verificava no século anterior¹²⁴, continua a manter-se no ano em estudo.

5. A jurisdição sobre o termo da cidade

Os limites do termo do Porto, fixados na segunda metade do séc. XIV, são idênticos aos que definiam a área de jurisdição da edilidade portuense nos inícios do século XVI¹²⁵.

A Câmara nomeava diversos funcionários para exercerem essa jurisdição e também realizava uma “correição” periódica efectuada pelos oficiais concelhios.

5.1 – Ouvidores

A vereação tinha como responsabilidade nomear estes funcionários. Administravam a justiça nos lugares mais importantes e nos diversos concelhos, permitindo o bom funcionamento da vida pública. Tinham poder para ouvir e sentenciar pleitos que ocorriam nas audiências, tratar de acções cíveis de processo sumário e mandar prender malfeitores¹²⁶. Competia-lhes ainda fiscalizar o bom cumprimento das disposições concelhias e a aplicação das respectivas coimas¹²⁷.

Para o ano em estudo, os documentos apresentam-nos nomeações de vários ouvidores, conforme o quadro seguinte:

¹²⁴ COSTA, Adelaide Lopes Millan da – “Vereação” e “Vereadores” – *O Governo do Porto em Finais do século XV*. Porto, Arquivo Histórico/C.M.P., 1993, pp.85-86.

¹²⁵ SOUSA, Armindo de – *Tempos Medievais*, in RAMOS, A. de Oliveira (dir.) – “História do Porto”, Porto, Porto Editora, 1995, pp. 50 a 60.

¹²⁶ SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto e o seu Termo (1580-1640). Os Homens, as Instituições e o Poder*, Porto, A.H.M.P., 1988, p.49.

¹²⁷ GONÇALVES, Iria, - *As Finanças Municipais do Porto na Segunda Metade do Século XV*, Porto, A.H.M.P., 1987, p.48.

Quadro nº 18

Ouvidores do termo

Julgado	Ouvidor
Azurara	João Pires ¹²⁸
Maia	Domingos Fernandes ¹²⁹
Bouças	João Afonso – substitui Pedro Correia ¹³⁰
Bougado	Domingos Fernandes, morador na freguesia de Bougado ¹³¹
Penafiel	Gonçalo Pires ¹³²
Refojos	João Martins ¹³³
Gaia	Fernão Eanes, morador na freguesia de Vilar do Paraíso ¹³⁴
Aguiar de Sousa	Diogo Domingues, morador na freguesia de Rebordosa ¹³⁵
Gondomar	João Fernandes, morador em Ferreirinha ¹³⁶
Alfena	Pedro Vasques, morador no burgo de Alfena ¹³⁷
Valongo	Gonçalo Afonso, morador no lugar da rua de Valongo ¹³⁸

¹²⁸ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl.175.

¹²⁹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl.130.

¹³⁰ Desconhecemos a razão da sua substituição. A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl.130v.

¹³¹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl.171v.

¹³² Substitui António Pires, sapateiro, morador na rua da Arrifana, por os vereadores considerarem que não deveriam ser nomeados dois ouvidores que residissem na mesma rua. A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl.58v.

¹³³ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl.172.

¹³⁴ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl.172.

¹³⁵ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl.172v.

¹³⁶ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl.173v.

¹³⁷ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl.174.

Arrifana	Alvaro Pires; barbeiro, morador na Arrifana ¹³⁹
Penafiel	António Pires, sapateiro, morador na Arrifana ¹⁴⁰
Arrifana	Afonso Dias ¹⁴¹
Vila Nova	Dinis Rebelo, espadeiro ¹⁴²
Gaia	Manuel Rodrigues, morador na quinta de Valadares ¹⁴³
Gaia	Amador Pires, morador em Canelas ¹⁴⁴

5.2 - Meirinhos

Igualmente nomeados pela câmara, estes oficiais de justiça complementavam a acção dos ouvidores, acompanhando-os por todos os concelhos e lugares importantes do termo¹⁴⁵. Tinham o direito de prender, citar, penhorar e de executar outros mandados judiciais¹⁴⁶.

Em 1545, foram nomeados os seguintes meirinhos:

¹³⁸ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl.174v.
¹³⁹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl.171.
¹⁴⁰ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl.171v.
¹⁴¹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl.175v.
¹⁴² Substitui o ouvidor eleito o ano anterior por este não estar em Vila Nova. A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 71.
¹⁴³ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl.170v.
¹⁴⁴ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl.162.
¹⁴⁵ SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto e o seu Termo (1580-1640). Os Homens, as Instituições e o Poder*, Vol. II, Porto, A.H.M.P., 1988, p.672.

Quadro nº19

Meirinhos do Termo

Julgado	Meirinho
Refojos	Pedro Eanes ¹⁴⁷
Gondomar	António Pires, de Valbom ¹⁴⁸
Sta Maria de Avioso	Domingos Pires, de Sta Maria de Avioso ¹⁴⁹
Gaia	Bartolomeu Gonçalves, morador na vila de Valadares ¹⁵⁰
Leça	Pascoal Gonçalves ¹⁵¹
Arrifana	Pedro Gonçalves, almocreve ¹⁵²

¹⁴⁶SILVA, António de Moraes – *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, 10ª ed. ,Ed. Confluência, Vol. VI, 1945.

¹⁴⁷ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl.172.

¹⁴⁸ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl.173v.

¹⁴⁹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl.171.

¹⁵⁰ Substitui Joane Eanes, meirinho, durante a sua ausência. A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl.174.

¹⁵¹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl.175v.

¹⁵² A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl.175v.

CAPÍTULO II

Aspectos Económicos

1. Abastecimento da cidade

Apesar da centralização régia, as Ordenações atribuíam aos concelhos, para além de funções como a administração e a justiça, a função de regerem as actividades económicas.¹

Sendo referida habitualmente nos documentos como uma cidade estéril, com uma produção do termo insuficiente, os oficiais concelhios deveriam preocupar-se com o abastecimento regular da cidade e com a fixação dos preços dos produtos de primeira de necessidade. O pão, o vinho, o peixe, a carne, o azeite, as hortaliças, as frutas e o sal deveriam manter-se acessíveis à maior parte da população.²

Esta preocupação constante dos preços e do seu tabelamento leva a que os homens da governança por vezes proibissem a revenda de determinados produtos por considerarem o intermediário muitas vezes o responsável pela subida de preços³.

O tabelamento dos preços até 1533 é local. Não era viável num país com acessos difíceis e produtos diferentes, os monarcas definirem uma taxa

¹ MAGALHÃES, Joaquim Romero de – *Os Concelhos* in Mattoso, José (dir. de) *História de Portugal – No Alvorecer da Modernidade* , Vol. III, S/1, Ed. Estampa, 1997, pp. 164-165.

² GONÇALVES, Iria – *Defesa do consumidor na cidade medieval: Os produtos alimentares (Lisboa – Séculos XIV – XV)* in *Um olhar sobre a cidade medieval*, Cascais, Patrimonia Histórica, 1996, p.97-107.

³ MAGALHÃES, Joaquim Romero de – *A Estrutura das Trocas* in Mattoso, José (dir. de) *História de Portugal – No Alvorecer da Modernidade* , Vol. III, S/1, Ed. Estampa, 1997, p. 285.

geral. Os preços quando tabelados pelos soberanos eram escassos e tomavam em consideração a diversidade do reino.⁴

Sendo uma cidade situada perto do mar e junto a um rio navegável, na época até S. João da Pesqueira, via facilitada a circulação de produtos e o seu abastecimento. Chegavam de Entre Douro e Minho, pão, vinho e outras mercadorias. Por mar vinham produtos como o trigo da Sicília, os tecidos ingleses e flamengos, o peixe da Galiza e de Sesimbra e o sal de Aveiro.⁵

1.1 – Cereais

A base da alimentação da população era o pão. Um ano de alterações climáticas significava necessariamente a fome.

No século XVI com o aumento demográfico e a necessidade de fabricar o biscoito para alimentar todos os que partiam para as descobertas, acentuou-se ainda mais a deficitária produção cerealífera que Portugal já conhecia⁶. Compreende-se assim que o abastecimento de cereais à cidade fosse um dos assuntos que preocupava os homens da governança. Era necessário conhecer a produção de cereais para esse ano bem como se as sementes destinadas ao ano posterior eram suficientes. Quando se verificava que a produção era insuficiente havia que tomar medidas para solucionar esse problema, quer locais quer através da intervenção régia.⁷

⁴ MAGALHÃES, Joaquim Romero de – *Os Concelhos* in Mattoso, José (dir. de) *História de Portugal – No Alvorecer da Modernidade* , Vol. III, S/1, Ed. Estampa, 1997, p. 164.

⁵ MACHADO, Maria de Fátima Pereira – *O Porto de D. Manuel a D. João III (1518 – 1530)* – Tese de mestrado policopiada, Porto, 1997, p.63.

⁶ MAGALHÃES, Joaquim Romero de – *A Estrutura das Trocas* in Mattoso, José (dir. de) *História de Portugal – No Alvorecer da Modernidade* , Vol. III, S/1, Ed. Estampa, 1997, p. 284.

⁷ MAGALHÃES, Joaquim Romero de – *A Estrutura das Trocas* in Mattoso, José (dir. de) *História de Portugal – No Alvorecer da Modernidade* , Vol. III, S/1, Ed. Estampa, 1997, p. 315.

Os anos de 1519, 1520, 1523 e 1528 foram anos de más colheitas para a cidade do Porto, e o ano de 1521 foi ano de seca, o que se reflectiu em todo o reino.⁸

Em 1538 a colheita voltou a ser reduzida e os preços dos cereais subiram. O mesmo se passou em 1539.⁹

Para o ano de 1545, a preocupação registada nas actas de vereação quanto ao abastecimento de pão à cidade bem como às licenças pedidas para comprar ou levar este cereal para fora, são frequentes:

- **A 16 de Maio de 1545 – sábado** - Castro de Aguiar vem à câmara pedir licença para comprar pão a Pedro Afonso.¹⁰ Desconhecemos a razão e o desfecho deste pedido uma vez que acta termina após este registo.
- **A 30 de Maio de 1545 – sábado** – é dado juramento a Domingos de Gaia, para ele não carregar no seu navio “...*pam de sorte nenhuma...*” sem primeiro pedir a licença. Se o não cumprir pagará de coima cinquenta cruzados.

Na mesma data também é dado juramento a Estevão de Moraes, morador em Sesimbra, e a Gaspar Gonçalves para eles “... *nom levarem pam nenhum ...*” sem licença, sob pena de pagarem cinquenta cruzados cada um. Gonçalo Gonçalves, meirinho em Miragaia, recebe juramento para só comprar pão das terracenas do rei, sob pena de pagar cinquenta cruzados e ser penalizado com dois anos de degredo¹¹.

- **A 19 de Agosto de 1545 – quarta-feira** – há referência à falta de pão e à sua carestia. É decidido que os vereadores devem repartir entre si os julgados “... *pera fazerem correição....*”. Rui Brandão iria para o julgado de Agra; Manuel Branco deslocar-se-ia para a Maia, Azurara,

⁸ MACHADO, Maria de Fátima Pereira – *O Porto de D. Manuel a D. João III (1518 – 1530)* – Tese de mestrado policopiada, Porto, 1997, pp.63-67.

⁹ BASTO, A. de Magalhães – *No Tempo dos Feitores da Flandres-* in *Estudos Portuenses*, Porto, Imprensa Portuense, s/d., p.44.

¹⁰ A.H.M.P., *Vereações*, Lv.15, fl.232.

¹¹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv.15, fl.231 e 231v.

Bouças e S. João da Foz. Pedro de Andrade para Gaia, coutos de Carvalhos, coutos de Olivais, Gondomar e Rio Tinto e Francisco de Sousa visitaria Penafiel e Refojos. Também fica registado que os regatões não vendam pão para fora do termo nem que ninguém vendesse pão a quem o levasse para fora. Os celeiros guardariam o milho quando este fosse colhido¹².

▪ **A 20 de Agosto de 1545 – quinta-feira** – os vereadores reúnem-se para confirmar a divisão entre si dos julgados e decidem partir uma vez que o milho já está colhido.¹³

▪ **A 29 de Agosto de 1545 – sábado** – surgiram queixas ao juiz de fora e vereadores sobre o facto de na “*Terra da Feira*” não deixarem sair pão para a cidade do Porto. Como era necessário o abastecimento deste cereal à cidade, foi pedido que se enviasse uma carta precatória à câmara da Feira para fazerem um acordo. Nesta sessão ficou também decidido a necessidade de elegerem guardas para que ninguém levasse pão para fora da cidade “...*de dia ou de noite por terra ou por mar..*” sem mostrarem alvará de licença. Foram eleitos Lourenço Gonçalves e Gaspar Alvares – procuradores dos mestres, Silvestre Gonçalves, ferrador, e João Domingues, sapateiro. Sempre que necessário estes guardas chamariam os porteiros da cidade e os quadrilheiros “...*pera com eles fazerem as penhoras e dilligencias...*”. Os infractores pagariam quinhentos reais para a cidade e cativos e os guardas tomariam as velas do navio se estes entrassem na barra. Só poderiam partir com autorização dos guardas sob pena de pagarem vinte cruzados¹⁴.

▪ **A 2 de Setembro de 1545 – quarta-feira** – André Cristovão, cavaleiro da casa do rei e seu feitor de pão, vindo de Trás-os-Montes com destino a Lisboa, descolocou-se à câmara para mostrar as

¹² A.H.M.P., *Vereações*, Lv.15, fl.50.

¹³ A.H.M.P., *Vereações*, Lv.15, fl.50v.

provisões dadas pelo monarca que lhe permitiam levar pão¹⁵. O cuidado que os oficiais da vereação tinham em controlar os mantimentos que saíam da cidade devia-se não só à preocupação do abastecimento desta, mas também à diminuição das receitas concelhias por os produtos em nome do rei estarem isentos de direitos¹⁶.

▪ **A 9 de Setembro de 1545 – quarta-feira** – Verifica-se uma continuidade do assunto tratado em 29 de Agosto. A vereação reúne com dez cidadãos e os procuradores dos mesteres para decidirem se continuariam a vizinhar com a terra da Feira uma vez que esta vila não deixava vir pão para a cidade. Os cidadãos foram ainda informados de que havia quem apresentasse provisões do rei para levar pão para Lisboa e outras partes do reino. Decidiram então, deixar sair o pão, apesar da sua falta, mas informando o rei das carências e da esterilidade da terra. Relativamente às pessoas que foram comprar pão a Trás-os-Montes e à Beira para o levar para fora do Porto, teriam de deixar uma parte do milho na cidade¹⁷.

▪ **A 20 de Setembro de 1545 – sábado** – a preocupação do abastecimento de pão à cidade continua. Os cidadãos são informados do acordo feito na vila da Feira em como estes não deixavam vir pão nem vinho para a cidade. Escreveram à vila da Feira dizendo que o Porto sempre dera pão a quem o vinha buscar mesmo depois de começar a esterilidade deste e que estariam prontos a vizinhar com a Feira se estes corrigissem os seus acordos e que deveriam dar uma resposta até ao dia 16 de Setembro. Como não veio resposta os vereadores e os cidadãos concluíram “*que nom queriom vizinhar com a Feira por esta nom querer vizinhar com a cidade.*” Ficou ainda registado que ninguém deveria vender nenhuma qualidade de pão para

¹⁴ A.H.M.P., *Vereações*, Lv.15, fl.56 a 57v.

¹⁵ A.H.M.P., *Vereações*, Lv.15, fl.59v e 60.

¹⁶ A.H.M.P., *Provisões*, Lv. 1, fl. 194.

¹⁷ A.H.M.P., *Vereações*, Lv.15, fl.61 a 63.

a Vila da Feira, por mar ou por terra, sob pena de pagarem quinhentos reais e que perderia “*o seu gado e mamtimentos e a compra feita.*” Também ficou decidido que ninguém deveria ir à “*...feira d’Ornellas buscar ou levar pam sob pena de pagar quinhentos reaes.*” Esta decisão foi mandada escrever e apregoar. Chamaram ainda atenção pelo facto de muitas pessoas, com alvará do rei, quererem levar pão para fora da cidade. Concluíram que isso provocava um grande prejuízo ao Porto “*... tal era a esterilidade e mingoa de pam que ha em toda a parte do reino.*” Concordaram enviar dois homens do povo à corte para informarem o rei da difícil situação em que estavam e para pedir ao monarca “*... que nom mandase aviar taes provisons*”. Foram eleitos a mais vozes os dois procuradores dos mesteres, Gaspar Alvares e Lourenço Gonçalves¹⁸.

▪ **A 30 de Setembro de 1545 – quarta-feira** – O juiz de fora e dois vereadores - Francisco de Sousa e Rui Brandão -deslocaram-se ao Termo para “*... servir o pam.*” Manuel Branco e Pedro de Andrade também são convocados para irem para fora com a mesma função, bem como o corregedor o qual partiria logo de manhã para Entre-os-Rios¹⁹.

▪ **A 4 de Novembro de 1545 – quarta-feira** – A vereação teve conhecimento de que havia carregamentos de pão em navios, durante a noite. Para evitar que levassem carga que não lhes pertencia, ficou acordado que os carregamentos só poderiam ser feitos de dia e que não sairiam de S. João da Foz sem mostrarem a carga e os vistos aos guardas. Quem não cumprisse pagaria vinte cruzados e iria para a cadeia²⁰.

▪ **A 14 de Novembro de 1545 – sábado** – Reúne-se a vereação com vinte e quatro cidadãos e os procuradores dos mesteres convocando

¹⁸ A.H.M.P., *Vereações*, Lv.15, fl.64 a 67.

¹⁹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv.15, fl.69.

²⁰ A.H.M.P., *Vereações*, Lv.15, fl.74v.

também o corregedor para estar presente. Discutiram sobre os preços dos cereais taxados pelo rei na cidade e na vila da Feira.

Os preços em questão eram os seguintes²¹:

Quadro nº 20

Preços para a cidade do Porto		Preços para a vila da Feira	
Alqueire de trigo	80 reais	Alqueire de trigo	20 reais
Alqueire de centeio	60 reais	Alqueire de centeio	70 reais
Alqueire de milho e cevada	40 reais	Alqueire de milho	60 reais

Existia uma diferença de valores para os mesmos produtos o que fazia com que o pão não chegasse à cidade e fosse directamente para a feira de Ornelas. Decidiram eleger um cidadão que se deslocasse à corte para pedir ao rei que baixasse os preços do pão na vila da Feira ou subisse os do Porto²². Desconhecemos a decisão do monarca quanto ao desfecho deste assunto.

- **A 13 de Janeiro de 1546 – quarta-feira** – Jerónimo Rodrigues, procurador da cidade, não está presente na sessão de vereação por se ter deslocado em negócios da cidade para “... *receber o pam que se tomou do concelho de Refojos.*”²³

1.2 – Vinho

Para além do pão, o vinho também fazia parte da alimentação diária da maioria da população o que o tornava num produto que suscitava

²¹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv.15, fl.77 a 77v.

²² A.H.M.P., *Vereações*, Lv.15, fl.77 a 77v.

preocupação nos oficiais concelhios²⁴ quer em relação ao seu abastecimento na cidade quer às rendas das entradas do vinho que a câmara recebia. Também a coroa arrecadava a sisa beneficiando assim com o comércio deste produto.²⁵

Relativamente ao ano em estudo não existem quase referências a este produto. Apenas encontramos registadas em duas sessões da vereação a necessidade de tabelar o preço do vinho devido à sua carestia.

A 29 de Abril de 1545 – quarta-feira – a vereação concordou que o quartilho do vinho melhor, de outra cidade, arredores e arrabaldes, povoação nova de Gaia, Gaia e Vila Nova – não ultrapassasse o valor de vinte ceitis e que o mais fraco fosse mostrado aos almotacés e taxado segundo o valor do vinho até Setembro próximo, sob pena de pagarem dois mil reais para a cidade e cativos²⁶.

Somente a 16 de Outubro de 1545 – sexta-feira – encontramos nova preocupação com o preço do vinho. A edilidade discute a necessidade de taxar o vinho novo respeitando o preço do vinho maduro e verde. Refere-se ainda na acta de vereação “... *que este anno avia muito vinho...*” e que os taberneiros continuavam a vender o vinho “...*como quando avia pouco*”.²⁷

1.3 – Carne

A dieta medieval era constituída por um outro produto alimentar cujo abastecimento também preocupava a edilidade portuense – a carne²⁸.

²³ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 88.

²⁴ COELHO, Maria Helena da Cruz - *Apontamentos Sobre a Comida e Bebida do Campesinato Coimbrão em Tempos Medievais* in *Homens, Espaços e Poderes (Séculos XI-XVI) – Notas do Viver Social*. Lisboa, Livros Horizonte, 1990, pp. 10-15; GONÇALVES, Iria – *Acerca da Alimentação Medieval* (sep. Da “Revista da Faculdade de Letras de Lisboa”, IV Série, nº 2). Lisboa, 1978, p. 458.

²⁵ MACHADO, Maria de Fátima Pereira – *O Porto de D. Manuel a D. João III (1518 – 1530)* – Tese de mestrado policopiada, Porto, 1997, p. 70.

²⁶ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 7v e 8.

²⁷ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 71.

²⁸ MARQUES, A. H. de Oliveira – *A Sociedade Medieval Portuguesa. Aspectos da Vida Quotidiana*, 3ª Ed., Lisboa, Lv. Sá da Costa, 1974, pp. 724-746.

Eram estabelecidos contratos com os carnicheiros, pela vereação, para que este produto não faltasse ou o seu preço se tornasse elevado para a população. Esses contratos obrigavam os carnicheiros a fornecer à cidade, por um determinado período de tempo, uma certa quantidade de carne a um preço previamente estabelecido. Por outro lado, os carnicheiros obrigados detinham o monopólio do comércio da carne no açougue da cidade²⁹. Aqui eram vendidos sob a vigilância dos almotacés, a carne de bovino, ovino e caprino. Coelho, aves, porcos e caça eram comercializados fora do açougue.

Em 1545 os carnicheiros obrigados a abastecer a cidade bem como a quantidade de carne que teriam de providenciar foram seguintes:

Quadro nº 21

Carniceiros obrigados a fornecerem carne à cidade - 1545

Nome	Quantidade	Fonte
João Afonso de Vila Nova	Dois bois bons até à véspera da Páscoa	AHMP, <i>Vereações</i> , Lv 15, fl. 216
Gonçalo Pires	Um boi bom até à véspera da Páscoa	<i>Idem</i> , fl. 216
Baltazar Fernandes ³⁰	Um boi bom até à véspera da Páscoa	<i>Idem</i> , fl. 216
Pêro Eanes	Um boi bom até véspera da Páscoa	<i>Idem</i> , fl. 216
Francisco Álvares	Um boi bom ou dois carneiros até à véspera da Páscoa	<i>Idem</i> , fl. 216
João Gonçalves, de S. João da Foz	Dois bois bons até véspera da Páscoa	<i>Idem</i> , fl. 216
João Gonçalves	Um boi bom até à véspera da Páscoa e outro	<i>Idem</i> , fl. 216v

²⁹ OLIVEIRA, António – *A Vida Económica e Social de Coimbra de 1537 a 1640*, Vol. II, Coimbra, F.L.U.C., 1978, pp.200-271e SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto e o seu Termo (1580-1640). Os Homens, as Instituições e o Poder*, volvi, Porto, A.H./C.M.P., 1988, pp.724-746.

³⁰ Obrigou-se por ele João Afonso. Desconhecemos a razão da substituição.

	boi bom até à véspera da Pascoela	
João Afonso	Dois bois bons cada Sábado até Janeiro de 1546	<i>Idem</i> , fl. 216v
João Gonçalves, o Novo	Um boi bom cada semana até Janeiro de 1546	<i>Idem</i> , fl. 217
Pêro Domingues	Um boi bom cada semana até Janeiro de 1546	<i>Idem</i> , fl. 217
André Carvalho	Um boi bom cada Sábado, até Janeiro de 1546	<i>Idem</i> , fl. 217
João Gonçalves, o Novo	Para além da obrigação anterior tem de dar outro boi bom até Janeiro de 1546	<i>Idem</i> , fl. 217
João Gonçalves, o Velho	Um boi bom cada Sábado, até ao S. João e dois bois bons cada Sábado até Janeiro de 1546	<i>Idem</i> , fl. 217v
Francisco Fernandes	Um boi bom cada Sábado até Janeiro de 1546	<i>Idem</i> , fl. 217v

Nem sempre os carniceiros concordavam em serem obrigados, principalmente quando consideravam o lucro insuficiente³¹. Nesta situação a edilidade penalizava-os com uma multa.

Para o ano em estudo, todos os carniceiros convocados para serem obrigados aceitaram, com excepção de João Gonçalves e João Gonçalves, o Novo. O primeiro é avisado da pena que teria de pagar caso não aceitasse – dois mil reais e o segundo pagaria uma coima de quinhentos reais e mataria três cabras de gado miúdo, cabras, crestões e carneiros. Não encontramos qualquer justificação para a aplicação de tais coimas.

1.4 – Peixe

Produto alimentar essencial à alimentação das populações das localidades costeiras. A cidade era abastecida por diversas variedades de peixe: lampreias, polvos, ostras, cavalas, sáveis – que alimentavam os mais favorecidos – e sardinhas que enriqueciam a dieta alimentar dos mais pobres³²

A venda do peixe processava-se nas embarcações ancoradas no rio Douro e o seu preço era tabelado pela vereação. O peixe comercializado em terra, depois de ter sido descarregado com autorização da câmara, era vendido sem tabela. Qualquer uma destas situações era controlada pelos almotacés³³.

Diariamente as peixeiras dirigiam-se às embarcações que chegavam de diversos locais, como Sesimbra, Galiza, para comprarem peixe. Várias vezes eram acusadas de venderem peixe podre ou salgado, por fresco e de não respeitarem os horários de venda³⁴.

Encontramos uma diferença entre estas peixeiras. Umas eram contadeiras de sardinha, outras regateiras de pescado e outras vendedoras de sardinha. As primeiras vendiam o peixe através da contagem e as outras através do peso³⁵.

Anualmente prestavam juramento na câmara como aconteceu a 13 de Agosto de 1545 – quinta-feira. A vereação estava reunida para tabelar os

³¹ MAGALHÃES, Joaquim Romero de – *A Estrutura das Trocas* in MATTOSO, José (dir. de) *História de Portugal – No Alvorecer da Modernidade*, Vol. III, S/1, Ed. Estampa, 1997, p. 286.

³² MARQUES, A. H. de Oliveira – *A sociedade Medieval Portuguesa. Aspectos da Vida Quotidiana*, 3ª Ed., Lisboa, Lv. Sá Costa, 1974, pp.9-11.

³³ MACHADO, Maria de Fátima Pereira – *O Porto de D. Manuel a D. João III (1518 – 1530)* – Tese de mestrado policopiada, Porto, 1997, p.73.

³⁴ COELHO, Maria Helena da Cruz – *A Mulher e o Trabalho nas Cidades Medievais Portuguesas In Homens, Espaços e Poderes (Séculos XI-XVI). I – Notas do Viver Social*. Lisboa, Livros Horizonte, 1990, pp. 41, 42.

³⁵ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fls.120 a 127.

preços segundo a ordem do monarca, quando receberam a notícia de que as regateiras do pescado tinham deixado de vender o peixe ao preço taxado. Ao pregoeiro foi mandado deitar o pregão na Praça da Ribeira para as convocar a todas. No mesmo dia as regateiras de pescado vieram à câmara e foram chamadas uma a uma para dizerem se queriam “...viver de regateiras e conter a taixa.”³⁶ Foram notificadas de que não poderiam ter peixe fresco em casa e de que o deveriam levar para a praça, sob pena de pagarem dois mil reais e irem para a cadeia durante dez dias.

Três regateiras de pescado recusaram ser juramentadas:

- Catarina Ferraz e Isabel Ferraz referem “... que nom queriom viver de regateiras de pescado se nom de sardinhas...”³⁷.
- Isabel Afonso “.... disse que era velha ...”³⁸.

De seguida foi dado juramento às que concordaram sendo-lhes comunicado que se não cumprissem pagariam dois mil reais e passariam dez dias na cadeia³⁹.

Estiveram presentes as regateiras de pescado, vendedoras de sardinhas e contadeiras de sardinha que contam nos navios como podemos observar nos quadros seguintes:

Quadro nº22

Regateiras de pescado

Nome	Fonte
Helena Gonçalves	A.H.M.P., Vereações, Lv. 15, fl. 120
Maria de Augada	Idem, fl. 120

³⁶ A.H.M.P., Vereações, Lv. 15, fls.121
³⁷ A.H.M.P., Vereações, Lv. 15, fl. 121
³⁸ A.H.M.P., Vereações, Lv. 15, fl. 121
³⁹ A.H.M.P., Vereações, Lv. 15, fls.120 a 127.

Branca Fernandes	<i>Idem</i> , fl. 12
Helena Pires	<i>Idem</i> , fl. 120
Milícia Rodrigues	<i>Idem</i> , fl. 120
Maria Afonso, moradora na Lada	<i>Idem</i> , fl. 120
Beatriz Álvares de Miragaia	<i>Idem</i> , fl. 120
Catarina, filha de Maria André de Miragaia	<i>Idem</i> , fl. 120
Maria Jorge de Miragaia	<i>Idem</i> , fl. 120
Marinha Eanes de Miragaia	<i>Idem</i> , fl. 120
Catarina Eanes	<i>Idem</i> , fl. 121

Quadro nº23

Vendedoras de sardinha

Nome	Fonte
Garcia de Almeida	A.H.M.P., <i>Vereações</i> , Lv. 15, fl. 123
Isabel Ferraz	<i>Idem</i> , fl. 123
Maria Ferraz	<i>Idem</i> , fl. 123
Catarina	<i>Idem</i> , fl. 123
Maria Gonçalves, mulher de João Alvares	<i>Idem</i> , fl. 123
Maria Fernandes, a Bretoa	<i>Idem</i> , 15, fl. 123
Isabel Gonçalves, solteira, moradora no Buraco	<i>Idem</i> , fl. 123
Maria Nunes, mulher de Afonso Gonçalves	<i>Idem</i> , fl. 123
Apelonesa Domingos, mulher de João Rodrigues, moradora na Lada	<i>Idem</i> , fl. 123
Margarida Rodrigues, mulher de João Fernandes, moradora na Lada	<i>Idem</i> , 15, fl. 123
Isabel Rodrigues, moradora no Muro	<i>Idem</i> , fl. 123

Marquesa Pires	<i>Idem</i> , fl. 123
Beatriz Fernandes	<i>Idem</i> , fl. 123
Margarida Ferreira mulher de Diogo Fernandes, espadeiro	<i>Idem</i> , fl. 123
Inês Fernandes, moradora no Forno	<i>Idem</i> , fl. 123
Isabel Fernandes	<i>Idem</i> , fl. 123
Isabel Fernandes, mulher de Francisco Sanches	<i>Idem</i> , fl. 123
Filipa Domingos, viúva, moradora no Buraco	<i>Idem</i> , fl. 123
Catarina Fernandes, mulher preta	<i>Idem</i> , fl. 123
Catarina Carneiro	<i>Idem</i> , fl. 123
Maria Fernandes	<i>Idem</i> , fl. 123
Isabel Lopes	<i>Idem</i> , fl. 123
Catarina Fernandes, mulher de Manuel Gonçalves	<i>Idem</i> , fl. 123
Maria Fernandes	<i>Idem</i> , fl. 123v
Maria Fernandes, mulher de Pêro Fernandes	<i>Idem</i> , fl. 123v
Maria Fernandes	<i>Idem</i> , fl. 123v
Maria Eanes	<i>Idem</i> , fl. 123v
Inês Eanes	<i>Idem</i> , fl. 123v
Francisca Ponte	<i>Idem</i> , fl. 123v
Beatriz Gonçalves, moradora na Porta de Olival	<i>Idem</i> , fl. 126v
Catarina Domingues, mulher de Miguel Domingues, moradora em Lever	<i>Idem</i> , fl. 126v
Maria Preta de Isabel Eanes	<i>Idem</i> , fl. 126v
Maria Gonçalves, mulher de Nuno Rodrigues moradora na Lada	<i>Idem</i> , fl. 126v
Maria, filha de João Gonçalves, serralheiro	<i>Idem</i> , fl. 126v

Quadro nº 24

Contadeiras de sardinha que contam nos navios

Maria Gonçalves, a Silva	A.H.M.P., <i>Vereações</i> , Lv. 15, fl. 127
Antónia da Silva	<i>Idem</i> , fl. 127
Filipa Barreiros	<i>Idem</i> , fl. 127
Garcia Alvares	<i>Idem</i> , fl. 127
Isabel Pires, viúva, moradora nos Banhos	<i>Idem</i> , fl. 127
Francisca Fernandes	<i>Idem</i> , fl. 127
Leonor Fernandes, moradora na Lada	<i>Idem</i> , fl. 127
Helena Lopes, moradora na Lada	<i>Idem</i> , fl. 127
Catarina	<i>Idem</i> , fl. 127

A 14 de Novembro de 1545 – sábado, discutiram na vereação sobre o assento das sardinheiras. Cada uma deveria ter assento no local próprio e senão o cumprissem pagariam cinquenta reais. Quem as acusasse seria recompensado em uma terça parte dessa coima. Também concordaram os homens da governança juntamente com os almotacés que as regateiras não deveriam comprar sardinha dentro dos navios até que passassem cinco dias. Todavia poderiam fazê-lo desde que a não vendessem por junto aos almocreves ou a outras pessoas. A coima para o não cumprimento era de quinhentos reais e quem as acusasse receberia um terço dessa multa. Estas decisões foram mandadas apregoar pelo porteiro da cidade⁴⁰.

⁴⁰ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fls.76v a 79v.

1.5 – Sal

Produto fundamental utilizado na conservação da carne e do peixe, o sal chegava à cidade pelo rio Douro, de vários pontos do reino e também de Castela⁴¹.

A 14 de Novembro de 1545 foi discutido na vereação a necessidade de se enviar um procurador à corte, para pedir a revisão, pelo monarca, da imposição do sal, uma vez que a cidade não tinha rendimentos sobre isso⁴².

1.6 – Frutas

As frutas eram provenientes em grande parte de muitos exidos situados perto das habitações, o que levava por vezes à invasão das propriedades para furtar estes produtos⁴³.

Na reunião de 13 de Agosto de 1545 quinta-feira, juntamente com as regateiras de pescado, contadeiras e vendedeiras de sardinha, as fruteiras também foram convocadas. A vereação tinha recebido queixas de que a fruta estava a ser vendida mais cara⁴⁴.

O grande número de vendedoras de fruta que recebeu juramento, conforme podemos verificar no quadro seguinte, permite-nos concluir que o consumo de fruta na cidade era elevado.

⁴¹ RAU, Virgínia – *Estudos sobre a História do Sal Português*. Lisboa, Ed. Presença, 1984, pp.95-129.

⁴² A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 78.

⁴³ A.H.M.P., *Cofre dos Bens do Concelho*, Lv. 3, fls. 11v, e 12.

Quadro nº25

Fruteiras

Filipa Rodrigues	A.H.M.P., <i>Vereações</i> , Lv. 15, fl. 125
Catarina Afonso, mulher de Fernão Alvares, moradora da Lada	<i>Idem</i> , fl. 125
Isabel Gonçalves, mulher de Pêro Vasques	<i>Idem</i> , fl. 125
Isabel Gonçalves, mulher de Agostinho Gonçalves	<i>Idem</i> , fl. 125
Marquesa Gonçalves, mulher de Pêro Martins, alfaiate	<i>Idem</i> , fl. 125
Inês Gonçalves, viúva	<i>Idem</i> , fl. 125
Helena Gonçalves, mulher de Gonçalo Gonçalves	<i>Idem</i> , fl. 125
Margarida Fernandes, viúva	<i>Idem</i> , fl. 125
Isabel Pires, mulher de João Brás	<i>Idem</i> , fl. 125
Margarida Luís, viúva	<i>Idem</i> , fl. 125
Maria Gonçalves, mulher de Gabriel Gonçalves	<i>Idem</i> , fl. 125
Isabel Fernandes, mulher de Sebastião Pires	<i>Idem</i> , fl. 125
Maria Pires, mulher solteira	<i>Idem</i> , fl. 125
Inês Pires, solteira, moradora na Lada	<i>Idem</i> , fl. 125
Maria Gonçalves, viúva, moradora na Lada	<i>Idem</i> , fl. 125
Mitra Lopes, mulher de Francisco Fernandes	<i>Idem</i> , fl. 125
Maria Lopes, viúva, moradora em Olival	<i>Idem</i> , fl. 125
Francisca Gonçalves, mulher de Manuel Delgado	<i>Idem</i> , fl. 125
Paula Beliunta	<i>Idem</i> , fl. 125
Margarida de Calmão	<i>Idem</i> , fl. 125
Margarida Eanes, viúva, moradora no Sonho	<i>Idem</i> , fl. 125
Beatriz Alves, mulher de Gonçalo Eanes	<i>Idem</i> , fl. 125v
Marquesa Pires, mulher de João Gonçalves	<i>Idem</i> , fl. 125v
Madalena Pires, viúva	<i>Idem</i> , fl. 125v
Catarina Domingues, mulher de Bento	<i>Idem</i> , fl. 125v

⁴⁴ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl.123 123v.

Almeida, moradora em Miragaia	
Madalena Aranha, mulher de André Gonçalves, moradora na Banharia	<i>Idem</i> , fl. 125v
Beatriz Fernandes, mulher de João Soares, moradora em Miragaia	<i>Idem</i> , fl. 125v
Catarina Pires, a Castelhana, moradora em Miragaia	<i>Idem</i> , fl. 125v
Maria Rodrigues, viúva	<i>Idem</i> , fl. 125v
Maria Fernandes	<i>Idem</i> , fl. 125v
Maria Gonçalves, mulher de Gaspar Lopes, moradora na Porta Nova	<i>Idem</i> , fl. 125v
Maria Pires, moradora na Lada	<i>Idem</i> , fl. 125v
Brigida Fernandes	<i>Idem</i> , fl. 125v
Isabel Fernandes, moradora na Lada	<i>Idem</i> , fl. 125v
Maria Gonçalves, mulher de Gonçalves Brás, moradora na Porta Nova	<i>Idem</i> , fl. 125v
Maria Gonçalves, viúva moradora na Fonte da Rata	<i>Idem</i> , fl. 125v
Maria Afonso, viúva, moradora nas Congostas	<i>Idem</i> , fl. 125v
Inês Esteves, moradora nas Congostas	<i>Idem</i> , fl. 125v
Catarina Gonçalves, viúva, moradora na Lada	<i>Idem</i> , fl. 125v
Guiomar Gonçalves, mulher de Francisco Gonçalves, moradora na Lada	<i>Idem</i> , fl. 125v
Senhorinha Gonçalves, viúva Moradora na Lada	<i>Idem</i> , fl. 125v
Filipa Gonçalves, viúva, moradora na Lada	<i>Idem</i> , fl. 125v
Isabel Eanes, viúva, moradora na Lada	<i>Idem</i> , fl. 125v
Isabel de Moura, mulher de João Fernandes	<i>Idem</i> , fl. 125v
Maria Domingues, mulher de André Gonçalves	<i>Idem</i> , fl. 125v
Inês Afonso, mulher de Pêro Eanes, moradora no Olival	<i>Idem</i> , fl. 126
Maria Fernandes, mulher de Domingos Eanes, moradora na Ponte	<i>Idem</i> , fl. 126
Isabel Eanes, moradora na Lada	<i>Idem</i> , fl. 126
Mónica	<i>Idem</i> , fl. 126
Beatriz Eanes	<i>Idem</i> , fl. 126
Helena Gonçalves, mulher de Duarte Gonçalves, moradora na Banharia	<i>Idem</i> , fl. 126
Maria Gonçalves, mulher de Sebastião Gonçalves	<i>Idem</i> , fl. 126
Maria filha de Gonçalo Gonçalves	<i>Idem</i> , fl. 126

moradora na Lada	
Leonor Fernandes, mulher de João Eanes	<i>Idem</i> , fl. 126
Beatriz Afonso, viúva	<i>Idem</i> , fl. 126
Beatriz Fernandes, mulher de Gomes Fernandes	<i>Idem</i> , fl. 126
Isabel Fernandes, , criada de Maria Fernandes	<i>Idem</i> , fl. 126
Maria Nabais	<i>Idem</i> , fl. 126
Margarida, filha de Isabel Pires	<i>Idem</i> , fl. 126
Joana, filha de Isabel Pires	<i>Idem</i> , fl. 126
Catarina Fernandes, mulher de Manuel Gonçalves	<i>Idem</i> , fl. 126
Senhorinha da Silva	<i>Idem</i> , fl. 126
Maria Gonçalves, a Bretoa	<i>Idem</i> , 15, fl. 126
Isabel Eanes, viúva, moradora na Lada	<i>Idem</i> , fl. 126
Inês Andadeira, moradora na Aranha	<i>Idem</i> , fl. 126
Catarina Alvares, fruteira, moradora no Sonho	<i>Idem</i> , fl. 126
Catarina, criada de Isabel Eanes	<i>Idem</i> , fl. 126

2. Regulamentação das actividades económicas

A vereação deveria intervir em todos os aspectos da vida económica, fixando os preços, garantindo a qualidade dos produtos, determinando a marcação de alguns dos produtos, reduzindo as falsificações.

Procuravam assim os oficiais, para além de garantirem o abastecimento da cidade de produtos com qualidade, a preços acessíveis, proporcionarem ao mesmo tempo, um lucro justo aos produtores e mercadores.

2.1 – Tabelamento de preços

Em 1545 a intervenção dos oficiais ao nível do preço dos produtos, é referenciada nas actas.

A 29 de Abril de 1545 foram convocados por pregão os cidadãos e os dois procuradores dos mestres. A vereação queria discutir com eles se concordavam em fixar os preços quer em produtos alimentares quer em não alimentares. A justificação apresentada e reconhecida por todos, foi o constante aumento dos preços. Todos reconheceram a necessidade de tabelar os produtos.⁴⁵

A 5 de Junho de 1545, o corregedor leu à câmara uma carta régia. D. João III, tem conhecimento da carestia de preços do trigo, cevada, vinho, azeite, carnes, pescados e muitos outros produtos alimentares e não alimentares em todo o reino. Escreve então “... *me pareceo bem ordenar taxas em todas as cousas em meus reinos e senhorios em quada huuma cidade villa ou logar segundo for a callidade della e das cousas que nella ha ou de que carece...*”⁴⁶.

Ordena aos vereadores que procedam à eleição de seis homens para em conjunto com o corregedor fixarem preços “... *pera os homes se poderem sustentar e manter com menos fadiga e despesa ouvindo sobre isso algumas pessoas que forem do mester das cousas que se ha de por taxa ...*”⁴⁷. De imediato foram eleitos Diogo Brandão, Francisco Cardoso, António Mendes, Pantaleão Ferreira, António de Sousa e Gonçalo Baião. Verificaram que havia “...*parentescos entre algumas pessoas...*”⁴⁸: Diogo Brandão e Rui Brandão; António de Sousa e Francisco de Sousa; e

⁴⁵ Desconhecemos o método utilizado para informar e/ou pedir a autorização do monarca para tabelar todos os produtos. A.H.M.P., *Vereações*, Lv.15, fls.7v e 8.

⁴⁶ A.H.M.P., *Vereações*, Lv.15, fls. 15 a 16v. Cf. carta régia apresentada nos documentos em apêndice.

⁴⁷ A.H.M.P., *Vereações*, Lv.15, fl. 15 a 16v.

⁴⁸ A.H.M.P., *Vereações*, Lv.15, fl. 17v e 18.

Francisco Cardoso, e que seria “...inconveniente estarem todos à mesma mesa a discutirem o negocio”⁴⁹. Assim elegeram três novos elementos: Miguel Correia, João Pessoa e João de Pedrosa.

A 8 de Junho de 1545 – segunda-feira – estes cidadãos receberam juramento. Foi-lhes comunicado que deveriam elaborar as taxas juntamente com o corregedor, juiz de fora e vereadores. Começariam a partir desta data até acabarem: pela manhã às seis horas, depois da janta às duas, e depois de meio dia. O corregedor leu-lhes a carta régia e as provisões enviadas pelo monarca e “...elles logo começaram a trabalhar.”⁵⁰

Foram tabelados cinquenta e seis produtos – alimentares e não alimentares, conforme os quadros apresentados em anexo.

O rei teria de verificar estes preços antes de serem praticados, conforme expresso na carta régia em anexo, excluindo os produtos “... que sam de callidade que nom he necessario virem a mim as quaes o corregedor mostrara huum roll e vos em camara com o dicto corregedor e com as dictas pessoas lhe poeres as taxas que vos bem parecer e osares dellas e as faras cumprir sem virem a mim...”⁵¹.

2.2 – Marcação de produtos e controlo de qualidade

A vereação sempre procurou garantir que os pesos e medidas se mantivessem correctos bem como a qualidade dos produtos comercializados no burgo.

A fiscalização da qualidade era efectuada pelos almotacés que controlavam quer a actividade das regateiras quer a dos carnicheiros

⁴⁹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv.15, fl. 17v e 18.

⁵⁰ A.H.M.P., *Vereações*, Lv.15, fl. 18v.

⁵¹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv.15, fls.15 16v.

“obrigados”⁵². Os vedores dos ofícios fiscalizavam os artefactos produzidos no Porto. Alguns destes produtos tinham de ter a marca da cidade para poderem ser comercializados, como era o caso das obras de estanho, da prata e das espadas. Estava ainda determinado pelas posturas da cidade que as obras de estanho deveriam ter a marca do vedor que fez a sua verificação e as espadas a marca do espadeiro⁵³.

A 29 de Abril de 1545 – quarta-feira – os barbeiros apresentaram uma petição sobre as marcas das espadas, feitas pelos espadeiros da cidade. Alegavam que algumas dessas marcas não tinham sido bem feitas. A vereação convoca os espadeiros e juntamente com os barbeiros concordam que as espadas não devem ser comercializadas, enquanto as marcas não corresponderem ao exigido. A pena seria de dois mil reais para a cidade e cativos, caso os espadeiros não cumprissem o que já estava determinado nas posturas da cidade⁵⁴.

2.3 – Alguns ofícios urbanos

A cidade do Porto apresentava uma diversificada actividade artesanal, organizada por arruamentos onde se estabeleciam a maior parte dos mesterais de cada ofício. Esta organização facilitava o controlo dos preços quer por parte dos oficiais camarários quer por parte da população consumidora⁵⁵. As actividades dos mesterais eram controladas por vedores, os quais tomavam posse na câmara.

⁵² GONÇALVES, Iria – *Defesa do Consumidor na Cidade Medieval: os Produtos Alimentares* in “Um Olhar Sobre a Cidade Medieval”, Cascais, 1996, pp.110-116..

⁵³ OLIVEIRA, António de – *A Vida Económica e Social de Coimbra de 1537 a 1640*, Vol. I, pp.342 e 343.

⁵⁴ A.H.M.P., *Vereações*, Lv.15, fl. 9.

⁵⁵ CRUZ, António – *Da Organização dos Mesteres do Porto*, Lisboa, s/d., p.7.

Os tanoeiros, os barbeiros, os espadeiros, os ourives, os picheleiros, os alfaiates, os sapateiros, as regateiras, constituem alguns dos muitos ofícios da cidade.

Ao longo do livro de vereações estudado apenas encontramos referência à exanimação dos sapateiros e a tomadas de posse de vedores de alguns ofícios como se pode verificar de seguida.

2.3.1 – Sapateiros

Constituíam o grupo mais numeroso, sendo muitos proprietários e foreiros da câmara, o que segundo Maria de Fátima Machado, poderia significar algum poder económico⁵⁶.

Concentravam-se nos Pelames do Souto, onde possuíam aloques ou buracos, ou chãos para construção, pagando um foro anual à cidade⁵⁷.

Nos documentos estudados, foram os seguintes sapateiros que viram a sua obra examinada:

Quadro nº 26

Sapateiros examinados
1545

Nome	Toda a obra	Fonte
Gonçalo Domingues	Botinas e botas de couro de vaca	A.H.M.P., Vereações, Lv. 15 fl. 221
Gonçalo Pires, morador na Arrifana	Chapins de mulheres	Idem, fl. 221
Joane Eanes	Toda a obra sem	Idem, fl. 221

⁵⁶ MACHADO, Maria de Fátima – *O Porto de D. Manuel a D. João III (1518-1530)*, Tese de Mestrado Policopiada, Porto, F.L.U.P., p.91.

⁵⁷ MACHADO, Maria de Fátima – *O Porto de D. Manuel a D. João III (1518-1530)*, Tese de Mestrado Policopiada, Porto, F.L.U.P., p.91.

	referência específica	
Miguel Gonçalves	Borzeguins, botas e sapatos de couro e botinas	<i>Idem</i> , fl. 221v
Gonçalo Álvares	Botas, botinas e sapatos	<i>Idem</i> , fl. 221v
João Gonçalves, morador em Cête	Sapatos, botas e borzeguins	<i>Idem</i> , fl. 222
Diogo Vasques, morador em S. João de Covas	Sapatos, botas e botinas	<i>Idem</i> , fl. 222
António Gonçalves, morador na freguesia de S. Salvador da Gândara	Borzeguins, botas botinas e sapatos	<i>Idem</i> , fl. 222v
Simão Pires, morador na Porta Nova	Borzeguins, botas, sapatos e botinas	<i>Idem</i> , fl. 222v
Jorge Pires, morador na freguesia de S. Tomé	Borzeguins, botas, botinas e sapatos	<i>Idem</i> , fl. 222v
Pedro Fernandes, morador na freguesia de S. Tomé	Borzeguins, botas, botinas e sapatos	<i>Idem</i> , fl. 223
António Fernandes, morador na freguesia de S. Tomé	Borzeguins, botas, botinas, sapatos e couros	<i>Idem</i> , fl. 223v

2.3.2 – Tanoeiros

Dada a importância do comércio do vinho na cidade, este era um ofício muito importante. Para além do vasilhame para este produto também eram feitas pipas de madeira para armazenar a carne e o biscoito.

Além dos vedores do ofício, estes mesterais também possuíam os quintadores de arcos que tinham a função de “quintar” os arcos⁵⁸.

⁵⁸ SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto e o seu Termo (1580-1640). Os Homens, as Instituições e o Poder*, Porto, A.H.M.P., 1988, p. 204.

Quadro nº 27

Vedores dos Tanoeiros

Ofícios	Nomes	Fonte
Quintadores dos arcos – 1545	Gaspar Gonçalves Tristão Luís	A.H.M.P., <i>Vereações</i> , Lv. 15, fl.208
Vedores – 1545	Gonçalo Vasques Luís Álvares	<i>Idem</i> , fl.208
Vedores - 1545	Gaspar Gonçalves Brito Domingues ⁵⁹	<i>Idem</i> , fl.208
Vedores - 1546	Pedro Domingues Brito Pires	<i>Idem</i> , fl.139.
Quintadores dos arcos - 1546	João de Sousa Gonçalo Eanes	<i>Idem</i> , fl.195.

2.3.3 – Barbeiros

Ofício cuja importância é conhecida uma vez que também exerciam as funções de sangradores.

A única informação mencionada nestas actas é a tomada de posse de dois vedores e examinadores para o ano de 1545: Jorge Tomé e Manuel Gonçalves⁶⁰.

⁵⁹ Substituem os vedores enquanto estes estiverem ausentes. A.H.M.P., *Vereações*, Lv.15, fl. 208.

⁶⁰ A.H.M.P., *Vereações*, Lv.15, fl.209v.

2.3.4 – Alfaiates

Tal como em outros ofícios a câmara procurava evitar que a qualidade da obra fosse alterada. Assim estes profissionais eram obrigados a um exame feito pelos seus vedores.

Relativamente ao ano de 1545 desconhecemos os examinadores, mas a 16 de Janeiro de 1546 João Fernandes e Gonçalo Álvares tomam posse como vedores dos alfaiates⁶¹.

⁶¹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv.15, fl.194.

CAPÍTULO III

As Finanças Municipais

•

1. Receitas

As receitas dos concelhos eram normalmente obtidas sobre os rendimentos desses mesmos concelhos: foros da propriedade municipal, rendas de direitos municipais, coimas pela violação das posturas, rendimentos de aferição de pesos e medidas, portagens, rendimentos de almotaçaria e a partir de 1460 através da tença régia¹.

O dinheiro e as despesas eram recebidos e efectuadas pelo procurador da cidade que a partir de 1475 passa a contar com a colaboração do tesoureiro.

O procurador ou o tesoureiro controlavam estas receitas que eram apontadas por um escrivão. O corregedor da comarca examinava as contas que eram registadas em livros próprios.

No início de cada ano camarário, os vereadores conferiam o saldo na presença dos oficiais do ano anterior².

¹GONÇALVES, Iria – *As Finanças Municipais do Porto na Segunda Metade do Século XV*, Porto, A.H.M.P., 1987, pp.18.

1.1 – A propriedade municipal

Era constituída por habitações, bancas de venda, aloques, moinhos, boticas, fornos, os quais estavam maioritariamente aforados a título hereditário podendo os seus contratos sofrer algumas alterações³.

Para além dos foros relativos a casas, a câmara também recebia rendas da utilização de espaços públicos como na construção de sacadas ou alpendres.

1.1.1 – As habitações

Estes foros da propriedade concelhia eram uma das mais importantes fontes de receita da câmara. Ocupavam várias zonas da cidade, estendendo-se até Miragaia, Gaia e Vila Nova⁴.

Os vários contratos estabelecidos poderiam ser hereditários, perpétuos e por três vidas, o que dificultava a actualização dos foros por parte da edilidade portuense. O aumento do valor destes ocorria, por vezes, quando era pedida licença à vereação para se efectuar uma transacção desses bens.

A câmara aceitava a mudança de foreiros e aprovava a venda das propriedades pois isso implicava o pagamento do domínio à cidade, o que trazia receitas ao município⁵.

² GONÇALVES, Iria – *As Finanças Municipais do Porto na Segunda Metade do Século XV*, Porto, A.H.M.P., 1987, p.9-10.

³ GONÇALVES, Iria – *As Finanças Municipais do Porto na Segunda Metade do Século XV*, Porto, A.H.M.P., 1987, p. 20.

⁴ MACHADO, Maria de Fátima Pereira – *O Porto de D. Manuel a D. João III (1518-1530)*, Tese de mestrado policopiada, Porto, F.L.U.P., p.102.

⁵ MACHADO, Maria de Fátima Pereira – *O Porto de D. Manuel a D. João III (1518-1530)*, Tese de mestrado policopiada, Porto, F.L.U.P., pp.102, 103.

Durante o ano estudado surgem alguns pedidos de licença à câmara para transacção de casas de habitação.

A 28 de Março de 1545, Brás Pereira pede para vender uma casa a Simão Álvares, tanoeiro, situada na Praça da Porta do Olival. A câmara concorda e Brás Pereira paga o domínio à cidade, no valor de trezentos reais⁶.

A 1 de Agosto de 1545, o cônego de Cedofeita, Domingos Ferreira, pede autorização para comprar uma casa a Guiomar Gonçalves, situada na Rua da Alegria, e o clérigo de missa Gomes Lourenço, para comprar uma casa a Diogo de Sá, na Rua das Taipas, contra o muro. A cada um foi autorizada a transacção, mediante o pagamento do domínio à cidade de quatrocentos reais cada. No entanto a Gomes Lourenço foi exigida uma condição “.... *nom podia fazer prazo della...*” pois se o fizesse teria de devolver a casa à câmara⁷.

Na reunião de 19 de Agosto de 1545, encontramos outra licença dada a Francisco Eanes para vender umas casas na Rua de S. Miguel a Diogo Fernandes. O domínio a pagar seria de trezentos e vinte e cinco reais.⁸

Ainda no mês de Agosto - dia 29 - Pedro Dinis, filho de Catarina Aranha, pede licença para vender uma casa na Cordoaria, a Gonçalo Domingues, cordoeiro, morador na Cordoaria. O tesoureiro recebeu de domínio para a cidade no valor de duzentos e cinquenta reais.⁹

Logo a 5 de Setembro de 1545, encontramos novamente um pedido de licença para Rodrigo Afonso comprar umas casas na Rua de S. Miguel. Trezentos reais de domínio à cidade foram pagos ao tesoureiro.

Por fim a 31 de Outubro de 1545, Gonçalo Domingues, morador na Praça da Porta do Olival, pediu autorização para comprar uma casa perto da

⁶ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl.146v.

⁷ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fls.148, 148v.

⁸ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fls.149.

⁹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fls.150.

Rua de S. Miguel que pertencia a António Fernandes. Este pagou o domínio à cidade no valor de cento e vinte e cinco reais.¹⁰

1.1.2 – Os Aloques ou Buracos

Faziam parte da propriedade comercial e artesanal foreira ao concelho, juntamente com as boticas, lugares de venda, moinhos, assentos de aduelas e fornos.

Os aloques situavam-se nos Pelames, onde estava reunida esta actividade. Eram utilizados pelos sapateiros no tratamento dos couros, sendo estes os mais interessados na sua aquisição¹¹.

Nas vereações estudadas, apenas encontramos referência à compra de um alope.

Na sessão de 20 de Março de 1545, Gaspar Gonçalves, sapateiro, pediu licença à câmara para comprar um alope a João Vieira. O domínio pago à cidade teve o valor de cento e vinte reais¹².

1.1.3 – As Boticas

Em 1522 existiam no Porto 16 boticas, localizadas em S. Domingos, na Praça da Ribeira e na Porta do Olival.

¹⁰ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl.152v.

¹¹ MACHADO, Maria de Fátima Pereira – *O Porto de D. Manuel a D. João III (1518-1530)*, Tese de mestrado policopiada, Porto, F.L.U.P., p. 108.

¹² A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl.146.

O valor dos seus foros eram variados, sendo o tipo de propriedade mais rentável no concelho¹³.

Em 1545, encontramos referência apenas à transação de uma botica.

Efectuou-se a 5 de Setembro, entre Jácome Gonçalves , mercador, morador na Praça da Ribeira e a sua sogra, detentora da botica situada junto à Praça da Ribeira. O valor do domínio a pagar à cidade foi trezentos reais¹⁴.

1.1.4 – Os Fornos

Os fornos existentes na cidade estariam ligados à preparação do pão e, segundo Maria de Fátima Machado, também existiria a possibilidade de se tratarem de fornos de oleiros¹⁵. O único forno de que temos referência é um forno existente na Rua das Taipas. Desconhecemos a sua utilização.

A 13 de Janeiro de 1546, António Fernandes pretende vender o forno a Álvaro Pires. O valor do domínio pago à cidade foi de trezentos reais¹⁶.

¹³ MACHADO, Maria de Fátima Pereira – *O Porto de D. Manuel a D. João III (1518-1530)*, Tese de mestrado policopiada, Porto, F.L.U.P., p.107.

¹⁴ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl.151v e 152.

¹⁵ MACHADO, Maria de Fátima Pereira – *O Porto de D. Manuel a D. João III (1518-1530)*, Tese de mestrado policopiada, Porto, F.L.U.P., p. 109.

¹⁶ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl.153v.

CAPÍTULO IV

Outros Aspectos da Vida Quotidiana

1. A saúde pública e a assistência

Os surtos epidémicos em Portugal nos séculos XV e XVI continuavam a preocupar a população portuguesa. Desconheciam-se as causas de contágio, atribuindo-se muitas das vezes a castigo divino¹. Contudo a escassez alimentar, as péssimas condições de higiene - da população, das ruas, dos chafarizes, das fontes – propiciavam o aparecimento e a propagação das epidemias.²

Os cuidados com o contágio implicavam uma tomada de medidas, como a proibição do esvaziamento de camareiros, o lançar para a rua outras sujidades, a limpeza das ruas, a restrição da circulação de pessoas pelas zonas contaminadas.

1.1 Precauções contra a peste

A ameaça de surtos de peste estava patente em toda a população, uma vez que era a sobrevivência colectiva que estava em causa. À menor

¹ *Nova História de Portugal*, Vol. V, pp.654-655.

² MACHADO, Maria de Fátima – *O Porto de D. Manuel a D. João III (1518-1530)*, Tese de mestrado policopiada, Porto, 1997, p. 132.

suspeita de uma epidemia, entravam em vigor um conjunto de medidas para impedir o contágio³.

A prática dos animais percorrerem as ruas, a “água vai”, as lixeiras que se juntavam em diversos pontos da urbe, facilitavam rapidamente o perigo de epidemias que a medicina da época não conseguia dominar.

Enquanto muitos cidadãos fugiam para as suas quintas, a edilidade portuense tomava precauções para combater o surto, ou a suspeita de surto que ameaçava a cidade⁴.

As medidas mais comuns eram o entaipamento de algumas ruas da cidade e o encerramento de postigos da muralha.

Por se tratar de uma cidade com uma actividade comercial muito intensa, os cuidados com o contágio, deveriam implicar também uma vigilância aos navios que chegavam à barra do Douro, sendo obrigatoriamente inspeccionados pelas autoridades municipais sempre que existissem suspeitas de surtos de peste⁵. A vereação procedia à eleição de dois cidadãos para o cargo de guarda-mor, que vigiarium não só a entrada de pessoas na cidade, mas também os navios que poderiam ser portadores de peste. Deveriam inquirir sobre o estado de saúde das pessoas bem como da sua proveniência.

Na reunião de vereação de 4 Novembro de 1545, chega a notícia de dois navios que atracaram na barra do Douro vindos de Inglaterra e França, locais onde havia peste. Logo procederam os oficiais à eleição de dois guardas-mores: João de Pedrosa e Gonçalo Baião. As ordens foram as de não deixarem descarregar os navios enquanto existissem suspeitas da epidemia⁶. Desconhecemos o desfecho desta situação, uma vez que não há

³ TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *A Política Municipal de Saúde Pública (Séculos XIV-XV)*, in “Revista de História Económica e Social”, 1987, pp.19-28.

⁴ SILVA, Francisco Ribeiro da – *Tempos Modernos* in RAMOS, Luís A. de Oliveira (dir. de) *História do Porto*, 2ª Ed., Porto, Porto Editora, 1995, p. 321.

⁵ FERREIRA, J.A. – *Visitas de saúde às Embarcações Entradas na Barra do Douro nos Séculos XVI e XVII*, A.H.M.P., 1977.

⁶ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 75v.

qualquer registo posterior, o que nos permite concluir que o ano estudado não foi afectado pela peste.

1.2. Expostos ou Engeitados

As crianças engeitadas não eram apenas fruto das epidemias. Outros factores contribuíram para que fosse frequente o abandono de crianças. As más condições de vida dos pais, a miséria, o nascimento fora de casamentos⁷.

Deixadas nos portais de igrejas e conventos, perto das casas de cidadãos abastados, estas crianças constituíam uma preocupação para a edilidade portuense.

A partir de 1535 foi criado no Porto o ofício de “Pai dos Meninos”. Tratava-se de um elemento do sexo masculino encarregado de recolher os engeitados do seu distrito que por serem na sua maioria recém –nascidos, precisavam de amas de leite. Assim o município entregava-os a amas remuneradas que os criariam até à idade de sete anos⁸.

Segundo Maria de Fátima Machado, os livros de receitas e despesas da vereação portuense só referem os gastos com estas crianças a partir de 1520⁹.

Esse financiamento não era feito só através de rendas concelhias. D. Manuel em 1519, ordenou que os hospitais contribuíssem com uma renda de 10000 reais para a criação de engeitados.

⁷ MACHADO, Maria de Fátima – *O Porto de D. Manuel a D. João III (1518-1530)*, Tese de mestrado policopiada, Porto, 1997, p. 143.

⁸ SERRÃO, Joel (dir.) – *Dicionário de História de Portugal*, Iniciativas Editoriais, Vol. II, Lisboa, 1971, p.167.

⁹ MACHADO, Maria de Fátima – *O Porto de D. Manuel a D. João III (1518-1530)*, Tese de mestrado policopiada, Porto, 1997, p. 143.

Em 1528, o monarca exclui a Misericórdia desta obrigação, mas a oposição da câmara, levou o rei a recuar na sua decisão¹⁰.

Para cobrir os gastos com os engeitados, D. João III permitiu em 1537 que parte da renda recebida da Imposição do sal, lhes fosse afectada¹¹.

Na documentação estudada encontramos o registo de uma eleição de Pai dos Meninos. Realiza-se a 30 de Abril de 1545, segundo uma provisão do monarca que manda que seja eleita uma pessoa do povo, autá, que será obrigado a recolher as crianças chamadas de engeitados e a levá-los ao juiz dos órfãos. Receberia de remuneração por ano, quatro mil reais. Silvestre Gonçalves, ferrador, é eleito e recebe juramento¹².

1.3 Mamposteiros dos Cativos

A sua função era a de receber esmolas nas capelas, igrejas e mosteiros para resgatar os cativos presos nas campanhas africanas e através da acção da pirataria¹³.

Dividiam-se em mamposteiros-mores e mamposteiros menores ou pequenos. Os primeiros recebiam o dinheiro recolhido pelos mamposteiros pequenos e arrecadavam esmolas nas sedes dos bispados e arcebispos fazendo as respectivas escrituras. Os segundos eram nomeados pelo

¹⁰ MACHADO, Maria de Fátima – *O Porto de D. Manuel a D. João III (1518-1530)*, Tese de mestrado policopiada, Porto, 1997, p.144.

¹¹ BASTO, A. de Magalhães – *História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, Vol. I, Lisboa, 1956, p.374.

¹² A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fls.9v e 10.

¹³ BEIRANTE, Maria Ângela – *O Resgate de Cativos nos Reinos de Portugal e Algarve (Séc. XII-XV)* in *Actas das III Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*, Lisboa, Câmara Municipal de Loulé, 1989, pp. 274-279.

mamposteiro-mor e recolhiam as esmolas nas igrejas, mosteiros, ermidas, povoados, lagares ou eiras¹⁴.

Beneficiavam de privilégios como o de poderem exercer cargos concelhios, de serem besteiros do conto, de cederem as suas casas para pousadas, de poderem levar castelos nas procissões e da isenção de algumas fintas. Estes privilégios eram registados nos livros de vereações¹⁵.

O livro de vereações estudado apenas nos fornece os mamposteiros pequenos do Bispado do Porto, eleitos para o ano de 1545. Desconhecemos assim quem desempenhou o cargo de mamposteiro-mor.

Quadro nº 28
Mamposteiros pequenos dos cativos
do Bispado do Porto

Mamposteiro	Igreja/mosteiro	Fonte
Francisco Rodrigues	Santa Ovaia – Penafiel	A.H.M.P., Lv. 15 <i>Vereações</i> , fl. 218
Vicente André	Inexistente	<i>Idem</i> , fl. 218
Álvaro Fernandes, morador na Rua do Souto	Mosteiro de <u>ilegível</u> ¹⁶	<i>Idem</i> , fl.218v
Castro Marques, espadeiro	S. <u>ilegível</u> - Porto	<i>Idem</i> , fl. 218v
Jorge Eanes	S. <u>ilegível</u> - Maia	<i>Idem</i> , fl. 219
Luís Gonçalves	Mosteiro de <u>ilegível</u> - Matosinhos	<i>Idem</i> , fl. 219

¹⁴ SERRÃO, Joel (dir) – *Dicionário de História de Portugal*, Iniciativas Editoriais, Vol. VII, Lisboa, 1971, p. 898.

¹⁵ RIBEIRO, Victor – *A Vida Lisboeta nos Séculos XV e XVI. Pequenos Quadros Documentais. Peditórios e Pedintes* in “ *Arquivo Histórico Português*”, Vol. VIII, Lisboa, 1910, pp.321 e 322.

¹⁶ Devido à deterioração do papel e ao facto de a tinta estar bastante clara, não nos foi possível identificar estes mosteiros e igrejas.

João Álvares	Igreja de S. Paio de Guimarei - Refojos	<i>Idem</i> , fl. 219v
Gonçalo Eanes	S. Pedro da Raimonda - Aguiar de Sousa	<i>Idem</i> , fl.219v

2. Segurança

Combater a violência nas cidades medievais era uma constante preocupação para os homens da governança.

Os oficiais concelhios confrontavam-se com homicídios, ferimentos, ameaças, feitiçarias cujas penas o direito medieval não clarificava nem caracterizava na aplicação a todos os delitos¹⁷.

A violência era mais sentida durante a noite. O sino da Porta do Olival tangia, obrigando a um “recolher obrigatório” e a vigilância tornava-se mais apertada¹⁸. Quem não circulasse pelas ruas com uma luz e não apresentasse justificação poderia ser preso.

2.1 Alcaide – mor

De acordo com as Ordenações Afonsinas competia-lhe (em conjunto com os concelhos) o policiamento das terras¹⁹, embora a vigilância efectiva das ruas fosse efectuada pelo alcaide – pequeno e os seus homens.

¹⁷ MONTEIRO, João Gouveia – *Os castelos portugueses dos finais da Idade Média. Presença, Perfil, Conservação, Vigilância e Comando*, Edições Colibri, F.L.U.C., 1999, p. 235.

¹⁸ MACHADO, Maria de Fátima – *O Porto de D. Manuel a D. João III (1518-1530)*, Tese de mestrado policopiada, Porto, 1997, p.147.

¹⁹ MONTEIRO, João Gouveia – *Os castelos portugueses dos finais da Idade Média. Presença, Perfil, Conservação, Vigilância e Comando*, Edições Colibri, F.L.U.C., 1999, p.277.

O livro de actas em estudo, refere-nos como alcaide – mor do Porto, na reunião de 28 de Março de 1545, Miguel Rodrigues²⁰. No entanto e por este se encontrar doente, tomou posse em sua substituição Manuel Sardinha, filho de João Rodrigues de Sá²¹.

Novamente a alcaidaria – mor do Porto está na família dos Sás, como refere Maria de Fátima Machado²², embora temporariamente²³. A permanência desta família no cargo de alcaide – mor, remonta, segundo Maria de Fátima Machado a 1392²⁴. Em 1449 encontramos Fernão de Sá²⁵, pai de João Rodrigues de Sá, cavaleiro – fidalgo da casa do rei, que por sua vez sucedeu a seu pai no cargo de alcaide – mor, segundo a confirmação dada por D. Manuel em 1501²⁶. Entre 1511 e 1525, Henrique de Sá sucede ao pai. A partir de 1525 o cargo continua na família com João Rodrigues de Sá²⁷ mas desconhecemos até quando duraram as suas funções.

A 30 de Setembro de 1545, Manuel Sardinha substitui novamente Miguel Rodrigues, alcaide – mor, por este estar ausente e o dia 29 de Setembro ter sido dia de S. Miguel e ser “...necesario receber pagamentos e tomar dilligencias”²⁸.

²⁰ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 225.

²¹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 225.

²² MACHADO, Maria de Fátima – *O Porto de D. Manuel a D. João III (1518-1530)*, Tese de mestrado policopiada, Porto, 1997, p.147.

²³ Não encontramos referência ao critério de escolha deste cidadão.

²⁴ MACHADO, Maria de Fátima – *O Porto de D. Manuel a D. João III (1518-1530)*, Tese de mestrado policopiada, Porto, 1997, p.147.

²⁵ MORENO, Humberto Baquero – *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e Significado Histórico*. Coimbra, F.L.U.C., 1979, pp.940-945.

²⁶ MORENO, Humberto Baquero – *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e Significado Histórico*. Coimbra, F.L.U.C., 1979, p.944.

²⁷ MACHADO, Maria de Fátima – *O Porto de D. Manuel a D. João III (1518-1530)*, Tese de mestrado policopiada, Porto, 1997, p.147.

²⁸ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 68v.

2.2 Alcaide – pequeno

Escolhido pelos oficiais concelhios, através de um nome dado pelo alcaide – mor, para um cargo que duraria três anos, este oficial deveria guardar a cidade em conjunto com outros quatro homens jurados, bem como a cadeia da qual possuía as chaves. Deveria ser casado, natural do reino e residir na cidade para poder desempenhar estas funções²⁹.

O alcaide – pequeno para o ano de 1545, referido nas actas de vereação foi Brito Rodrigues de Braga³⁰. É o único homem com estas funções que nos aparece referido.

2.3 Quadrilheiros

Nomeados pela vereação, por um período de três anos, estes homens tinham a função de patrulhar as ruas da cidade e dos julgados do termo durante a noite³¹. Possuíam armas – lanças ou meias lanças e deveriam estar sempre prontos para atender a qualquer chamada³².

Cada quadrilheiro tinha uma quadrilha de vinte homens, cujo rol de nomes lhe era dado na altura do juramento³³.

Para o ano de 1545 apenas foram empossados para a cidade seis quadrilheiros, mas em contrapartida para os julgados do termo o número de quadrilheiros empossados foram bastantes, conforme se pode verificar nos

²⁹ *Ordenações Manuelinas*, Lv. 1, Tit. LVI, p. 382.

³⁰ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl.143.

³¹ MORENO, Humberto Baquero – *A Manutenção da Ordem Pública no Porto Quatrocentista*, (Sep. da “Revista de História”, Vol. II), Porto, C.H.U.P., 1979, pp.11 e 13.

³² *Ordenações Manuelinas*, Lv. 1, Tit. LIV, p.365.

³³ *Ordenações Manuelinas*, Lv. 1, Tit. LIV, p.364.

quadros apresentados em anexo. A razão para esta distribuição não nos foi referida no livro de actas estudado.

Conclusão

A nossa investigação obedeceu a uma estrutura que procurou estudar o funcionamento da vereação portuense, dos seus oficiais, da crescente interferência do poder central na vida da cidade. Desde 1518 – data da instituição definitiva de juizes de fora na cidade – que as oligarquias municipais começaram a perder poder. A resistência à presença do juiz de fora vai-se desvanecendo ao longo dos anos seguintes e a cidade em 1545 não demonstra qualquer oposição a este oficial de nomeação régia.

Contudo, apesar desta tomada de posição do poder central relativamente à vida do concelho, encontramos algumas atitudes da edilidade que reafirmam a autonomia municipal. É o caso da determinação régia relativa ao prolongamento dos mandatos dos almotacés para dois meses que não foi cumprida na íntegra; a preocupação permanente que os homens da governança demonstram em não deixar sair da cidade os cereais, mesmo quando existia uma provisão do monarca.

A ligação com o poder central era mantida para além do juiz de fora, pelo corregedor, pelos procuradores enviados à corte e pelas provisões régias.

Encontramos uma participação cada vez maior nas reuniões camarárias dos procuradores dos mestres e do letrado da câmara, não só quando são tratados assuntos de carácter específico e de seus interesses como os de origem económica, mas também assuntos de carácter geral.

No que concerne ao funcionamento da vereação, o ano civil corresponde ao ano camarário, como já se tinha verificado em 1533¹; as

¹ MATIAS, Ana Luísa B. P. Mendes – *O Porto em 1533 – Actas de Vereação da Cidade*, Dissertação de mestrado, F.L.U.P., 1999.p.5.

reuniões mantêm-se maioritariamente às quartas-feiras e sábados; o absentismo dos oficiais continua elevado.

A nível económico, o abastecimento do burgo de produtos de primeira necessidade, como os cereais, o vinho, o peixe, a carne, o sal, continua prioritário. Depois de anos anteriores de carências de cereais, nota-se neste ano estudado, uma preocupação constante de abastecer a cidade com a quantidade necessária de pão, a fim de evitar a fome. Também a subida dos preços quer de produtos alimentares quer não alimentares, preocupa os homens da governança, levando-os a pedir ao monarca que estes sejam tabelados por forma a salvaguardar o poder de compra dos portuenses. A vigilância da qualidade e a marcação dos produtos denotam o objectivo destes homens em garantir à população produtos de qualidade a preços aceitáveis.

Outro aspecto não menos importante era a assistência dada às crianças enjeitadas ou expostas, consequências das epidemias, da miséria da família ou de uma relação extraconjugal. O “Pai dos meninos”, homem do povo eleito pela vereação, tinha como função recolher as crianças abandonadas e entregá-las ao juiz dos órfãos.

A segurança continuou a ser outra das preocupações da câmara. Segurança em relação aos surtos ou suspeitas de peste, segurança em relação aos malfeitores. Para o primeiro ponto foram eleitos guardas para vigiarem os navios que vinham de França e Inglaterra, locais onde existia peste. Para o segundo a edilidade entregava a segurança das ruas da cidade ao alcaide – pequeno, nomeado pelo alcaide – mor, e aos quadrilheiros, que com a sua quadrilha deveriam estar sempre prontos para acorrerem aos “arroídos” que perturbassem a ordem pública.

Finalizado este estudo, podemos afirmar que à excepção da lenta evolução da interferência do poder central na vida concelhia, o ano de 1545 não trouxe alterações significativas ao funcionamento da vereação.

APÊNDICES

Preços de alguns produtos alimentares

Produto	1545	Fonte
Azeite	450 reais o almude; 40 reais a canada , 10 reais o quartilho	A.H.M.P., <i>Vereações</i> , Lv.15 Fl. 20
Cevada	30 reais	<i>Idem</i> , 27v e 28
Centeio	40 reais o alqueire	<i>Idem</i> , 28
Mel	400 reais 12 canadas 10 reais o quartilho	<i>Idem</i> , 34v
Milho	35 reais o alqueire	<i>Idem</i> , 36
Sal	100 reais	<i>Idem</i> , 41
Trigo	60 reais o alqueire	<i>Idem</i> , 41
Vinho novo vermelho	2 ceitis o quartilho	<i>Idem</i> , 43v
Vinho vermelho, o melhor, de Janeiro até S. João	14 ceitis o quartilho	
Vinho vermelho, o melhor, de S João até ao Natal	16 ceitis o quartilho	
Vinho verde	10 ceitis	
Cabras - as melhores e as mais velhas	70 reais	<i>Idem</i> , 28
Cabras- novas	60 reais	
Carneiros - o melhor	100 reais	<i>Idem</i> , 28
Carneiros- até três anos	80 reais	
Galinhas – a vender na cidade	20 reais	<i>Idem</i> , 35
Galinhas – a vender fora da cidade e no termo	15 reais	
Ovelhas	60 reais	<i>Idem</i> , 36v

Preços de alguns bens não alimentares

Produtos	Preços	Fonte
Cera	80 reais	A.H.M.P., <i>Vereações</i> , Lv.15 fl.28v
Couro de boi:		
- de 4 a 6 arrobas	200 reais	<i>Idem</i> , fl.32v
- de 7 a 9 arrobas	300 reais	
- de 10 e 11 arrobas	350 reais	
- de 12 e 13 arrobas	450 reais	
- de 14 e 15 arrobas	600 reais	
- de 16 e 17 arrobas	750 reais	
Carvão	12 reais	<i>Idem</i> , fl.33v
Lã – por lavar	280 reais	<i>Idem</i> , fl.36
Lã – lavada	380 reais	
Lã - nova	260 reais	
Linho	8 reais	<i>Idem</i> , fl.36
Pedreiros	50 reais	<i>Idem</i> , fl.37
Picheleiros	33 reais	<i>Idem</i> , fl.37
Sapateiros – obras e calçado :		
- Burzeguins de nove pontos, pele grossa bem surrada, pretos ou de cor, até meia cocha	180 reais	<i>Idem</i> , fl.23 a 27
- Pantufos de cortiça para homem com cercos de vaca boa sola e capeladas inteiras	80 reais	
- Sapatos de 10 pontos, de boas solas, bem forradas	50 reais	
- Botas de 10 pontos, boa sola com forro alto a passar meia cocha	230 reais	

- Sapatos de mulher de boa soleta	60 reais	
- Sapatos de palmilha para mulher a cores, compridas	60 reais	
- Chapins de cores , de muito bom couro e boa sola	140 reais	
- Chapins de couro de cores boa sola de altura de 4 para 5 dedos	100 reais	
- Sapatos de meninos de 1 e 2 anos	15 reais	
- Botas de cor para meninos de 3, 4 e 5 anos	40 reais	
Besteiros	80 reais o arrátel de arco de besta de aço	<i>Idem</i> , fl.21
Barcas de navegar : 30 pipas ou 1500 alqueires de pão de S. João da Pesqueira à cidade	7000 reais	<i>Idem</i> , fl.21,21v e 22
Barcas de navegar: a mesma carga		
– de Foz de Tua à cidade;	5500 reais	
- Foz do Pinhão à cidade	5000 reais	
Sabão	12 reais o arrátel	<i>Idem</i> , fl.40v

Documento I

1545, Maio, 15 - Évora

D. João III, reconhece a necessidade de se tabelarem os preços de bens alimentares e não alimentares.

(A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15 ,fls. 15v 16 e 16v.)

Juiz vereadores e procurador eu ell rei vos envio muito saudar. Por ver como o preço das coussas que se vendem e fazem em meus reinos asi do trigo cevada vinho azeite carnes pesquados e todos os outros mantimentos e asi o callçado e jornaes dofciaes e trabalhadores e homens que vivem por solldada e outras muitas coussas vai em tanto crescimento mais do que antigamente soia ser nem do que he rezom que seja por onde os sobreditos he naturaes vivem com muito trabalho e gasto e he rezom fazeremsse allguns homens riquos com grande perda do povo e prejuizo de suas conciencias por ser em tanto dapno da repuprica e se a isso nom ha talhar cada vez hira em maior crescimento como per esperiencia se vee dallguns annos atras me pareceo bem ordenar taixas em todas as coussas em meus reinos e senhorios em quada huuma cidade villa ou logar segundo for a callidade della e das coussas que nella ha ou de que carece e que lhe amde vir per carroto e ante de as ordenar quero primeiro aver emformaçom de cada huuma cidades villas do preço em que agora estom as ditas coussas e asi do preço em que se agora devem poer e taxar pollo que mandei ao corregedor desa comarqua que fosse a esa cidade do Porto e se ajuntasse em camara com vosquo pera emllegerdes seis homens que vos parecesem autos pera com elles se praticarem as coussas da governança della vos vos ajuntai e enllegei os ditos seis homens e sendo enlleitos e juntos o dito corregedor vos mostrara huns apontamentos sobre as coussas e obras em que se deva poer taixa, a saber, nas coussas e mesteres que nesa cidade

ouver e praticares com elle e com as pessoas sobreditas os preços que a cada huuma das ditas coussas se devem poer avendo respeito avomdamça que dellas ha na dita cidade ou de que carece e lhes ha de vir por carreto como isso mesmo pera os homens se poderem sostentar e mamter com menos fadiga e despesa ouvindo sobre allgumas pessoas que forem do mester das coussas a que se ha de poer taxa ou que nellas tratam avendo enformaçom de cada coussa que vos per elles for allegada se vos parecer necesario e depois de todo asi praticado vos com o dito corregedor e asi as ditas seis pessoas que asi aves denlleger asemtares os preços que a cada huuma das ditas coussas e obras se deve poer e se escrepvm muito decllaradamente as quaes viram asinadas pollo corregedor e por vos e pollas ditas pessoas pera eu sobre tudo prover como ouver por meu serviço e bem do meu povo e por que allgumas coussas das em que se ha de poer taxa sam de callidade que nom he necesario virem a mim as quaes o corregedor mostrara por hum roll vos em camara com dito corregedor e com as ditas pessoas lhe poeres as taixas que vos bem parecer e usares dellas e as fares comprir sem mais virem a mim e em cada hum anno as poderes acrescentar ou demenuir segundo os tempos forem e vos parecer e das ditas coussas a que polla dita maneira lhe posserdes taxa se fara roll em que se asemgara meudamente cada coussa per si e a taxa que foi posta e o dito roll das ditas coussas e taixas dellas me enviara o corregedor e nas outras coussas decllaradas no outro roll que mando que venham a mim poeres voso parecer das taixas que em quada huuma dellas se devem poer e o corregedor mas enviara e vos nom usares das taes taixas ate nom verdes minha provisom no que nisso determinar e ouver por bem que se se faça. Fernam da Costa a fez em Évora XV dias de Maio de mill V e XL e V.

Quadrilheiros empossados em 1545¹

1. Quadrilheiros da cidade

Rua <i>ilegível</i> ²
Quadrilheiro: Manuel Lopes, sapateiro ³

Rua de Belmonte
João Domingues, surrador

Rua Fonte Taurina
Manuel Pires, tanoeiro

Praça da Ribeira
Pedro Gonçalves, barbeiro ⁴ (enquanto não vier Sebastião Gonçalves)

Rua S. Miguel
João Gonçalves, barbeiro

Rua S. Nicolau
João Gonçalves, ferreiro

¹ Os nomes dos empossados não se apresentam alfabeticamente, por forma a respeitar e a manter a ordem registada pelo escrivão.

² Devido à deterioração de alguns fólios e ao facto de a tinta estar bastante clara, não nos foi possível identificar o nome desta rua bem como de alguns nomes dos empossados ou de freguesias que aparecerão descritas nos quadros posteriores como *ilegível*.

³ A. H. M. P., *Vereações*, Lv.15, fl. 218.

⁴ A. H. M. P., *Vereações*, Lv.15, fl. 218v.

2. Quadrilheiros de S. João da Foz

Freguesia: S. João da Foz	Quadrilheiro: Bartolomeu Fernandes⁵
Quadrilha:	
João Freitas Jorge Fernandes Manuel Álvares Brás Domingues Álvaro Gonçalves Brito Pires Leonardo Afonso Sebastião Gonçalves Bartolomeu Carneiro João Fernandes	Pêro Álvares Gonçalo Afonso Pedro Gonçalves João Afonso Marques Pires João Álvares Martim Gonçalves Diogo Delgado Domingos Gonçalves Martim Afonso

Freguesia: Cantareira	Quadrilheiro: Pedro Gonçalves, almocreve⁶
Quadrilha:	
João Afonso, sapateiro Outro João Afonso António Fernandes Bartolomeu, Genro de Catarina André Outro Bartolomeu O Crespo João Domingues Joanes Eanes Gomes Fernandes Jorge Afonso	António Eanes Joane Eanes da pesca Baltazar Fernandes Pantalião Afonso Pantalião Álvares Gonçalo Afonso Pedro Domingues Pedro Afonso O genro de Luís Eanes

⁵ A. H. M. P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 179.

⁶ A. H. M. P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 189.

3. Quadrilheiros de Aguiar de Sousa

Freguesia: Medas	Quadrilheiro: Brás Eanes ⁷
Quadrilha:	
André Eanes	Gonçalo Eanes
Fernão de Afonso	Pêro Eanes
Gonçalo Pires	Pantalião Alvares
João Pires	Pêro Alvares
Gaspar Gonçalves	Fernão Pires
Pedro Gonçalves	João Brás
Gonçalo Martins	Gonçalo Alvares
Cristovão Fernandes	Pedro Afonso
O filho de Gaspar Gonçalves	Marques Pires
João André	Pantalião Brás
Pantalião André	João Alvares
Pedro Martins	João Martins
Gonçalo Fernandes	João Martins
João Fernandes	Gonçalo Gonçalves

Freguesia: Lustosa	Quadrilheiro: Gonçalo Eanes ⁸
Quadrilha:	
João Pires	Álvaro Eanes
João Gonçalves	António Vasques
João Gonçalves	Jorge Luís
João Velho	João Gonçalves
Gonçalo Afonso	Joane Eanes
Gonçalo Pires	António Fernandes
Gonçalo Eanes	João Gonçalves
Francisco Eanes	Francisco Eanes
Pêro Eanes	Domingos Eanes
Diogo Vasques	<i>ilegível</i> Alvares
Gonçalo Vasques	João Novo
Joane Eanes	Francisco Vasques

⁷ A. H. M. P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 190.

⁸ A. H. M. P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 196.

4. Quadrilheiros de Arrifana de Sousa

Freguesia: Arrifana de Sousa	Quadrilheiro: Gonçalo Eanes⁹
Quadrilha:	
Gregório Domingues Pedro Gonçalves João Martins Jorge Gonçalves Álvaro Martins Pêro Eanes João Domingues Gonçalo Eanes Outro Gonçalo Eanes João Dinis	Vasco Eanes Salvador Pires Estevão Martins Domingos Fernandes Gonçalo Gomes Joanes Pires Manuel Afonso Joane Eanes João <i>ilegível</i> João Fernandes

Freguesia: Arrifana de Sousa	Quadrilheiro: Belchior Gonçalves¹⁰
Quadrilha:	
João Pires Pêro Eanes Miguel Gonçalves João Gonçalves Manuel Aranha Amador Fernandes Brás Gonçalves Gonçalo de Leça Miguel Gonçalves João Gonçalves	Duarte Eanes João Pires Salvador Eanes João Gonçalves Estevão Pires Jorge Álvares Gaspar Fernandes Afonso Domingues Gonçalo Eanes João Domingues

Freguesia: Milhundes de Arrifana	Quadrilheiro: Gonçalo Eanes, lavrador¹¹
Quadrilha:	
João Fernandes Amador Fernandes Afonso Eanes João Gonçalves O Irmão de João Gonçalves Brito Pires Brito Gonçalves João Gonçalves Gaspar Gonçalves Ambrósio Pires Pedro Gonçalves	Duarte Fernandes Pedro Gonçalves Afonso Eanes João Gonçalves Afonso Gonçalves Domingos Eanes Diogo Nunes Brito Gonçalves Gomes Pires O genro Simão Pires

⁹ A. H. M. P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 203v.

¹⁰ A. H. M. P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 204.

¹¹ A. H. M. P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 199.

Freguesia: Arrifana de Sousa	Quadrilheiro: António Afonso, ferreiro ¹²
Quadrilha:	
Cristovão Afonso Pêro Eanes, o curto Afonso Pires Vasco Gonçalves Álvaro Eanes António Gonçalves João Francisco Álvaro Eanes António Pires Tristão Delgado	Vasco Eanes, comprido Manuel Barbosa Gonçalo Luís Gonçalo Pires Diogo Pires Pêro Eanes Pedro Domingues Jorge Gonçalves Gonçalo Martins, o crasso António Fernandes

5. Quadrilheiros de Azurara

Freguesia: Azurara	Quadrilheiro: António Gonçalves ¹³
Quadrilha:	
Marques Martins António Gonçalves, magro João Luís João Fernandes Tomé Gonçalves Luís Afonso João Afonso Lourenço Vasco Eanes Jorge Eanes Pantalião Gonçalves Bartolomeu Gonçalves	Álvaro Gomes Pedro Domingues Álvaro Eanes Martim Brás Afonso Pires Gonçalo Pires Francisco Pires Gonçalo Domingues Afonso Domingues André Pires Pêro Álvares

¹² A. H. M. P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 204.

¹³ A. H. M. P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 176.

Freguesia: Azurara	Quadrilheiro: Salvador Eanes¹⁴
Quadrilha:	
Salvador Luís António Marques Manuel Estevão Gonçalo Rodrigues Jerónimo Rodrigues Gonçalo Eanes João Teixeira João de Viana Domingos Pires Gonçalo Fernandes	Manuel Fernandes Pedro Gil Diogo Afonso Pedro Gonçalves António Afonso Francisco de Sousa Manuel Pires Salvador Eanes Francisco Eanes António Eanes

Freguesia: Azurara	Quadrilheiro: Tomé Martins¹⁵
Quadrilha:	
Francisco Fernandes Diogo Gonçalves João da Maia Gonçalo Pires Duarte Fernandes Gaspar Eanes Jorge Eanes Pedro Gonçalves Francisco Afonso João Afonso Pedro Gonçalves Salvador Luís	João Pires Manuel Gonçalves Simão Fernandes João Pires João Afonso Pantalião Brás Diogo Afonso Francisco Pires João Álvares Brito Gonçalves João Fernandes Pedro Gil

Freguesia: Azurara	Quadrilheiro: Francisco Eanes¹⁶
Quadrilha:	
Sebastião Gonçalves Fernão Gonçalves Bartolomeu Luís Afonso Fernandes João Álvares João Afonso, padeiro João Gonçalves, sapateiro António Afonso Gonçalo Álvares Marto Gonçalves João Gonçalves	Álvaro Gomes Pantalião Gomes Gonçalo Eanes António Afonso João Pires Cristovão Rodrigues Afonso Fernandes Pantalião Gonçalves João Álvares Domingos Vasques Silvestre Álvares

¹⁴ A. H. M. P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 176v.

¹⁵ A. H. M. P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 177.

¹⁶ A. H. M. P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 177v.

6. Quadrilheiros de Gaia

Freguesia: Serzedo	Quadrilheiro: João Eanes ¹⁷
Quadrilha	
Pêro Eanes João Pires Gonçalo Eanes Gonçalo Gonçalves Pêro Eanes Joana Eanes Francisco Eanes Gonçalo Gonçalves Gonçalo Pires Pêro Eanes, o velho	João Gonçalves João Pires Afonso Eanes João Afonso Domingos Eanes João Gonçalves Francisco Alvares Gonçalo Eanes Afonso Fernandes

Freguesia: Gulpilhares	Quadrilheiro: João Gonçalves ¹⁸
Quadrilha	
João Eanes João Eanes, Outro Gonçalo Rodrigues Amador Pires Gonçalo Alvares Domingos Eanes Joane Eanes Pêro Eanes	João Afonso Domingos Eanes Pêro Gonçalves Afonso Gonçalves Sebastião Afonso Gonçalo Gonçalves Francisco Gonçalves Domingos Pires

Freguesia: Perosinho	Quadrilha: Estevão Gonçalves ¹⁹
Quadrilha	
André Pires Pedro Gonçalves Jorge Gonçalves Pantaleão Gonçalves Gonçalo Gonçalves Gonçalo Gonçalves Afonso Gonçalves Afonso Gonçalves, o novo Pedro Gonçalves Manuel André Gonçalo Fernandes	Afonso Pires <i>ilegível</i> Afonso Gonçalo Pires Pêro Eanes Domingos Pires <i>ilegível</i> Eanes Pedro Gonçalves Gaspar Alvares João Gonçalves Gonçalo Gonçalves

¹⁷ A. H. M. P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 185.
¹⁸ A. H. M. P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 185v.
¹⁹ A. H. M. P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 186.

Freguesia: S. Félix	Quadrilheiro: João Domingues²⁰
Quadrilha	
Afonso Pires Gonçalo Mendes Pedro Rodrigues Fernão Rodrigues Rodrigo Pires <i>ilegível</i> João Gonçalves Gonçalo Pedro Duarte Pais Pedro Fernandes	Afonso Gonçalves Pedro Afonso Pantaleão Gonçalves Joane Eanes Jorge Domingues Sebastião Rodrigues João Gonçalves Cristovão Gonçalves Joane Eanes João Rodrigues

Freguesia: Vila Nova	Quadrilheiro: Brás Eanes, tanoeiro²¹
Quadrilha	
João Fernandes Rodrigo Pires Gonçalo André André Pires António Domingues Gonçalo Rodrigues Duarte Velho Afonso Eanes Diogo Fernandes Gonçalo Eanes	Gaspar Gonçalves Afonso Alvares <i>ilegível</i> Pires Jorge Gonçalves Domingos Carvalho Rafael Gomes João Soares Jorge Pires Pantaleão Gonçalves Pedro Gonçalves

Freguesia: Gaia	Quadrilheiro: Baltazar Fernandes, pescador²²
Quadrilha	
João Pires Pêro Fernandes Joane Afonso Pantalião Gonçalves Gonçalo Fernandes Gaspar Brás <i>ilegível</i> Sebastião Gonçalves Duarte Gonçalves João Fernandes Gonçalo de Avelar	João Fernandes Domingos Eanes Gonçalo Fernandes António Gomes Baltazar Gonçalves Cristovão Gonçalves Afonso Eanes Francisco Gonçalves Joane Eanes João Fernandes

²⁰ A. H. M. P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 186v.

²¹ A. H. M. P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 187.

²² A. H. M. P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 187v.

Freguesia: Vilar de Andorinho	Quadrilheiro: Manuel Gonçalves ²³
Quadrilha	
João Gonçalves Afonso André João Lopes Joane <i>ilegível</i> Duarte Eanes Francisco Eanes André Gonçalves Baltazar Fernandes Joana Eanes Belchior Alvares	Gonçalo Eanes Lourenço Eanes João Gonçalves João Domingues Frutuoso Alvares Pêro Eanes Fernão Pires Frutuoso Alvares Frutuoso <i>ilegível</i> Luís Alvares

Freguesia: Avintes	Quadrilheiro: Gonçalo Eanes ²⁴
Quadrilha	
Diogo Eanes António Gonçalves Jorge Eanes António Fernandes João Gonçalves André Eanes <i>ilegível</i> Eanes João Afonso	Manuel Gonçalves Joane Eanes Jorge Eanes Gonçalo Eanes João Pires Outro João Pires Jorge Brás

Freguesia: Lever	Quadrilheiro: João Gonçalves ²⁵
Quadrilha	
Fernão Vicente Gonçalo Pires Vicente Eanes Baltazar Fernandes Joane Eanes António Fernandes João Gonçalves Manuel Fernandes Jorge Eanes Diogo Pires João Pires	Francisco Eanes Sebastião Afonso Gonçalo Pires João Fernandes Pêro Eanes João Domingues Manuel Fernandes João Vasques <i>ilegível</i> Rodrigues Sebastião Gonçalves

²³ A. H. M. P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 188.

²⁴ A. H. M. P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 189v.

²⁵ A. H. M. P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 190.

Freguesia: Canelas	Quadrilheiro: Gonçalo Eanes²⁶
Quadrilha	
Duarte Pires Afonso Alvares Gaspar Alvares Gonçalo Afonso Alvaro Pires Gonçalo Pires Outro Gonçalo Pires João Gonçalves Domingos Eanes Gonçalo Domingues João Alvares	Brás Fernandes Adão Pires Gonçalo Eanes Afonso Gonçalves Pedro Gonçalves André Eanes André Gonçalves João Gonçalves João Gonçalves, o outro João Domingues Joane Eanes

Freguesia: Santa Ovaia	Quadrilheiro: João Gonçalves²⁷
Quadrilha	
Pedro Gil Gonçalo Eanes João Gonçalves Joane Eanes João Gonçalves João Fernandes Sebastião Gonçalves Jerónimo Pires Francisco Gonçalves Gonçalo Eanes Luís Eanes	Jorge Eanes Gabriel Pires Santos Pires Gonçalo Eanes João Pires Joane Eanes João Gonçalves João Afonso João Brás João Gonçalves Outro João Gonçalves

7.Quadrilheiros da Maia

Freguesia: Águas Santas	Quadrilheiro: Gonçalo Eanes²⁸
Quadrilha	
Fernão Eanes Seu filho Fernão Eanes Afonso Pires João Gonçalves Francisco Eanes Joane Eanes Pedro Domingues Joane Eanes Domingos Eanes Francisco Pires	Fernão Lopes Pedro Eanes, tecelão Manuel Pires Gonçalo Eanes Joane Eanes Rodrigo Pires António Pires João Eanes Brás Pires Pedro Eanes

²⁶ A. H. M. P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 191v.

²⁷ A. H. M. P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 199.

²⁸ A. H. M. P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 157.

Freguesia: Labruge	Quadrilheiro: André Eanes, lavrador ²⁹
Quadrilha	
Gonçalo Rodrigues João Gonçalves Pedro Brás João Gonçalves Joane Eanes Outro, João Gonçalves Gonçalo Eanes João Alvares Outro, João Alvares João Novo	Fernão Alvares João Martins Afonso Rodrigues João Domingues Gonçalo Fernandes Pêro Eanes Joana Eanes João Pires Sebastião Gonçalves João Gonçalves

Freguesia: Gemunde	Quadrilheiro: Baltazar Correia ³⁰
Quadrilha	
João Fernandes Sebastião Fernandes Salvador Afonso João Afonso Diogo Pires Gonçalo Martins António Gonçalves Pedro Pires Diogo Fernandes Joane Eanes Pedro Domingues André Domingues	Francisco Gonçalves Joane Eanes Pêro Eanes Domingos Eanes Pedro Gonçalves Jerónimo Eanes Pedro Afonso Martim Gonçalves Gonçalo Eanes Frutuoso Afonso João Afonso

Freguesia: S. Pedro de Avioso	Quadrilheiro: Domingos Pires ³¹
Quadrilha	
Gonçalo Martins João Gonçalves António Pires Jorge Gonçalves Sebastião Gonçalves Diogo Eanes João Pires Estevão Pires Joane Eanes Outro Joane Eanes	André Alvares Gonçalo Eanes Gonçalo Fernandes Joane Eanes Francisco Pires Domingos Eanes Martim Brás Manuel Gonçalves <i>ilegível</i> Afonso Brás Eanes

²⁹ A. H. M. P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 157v.

³⁰ A. H. M. P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 158.

³¹ A. H. M. P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 158.

Freguesia: Fornelo	Quadrilheiro: Afonso Eanes³²
Quadrilha	
Fernão Afonso	Manuel Pires
Joane Eanes	João Martins
Gonçalo Eanes	Manuel Martins
Pedro Gonçalves	Joane Eanes
João Martins	Afonso Alvares
André Martins	Jorge Pires
Afonso Fernandes	Afonso Eanes
Martim Eanes	Joane Eanes
Domingos Martins	António Pires
Fernão Eanes	Gonçalo Afonso
Estevão Martins	Afonso Brás
João Pires	Afonso Gonçalves
Gonçalo Eanes	Joane Eanes

Freguesia: Guilhabreu	Quadrilheiro: Martim Gonçalves³³
Quadrilha	
Gonçalo Gonçalves	Gonçalo Fernandes
Aires Afonso	Antão Eanes
João Martins	Sebastião Pires
Pêro Eanes	Outro Sebastião Pires
Gonçalo Afonso	João André
João Martins	Francisco Eanes
André Gonçalves	Outro Francisco Eanes
Joane Eanes	Pedro Fernandes
João da Maia	João Rodrigues
Sebastião Martins	Gonçalo de Abreu
Gonçalo Eanes	João Gonçalves
Gonçalo Eanes, doente	Sebastião Gonçalves
Frutuoso Eanes	Gonçalo Gomes
Francisco Gonçalves	

³² A. H. M. P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 159.

³³ A. H. M. P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 159v.

Freguesia: Alvarelhos	Quadrilheiro: Gonçalo Eanes³⁴
Quadrilha	
<i>ilegível</i> Pires João Gonçalves Sebastião da Costa Fernão da Costa Gonçalo <i>ilegível</i> Pedro Eanes Sebastião Pires João Gonçalves Joane Eanes Pedro da Costa	Tomé Afonso André Martins Afonso Gonçalves João Martins Gonçalo Afonso António Eanes André Afonso Martim Alvares André Brás

Freguesia: Nogueira	Quadrilheiro: Luís Brás³⁵
Quadrilha	
Joane Eanes João Pires Afonso Eanes Jorge Eanes Pedro Gonçalves Joane Eanes João Eanes, o novo Gonçalo Pires Gonçalo Eanes João Eanes	João Martins Sebastião Martins Fernão Luís João Eanes João Eanes, seu filho Álvaro Martins Afonso Martins Outro Afonso Martins Afonso Gonçalves

Freguesia: S. Cristovão do Muro	Quadrilheiro: João Afonso, lavrador³⁶
Quadrilha	
Afonso Rodrigues Afonso Eanes Frutuoso Gonçalves Pedro Afonso João Gonçalves Pêro Eanes Duarte de Matos Francisco de Matos António Eanes Frutuoso Eanes	Afonso Pires Sebastião Gonçalves Amador Fernandes Sebastião Martins Afonso Gonçalves Sebastião Gonçalves Pedro Gonçalves João Eanes Afonso Eanes Gonçalo Pires

³⁴ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 162.

³⁵ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 163.

³⁶ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 163v.

Freguesia: S. Salvador de Moreira	Quadrilheiro: Domingos Martins³⁷
Quadrilha	
Gonçalo Eanes Alvaro Eanes António Gonçalves António Gonçalves Jerónimo Alvares João Martins Joane Eanes Gonçalo António Manuel Gonçalves Gabriel Álvares	Cristovão Alvares Jorge Afonso Jorge Alvares Diogo Pires Pedro Brás Afonso Eanes Álvaro Eanes Pedro Afonso João Afonso Pedro Brás

Freguesia: S. Tiago de Bougado	Quadrilheiro: João Afonso³⁸
Quadrilha	
António Eanes Sebastião Gonçalves Afonso Eanes Pantalião Gonçalves Pedro Pires João Gonçalves António Afonso Pedro Afonso Gonçalo Afonso Jerónimo Pires	Pedro Fernandes João Afonso Jerónimo Afonso Joana Eanes Francisco Eanes João Afonso Gonçalo Pires Gonçalo Gonçalves Gonçalo Pires Gonçalo <i>ilegível</i> Pantalião Dinis

Freguesia: S. Silvestre de Couço	Quadrilheiro: Gonçalo Eanes³⁹
Quadrilha	
João Afonso Joane Eanes Outro João Afonso Gonçalo Eanes João Martils Francisco Afonso Afonso Alvares Joane Eanes Diogo Gonçalves Domingos Gonçalves Afonso Gonçalves Afonso Martins Pêro Eanes Bartolomeu Gonçalves	Outro Domingos Gonçalves André Gonçalves Sebastião Gonçalves Domingos Gonçalves Pêro Eanes João Pires Domingos Pires Afonso Pires João Pires Pedro Vasques João Brás António Martins André Afonso Pedro Brás

³⁷ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 164.

³⁸ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 164v.

³⁹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 165.

Freguesia: S. Pedro de Fins	Quadrilheiro: Amador Fernandes⁴⁰
Quadrilha	
Gabriel Fernandes António Afonso Diogo Martins Rafael Pires Aires Afonso João Pires André Afonso Afonso Eanes Amador Pires Pedro Afonso	Manuel Afonso Rodrigo Martins Sebastião Martins João Álvares Jorge Vasques Joane Eanes Manuel Álvares Sebastião Gonçalves João Martins João Afonso

Freguesia: S. Martinho de Bougado	Quadrilheiro: José Afonso⁴¹
Quadrilha	
Fernão Gomes Domingos Gonçalves António Afonso João Sebastião Gonçalo Vasques João Álvares Gonçalves Vasques João Rodrigues Gonçalo Eanes Francisco Gonçalves	Brás Eanes Gonçalo Eanes Sebastião Pires Pedro Jorge Afonso Vasques João Vasques Afonso Eanes Amador Costa Aires Gomes Gabriel Gonçalves

Freguesia: Sta. Maria de Avioso	Quadrilheiro: Antão Pires⁴²
Quadrilha	
Pedro Pires Duarte Afonso João Pires Domingos Pires Miguel Afonso Brito Martins Antão Pires Jorge Afonso Afonso Eanes Gonçalo Pires Gonçalo Afonso	Pedro Brás Pedro Domingues Manuel Afonso João Pires João Francisco João Fernandes Brás Afonso Pedro Domingues Domingos Eanes <u>ilegível</u> Eanes

⁴⁰ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 165.

⁴¹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 166.

⁴² A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 166

Freguesia: Vila Nova	Quadrilheiro: Duarte Domingos⁴³
Quadrilha	
Gonçalo Gonçalves Gonçalo Eanes Joana Eanes Sebastião Domingues Cristovão Martins Pedro Vasques Domingos Gonçalves João Domingues João Pires	Jorge Brás Sebastião Martins Brás Eanes Gonçalo Lopes Joana Eanes João Afonso João Fernandes Joana Eanes João Pires

Freguesia: Lavra	Quadrilheiro: João Alvares de Cabanelas⁴⁴
Quadrilha	
João Gonçalves Pêro Eanes António Eanes Joana Eanes João Matos Jorge Martins Pedro Afonso Ilegível Gonçalo Gonçalves João Novo	Pêro Eanes Ilegível Domingues Bartolomeu Eanes Outro João Novo Jorge Gonçalves Gonçalo Afonso Gonçalo Álvares Gonçalo Gonçalves António Eanes Diogo Domingues

Freguesia: S. Lourenço de Asmes	Quadrilheiro: Francisco Domingues⁴⁵
Quadrilha	
João Fernandes Duarte Afonso Duarte Pires Gonçalo Afonso <i>ilegível</i> Eanes João Pires Domingos Eanes João Eanes Pedro Gonçalves João Gonçalves Outro João Gonçalves	<i>ilegível</i> Gonçalves Joana Eanes Afonso Gonçalves Joana Eanes Gonçalo Eanes Salvador Fernandes Gonçalo Eanes Domingos Eanes Gonçalo Eanes Pedro Gonçalves

⁴³ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 167.
⁴⁴ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 167v.
⁴⁵ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 168.

Freguesia: Águas Santas	Quadrilheiro: Pantalião Pires⁴⁶
Quadrilha	
André Martins Cristovão Fernandes João Domingues Pêro Eanes Francisco Afonso João Martins Manuel Pires Estevão Eanes Gomes Eanes Joana Eanes João Pires	António Gonçalves Afonso Eanes João Pires Pedro Gonçalves António Vasques André Eanes Afonso Fernandes Gonçalo Pires Gabriel Domingues Estevão Fernandes

Freguesia: Folgosa	Quadrilheiro: João Pires⁴⁷
Quadrilha	
Gonçalo Gomes Pedro Pires João Afonso João Domingues Pedro Afonso Gonçalo de Avelar João Pires Afonso Eanes Pedro Pires Sebastião Álvares João Eanes João Eanes de Cête Gonçalo Álvares	Diogo Fernandes Gonçalo Eanes Pêro Eanes João Afonso João Luís Pedro Pires João Afonso João Eanes Gonçalo Afonso Pantaleão Pires Joana Eanes Pêro Eanes

Freguesia: Folgosa	Quadrilheiro: Afonso Gonçalves⁴⁸
Quadrilha	
Gonçalo Eanes João Gonçalves Afonso Eanes Outro Afonso Eanes Gonçalo Gonçalves Brás Pires Baltazar Gonçalves João Martins Pedro Martins Gonçalo Pires Pedro Pires	Pedro Gomes Domingos Eanes Cristovão Gonçalves João Martins Sebastião Martins António Pires Afonso Pires Afonso Domingues Lobo Gonçalves Fernão de Afonso Domingos Pires

⁴⁶ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 169.

⁴⁷ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 169v.

⁴⁸ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 170.

Gonçalo Alvares	Sebastião Gonçalves
-----------------	---------------------

Freguesia: Barca	Quadrilheiro: Gonçalo Afonso ⁴⁹
Quadrilha	
João Gonçalves Gonçalo Afonso Martim Afonso Diogo Domingues Gaspar Fernandes Domingos Alvares Joane Eanes Joane Domingues Lopo Alvares Francisco Alvares	Afonso Gonçalves Jorge Eanes Gonçalo Eanes Afonso Eanes Joane Eanes Pedro Rodrigues Gonçalo Eanes Afonso Eanes João Afonso

Freguesia: Moreira	Quadrilheiro: João Gonçalves ⁵⁰
Quadrilha	
Gonçalo Gonçalves Gonçalo <i>ilegível</i> Gonçalo Gonçalves Pedro Domingues Sebastião Gonçalves Pedro Domingues, o Novo Fernão Eanes Gonçalo Gonçalves Diogo Teixeira Gonçalo <i>ilegível</i>	Cristovão Gonçalves Gaspar Gonçalves Gonçalo Eanes Gonçalo Pires João Gonçalves Sebastião Pires Pêro Eanes João Gonçalves João Fernandes João Pires

⁴⁹ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 188.
⁵⁰ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 201.

8. Quadrilheiros de Penafiel

Freguesia: Marecos	Quadrilheiro: André Fernandes⁵¹
Quadrilha:	
João Afonso João Pires Pedro Gonçalves Gonçalo Pires João Gonçalves Brás Eanes Diogo Domingues Gonçalo Eanes João Gil Pedro Gonçalves	João Gonçalves Pantalião Gonçalves Pedro Gonçalves Joane Eanes Afonso Gonçalves Gonçalo Jorge João Pires Jorge Gonçalves Brito Martins Joane Eanes

Freguesia: Casquonha	Quadrilheiro: Gonçalo Pires⁵²
Quadrilha:	
Domingos Gonçalves Gonçalo Gonçalves Afonso Eanes Gonçalo Eanes Joane Eanes António Gonçalves Jorge Eanes António Gonçalves Outro António Gonçalves	Brito Gonçalves Gonçalo Gonçalves Pedro Domingues João Álvares Gonçalo Eanes Brás Domingues António Pires António Domingues

Freguesia: Valpedre	Quadrilheiro: Gonçalo Eanes⁵³
Quadrilha:	
Diogo Gonçalves Pedro Afonso João Afonso João Pires Gonçalo Afonso Francisco Gonçalves Jorge Gonçalves João Pires Pêro Eanes Joane Eanes	Gonçalo Eanes Pedro Gonçalves Gonçalo Eanes João Gonçalves Francisco Fernandes Lourenço Gonçalves Castro Gonçalves Pedro Gonçalves Brito Gonçalves Gonçalo Eanes

⁵¹ A. H. M. P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 180.
⁵² A. H. M. P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 198.
⁵³ A. H. M. P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 201.

Freguesia: Guilhufe	Quadrilheiro: Pedro Gonçalves ⁵⁴
Quadrilha:	
Pêro Eanes Gonçalo Gonçalves Gonçalo Gonçalves, o Velho Manuel Pires Afonso Gonçalves Gonçalo Domingues Joane Eanes João Gonçalves Jorge Eanes António Gonçalves Gonçalo Fernandes	Jorge Eanes João Gonçalves Jorge Eanes Pedro Domingues João Gonçalves Jorge Domingues Gonçalo Eanes João Gonçalves Pantalião Fernandes Sebastião Pires

Freguesia: Santa Marta	Quadrilheiro: Gaspar Gonçalves ⁵⁵
Quadrilha:	
João Martins Pêro Eanes Pêro Eanes, o Velho Gonçalo Eanes Bartolomeu Domingues Brás Eanes Brito Pires Brás Pires	Gonçalo Gonçalves João Luís João Pires Afonso Gonçalves João Gonçalves Fernão Eanes João André

Freguesia: Capela de <i>ilegível</i>	Quadrilheiro: Gonçalo Pires ⁵⁶
Quadrilha:	
João Lopes Gonçalo Eanes Afonso Eanes Gonçalo Domingues Joane Eanes Outro Joane Eanes Domingos Domingues Pedro Afonso Francisco Eanes Lourenço Gonçalves Gonçalo Domingues	Francisco Eanes Francisco Lopes Belchior Domingues Manuel Afonso Afonso Domingues Gonçalo Gonçalves Gonçalo Eanes João Afonso André Pires Rodrigo Gonçalves

⁵⁴ A. H. M. P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 202.

⁵⁵ A. H. M. P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 202v.

⁵⁶ A. H. M. P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 205.

Freguesia: Vila Cova de Vez de Avis	Quadrilheiro: Pedro Afonso ⁵⁷
Quadrilha:	
Marques Martim Gonçalo Gonçalves Gabriel Afonso Pêro Eanes Gonçalo Gonçalves Joane Eanes Gonçalo Eanes João Gonçalves João Pires Outro João Pires	Gonçalo Fernandes Fernão Pires André Eanes Fernão Pires André Pires Manuel Fernandes António Pires Gonçalo Eanes Fernão Eanes Pêro Eanes

Freguesia: Couto de Fonte Arcada	Quadrilheiro: Gonçalo Afonso ⁵⁸
Quadrilha:	
Brás Eanes Diogo Eanes João Gonçalves João Lourenço Diogo Fernandes João Vasques Gaspar Gonçalves Jorge Eanes Pedro Gonçalves Gonçalo Afonso Diogo Eanes Diogo Fernandes Gonçalo Gonçalves	Jerónimo Pires Manuel Pires João Pais António Domingues Gonçalo Eanes Gonçalo Eanes, o velho Brito Gonçalves Luís Eanes Fernão Gonçalves Gonçalo Luís João Fernandes <i>ilegível</i> Afonso

Freguesia: Luzim	Quadrilheiro: Pêro Eanes de <i>ilegível</i>
Quadrilha:	
Brás Gonçalves João André Afonso Eanes Brás Gonçalves Fernão Domingues Domingos Fernandes Pêro Eanes Belchior Fernandes Gonçalo Gonçalves Gonçalo Fernandes Afonso Brás	Manuel Brás Gonçalo Pires Gomes Domingues André Gonçalves Gaspar Fendes Fernão de Alvares António Gonçalves André Gonçalves João Gonçalves Manuel Afonso

⁵⁷ A. H. M. P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 205v.

⁵⁸ - A. H. M. P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 206.

9. Quadrilheiros de Refojos

Freguesia: Pena Maior	Quadrilheiro: Pedro Eanes ⁵⁹
Quadrilha	
Afonso Pires	Gonçalo Eanes
António Afonso	Estevão <i>ilegível</i>
Jerónimo Afonso	João Gonçalves
João Pires	Afonso Gonçalves
João Fernandes	Afonso Gonçalves do <i>ilegível</i>
António Afonso	Brás Afonso
Salvador Pires	Diogo Eanes
Manuel Gonçalves	Gonçalo Afonso
Diogo de Souto	Gonçalo Eanes
João Gonçalves	Gonçalo Afonso

Freguesia: S. Cristovão	Quadrilheiro: Afonso Lopes ⁶⁰
Quadrilha	
António Gonçalves	Sebastião Carneiro
Gonçalo Gonçalves	Francisco Pires
João Brás	João Carneiro
Gonçalo Carneiro	Francisco Gonçalves
Francisco Gonçalves	Gonçalo Gonçalves
Gil Pires	Francisco Dias
Gil Eanes	João Gonçalves
Joane Eanes	Gil Eanes
Diogo Dias	Gonçalo Gonçalves
Gonçalo Gonçalves	João Gonçalves

Freguesia: S. Cristovão	Quadrilheiro: João Gonçalves ⁶¹
Quadrilha:	
Gonçalo Gil	João Pires
Rodrigo Gil	Pedro Carneiro
Joane Eanes	Afonso Gil
Gonçalo Gil de Vila Verde	Estevão Luís
Sebastião Gil	João Gonçalves
Gonçalo Eanes	Gonçalo Gonçalves
João Dias	João Gonçalves
Joane Eanes	Gaspar Afonso

⁵⁹ A. H. M. P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 155.

⁶⁰ A. H. M. P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 212.

⁶¹ A. H. M. P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 212v.

Freguesia: Reguenga	Quadrilheiro: Jorge Eanes ⁶²
Quadrilha:	
Gonçalo Alvares Francisco Gonçalves Napoleão Gonçalves Gonçalo Eanes Gonçalo Gonçalves Jorge Eanes João Gonçalves João Pires Gaspar Gonçalves João Dinis	Gonçalo Pires Gaspar Pires Francisco Pires Antão Gil Cristovão Gonçalves Pedro Gonçalves Francisco Eanes João Gonçalves Diogo Dias

Freguesia: Monte Córdova	Quadrilheiro: Gonçalo Eanes ⁶³
Quadrilha:	
Pedro Eanes Pedro Gonçalves João Pires Pedro Eanes João <i>ilegível</i> António Pires Gonçalo Afonso Salvador Fernandes João Gonçalves Joane Eanes Sebastião Afonso	Gonçalo Afonso Brito Pires João Pires Brito Alvares João Alvares Gonçalo Afonso António Alvares Gonçalo Pires Jorge Lourenço João Alvares

Freguesia: Monte Córdova	Quadrilheiro: Gabriel Gonçalves ⁶⁴
Quadrilha:	
Sebastião Pires Domingos Gonçalves Gonçalo Eanes João Afonso Gonçalo Alvares Diogo Gonçalves João Alvares Joane Eanes Sebastião Fernandes Fagundo Gonçalves	Diogo Pires Afonso <i>ilegível</i> Brito Fernandes Gonçalo Fernandes Gonçalo Eanes Joane Eanes Afonso Eanes Afonso Eanes <i>ilegível</i> Dias Jorge Eanes Gonçalo Eanes

⁶² A. H. M. P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 213.

⁶³ A. H. M. P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 214v.

⁶⁴ A. H. M. P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 213v.

Freguesia: Monte Córdova	Quadrilheiro: Rafael Pires⁶⁵
Quadrilha:	
Diogo Pires Manuel Gonçalves Gonçalo Eanes Gonçalo Fernandes Pêro Eanes João Martins Pedro Gonçalves <i>ilegível</i> Pedro Martins Salvador Alvares	<i>ilegível</i> Eanes João Fernandes O Filho João Fernandes Gonçalo Eanes Gonçalo Fernandes Pedro Afonso <i>ilegível</i> Afonso Gonçalves Gonçalo Eanes

Freguesia: S. Tomé	Quadrilheiro: João de Figueiró⁶⁶
Quadrilha:	
Gaspar Gonçalves António Fernandes João Vasques Álvaro Pires Brito Pires Gonçalo Gonçalves João de <i>ilegível</i> <i>ilegível</i> Pedro Fernandes Gonçalo Eanes	Joane Eanes Brito Gonçalves Gil Vasques Manuel Gonçalves Jorge Pires João Fernandes Afonso Pires Fernão Gonçalves <i>ilegível</i> João Alvares

Freguesia: <i>ilegível</i>	Quadrilheiro: Diogo Pires⁶⁷
Quadrilha:	
Jorge Gonçalves Pedro <i>ilegível</i> Pedro Afonso Joane Eanes Pedro Pires Pêro Eanes Joane Eanes Pêro Eanes João Afonso Álvaro Gonçalves Francisco Alvares	Pedro Pires Joane Eanes Gonçalo Dias João Alvares Luís Gonçalves Pêro Eanes Gonçalo Eanes Joane Eanes Francisco Gonçalves Martim Alvares João Pires

⁶⁵ A. H. M. P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 214.

⁶⁶ A. H. M. P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 214v.

⁶⁷ A. H. M. P., *Vereações*, Lv. 15, fl. 220.

Fontes e Bibliografia

FONTES

1 – Impressas:

Forais Manuelinos da Cidade e Termo do Porto Existentes no Arquivo Municipal ed. De CRUZ, António Augusto Ferreira, Porto, G.H.C., 1940, pp. 3 – 45.

Ordenações Afonsinas (reprodução “fac-símile” da edição feita na Real Imprensa da Universidade de Coimbra, em 1792), 5 Vols., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

Ordenações Manuelinas (reprodução “fac-símile” da edição feita na Real Imprensa da Universidade de Coimbra, em 1797), 5 vols., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

Privilégios dos Cidadãos da Cidade do Porto ed. de CASTRO, Armando de, Lisboa, Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1987.

SOUSA, Frei Luís de – *Anais de D. João III*, Vol. I, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1938.

“Vereações”. *Anos de 1390 – 1395. O mais antigo dos Livros de Vereações do Município do Porto existentes no seu Arquivo*, ed. de BASTO, A. de Magalhães, Porto, G.H.C., 1940.

“Vereações”. Anos de 1401 – 1449. O segundo livro de Vereações do Município do Porto existente no seu Arquivo, ed. de FERREIRA, J. A. Pinto, Porto, C.M.P./G.H.C., 1980.

“Vereações”. 1431 – 1432 (Com o quadro cronológico e índice dos livros anteriormente publicados), ed. de MACHADO, João Alberto; DUARTE, Luís Miguel, Porto, Arquivo Histórico / C.M.P., 1985.

2 – Manuscritas

A.H.M.P., *Cofre dos Bens do Concelho*, Lv. 3.

A.H.M.P., *Compêndio Histórico e Legislativo da Cidade*.

A.H.M.P., *Livro A*.

A.H.M.P., *Livro B*.

A.H.M.P., *Provisões*, Lvs. 1 e 2.

A.H.M.P., *Sentenças*, Lvs. 1 e 2.

A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15.

BIBLIOGRAFIA

1. Obras Auxiliares de Metodologia

COSTA, Padre Avelino de Jesus da – *Normas Gerais para Transcrição e Publicação de Documentos e Textos Medievais e Modernos*, 2ª ed., Braga, 1982.

MACHADO, José Pedro – *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa com a mais antiga documentação escrita e conhecida de muitos dos vocábulos estudados*, 2 Vols., S/l, Ed. Confluência, S/d.

MARQUES, A. H. de Oliveira – *Cidades Medievais Portuguesas (Algumas bases metodológicas gerais)*. “Revista de História Económica e Social”, nº 9, Jan. – Jul. de 1982, pp. 1 – 16.

--- *Guia do Estudante de História Medieval*, 3ª ed., Lisboa, Ed. Estampa, 1988.

SILVA, António de Moraes – *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, 10ª ed., 12 vols., Lisboa, Ed. Confluência, 1941.

VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa – *Elucidário das palavras termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e hoje regularmente se ignoram (ed. Crítica por Mário Fiúza)*, 2 vols., Porto/Lisboa, Lv. Civilização, 1962.

2. Estudos

ANDRADE, Amélia Aguiar – *Composição Social e Gestão Municipal: O Exemplo de Ponte de Lima na Baixa Idade Média*, “Ler História”, nº 10, Lisboa, Ed. Salamandra, 1987, pp. 3 – 15.

--- *Um Espaço Urbano Medieval: Ponte de Lima*. Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

ANDRADE, Monteiro de – *Plantas Antigas da Cidade – séc. XVIII primeira metade do séc. XIX*, Ed. C. M. P., Porto, 1943.

AZEVEDO, João Lúcio de – *Elementos para a História Económica de Portugal – Séculos XII a XVII* (Int. de Jorge Borges de Macedo), Lisboa, Ed. Inapa, 1990.

BARROS, Henrique Gama – *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, 2ª Ed., Tomo X, Lisboa, Lv. Sá da Costa, S/d.

BASTO, Artur de Magalhães – *Apontamentos para um dicionário de artistas e artificies que trabalharam no Porto, do séc. XV ao séc. XVIII* – Porto C. M. P. s/data.

--- *Da participação dos Mesteres no Governo Municipal do Porto*. S/I, Gab. de Divulgação da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, 1951.

--- *Descrição Topográfica e História da Cidade do Porto*, 2ª ed., Livraria Progredior, 1945.

--- *Desenvolvimento Topográfico da Cidade (Séculos XII a XV)* in PERES, Damião; CRUZ, António (dir. de) *História da Cidade do Porto*, Vol. I, Porto, Portucalense Editora, 1965, 116-185.

--- *Os diversos Paços do Concelho da Cidade do Porto* in “*Vereações*” – *Anos de 1390-1395*, Porto, C.M.P., S/d, pp.247-306.

--- *Moralidade e Costumes Portuenses no Século XVI* (Extracto do fasc. III, t. II, dos “Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia”). Porto, Imprensa Portuguesa, 1925.

--- *O Porto e a sua evolução sob o aspecto sanitário*. Porto, Imprensa Social, 1936.

--- *O Porto Medieval (Ensaio Histórico – topográfico)* in *Congresso do Mundo Português*, Vol. II, Lisboa, 1940, pp. 675-708.

BEIRANTE, Maria Ângela B. da Rocha – *Espaços Públicos nas Cidades Medievais : Santarém e Évora* in *A Cidade. Jornadas Inter e Pluridisciplinares*, Vol. II, Lisboa, Universidade Aberta, 1993, pp. 67-69.

--- *O Resgate de Cativos nos Reinos de Portugal e Algarve (Séc. XII – XV)* in *Actas das Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*, Lisboa, Câmara Municipal de Loulé, 1989, pp. 273-282.

--- *Santarém Medieval*. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1980.

--- *Santarém Quinhentista*. Lisboa, Lv. Portugal, 1981.

BRAGA, Alberto Vieira – *Administração Seiscentista do Município Vimaranesense*. Guimarães, C.M.G., 1953.

BRAUDEL, Fernand – *Civilização Material, Economia e Capitalismo. Séculos XV – XVIII. As Estruturas do Quotidiano: O Possível e o Impossível*, Tomo I, Ed. Teorema, S/d.

BRITO, António Pedro da Costa Mesquita de – *João Martins Ferreira: a família e a propriedade in Um Mercador e Autarca dos Séculos XV – XVI: O Arquivo de João Martins Ferreira* (Roteiro da Exposição). Porto, A.H.M.P., 1996, pp.13-19.

--- *Patriciado Urbano Quinhentista: As famílias dominantes do Porto (1500-1580)* – Tese de mestrado policopiada. Porto, 1991.

CAETANO, Marcelo – *A administração Municipal de Lisboa durante a 1ª Dinastia (1179-1383)*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1981.

--- *A antiga organização dos mesteres da cidade de Lisboa*. Introdução à obra de LANGHANS, Franz-Paul – *As Corporações dos Ofícios Mecânicos. Subsídios para a sua história*, Vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1943, pp. XI-LXXIV.

CARVALHO, Sérgio Luís – *Cidades Medievais Portuguesas. Uma Introdução ao seu Estudo*. Lisboa, Livros Horizonte, 1989.

CASTRO, Armando de (Int. de) – *Privilégios dos Cidadãos da Cidade do Porto*. Lisboa. Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1987.

COELHO, Maria Helena da Cruz – *Apontamentos sobre a comida e bebida do campesinato coimbrão em tempos medievais in Homens, Espaços e Poderes (Séculos XI – XVI). I – Notas do Viver Social*. Lisboa, Livros Horizonte, 1990, pp. 9-22.

--- *O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média*, 2ª Ed., Vol. I, S/I, Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1989.

--- “*Entre Poderes*” – *Análise de Alguns Casos na Centúria de Quatrocentos* (Sep. Da “Revista da Faculdade de Letras – História”, II Série, Vol. VI). Porto, 1989.

--- *A Mulher e o Trabalho nas Cidades Medievais Portuguesas in Homens, Espaços e Poderes (Séculos XI – XVI). – Notas do Viver Social*. Lisboa, Livros Horizonte, 1990, pp.37-59.

COELHO, Maria Helena da Cruz ; MAGALHÃES, Joaquim Romero de – *O Poder Concelhio das Origens às Cortes Constituintes*. Coimbra, CEFA, 1986.

CONDE, Manuel Sílvio Alves – *Tomar Medieval. O Espaço e os Homens*. Cascais, Patrimónia Histórica, 1996.

COSTA, Adelaide Lopes Pereira Millan da – *Traços de Interação Conflitual in A Cidade. Jornadas Inter e Pluridisciplinares*, Vol. I, Lisboa, Universidade Aberta, 1993, pp.155-164.

--- *Um paradigma da arte de bem governar o burgo in A Cidade. Jornadas Inter e Pluridisciplinares*, Vol. I, Lisboa, Universidade Aberta, 1993, pp.155 – 164.

--- “*Vereação*” e “*Vereadores*” – *O Governo do Porto em Finais do Século XV*. Porto, Arquivo Histórico / C.M.P., 1993.

COSTA, Padre Agostinho Rebelo da – *Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto*, 2ª ed., Porto, Livraria Progredior, 1945.

CRUZ, António – *A Actividade das Instituições: a reforma do foral, a reorganização da casa dos Vinte e Quatro* in PERES, Damião; CRUZ, António (dir. de) *História da Cidade do Porto*, Vol. II, Porto, Portucalense Editora, 1965, pp. 163 – 184.

--- *Da Organização dos Mesteres do Porto* (conf. Realizada na Biblioteca Municipal do Porto em 22 de Fevereiro de 1956), Lisboa, Gab. de Divulgação da Fundação para a Alegria no Trabalho, S/d.

--- *A Defesa dos Privilégios da Cidade* in PERES, Damião.

--- *História da Cidade do Porto*, Vol. II, Porto, Portucalense Editora, 1965, pp. 163 – 184.

--- “*O Porto Seiscentista*”, ed. C.M.P., Porto, 1943.

--- *Os Mesteres do Porto. Subsídios para a história das antigas corporações dos ofícios mecânicos*. Porto, Ed. do Sub-secretariado de estado das corporações e previdência social, 1947.

--- *Velho Burgo – Alguns aspectos, figuras e casos do Porto Antigo*, ed. Livraria Simões Lopes, Porto 1953.

DIAS, José João Alves – *A Comunicação entre o Poder Central eo Poder Local. A Difusão de uma Lei no século XVI*. In *Actas das Jornadas sobre o Município na Península Ibérica (Séculos XII a XIX)*, Vol. I, Santo Tirso, Ed. Da Câmara Municipal de Santo Tirso, 1988, pp. 1 – 17.

DUARTE, Luís Miguel – *Justiça e Criminalidade no Portugal Medieval (1459 – 1481)* – Tese de Doutoramento policopiada – Vol. I, Porto, 1993.

--- *Um burgo medieval que muda de senhor. Episódios da vida do Porto medieval*, “Ler História”, nº 5, Lisboa, 1985, pp. 3 – 16.

DUARTE, Luís Miguel; BARROCA, Mário Jorge – *Porto in Atlas das Cidades Medievais Portuguesas*. Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1990.

FERREIRA, Cristina Isabel de Oliveira Gomes – *A vereação da cidade do Porto: 1512 – 1514*, Porto, F.L.U.P., Dissertação de mestrado, 1997.

FERREIRA, J. A. Pinto – *Visitas de Saúde às Embarcações entradas na Barra do Douro nos Séculos XVI e XVII*, A. H. M. P., 1997.

FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Gerir e Julgar em Guimarães no Século XV. Subsídios para o estudo dos Ofícios Públicos*. Guimarães, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta / C.M.G., 1993.

--- *Uma rua de elite na Guimarães medieval (1376 – 1520)*. Guimarães, C.M.G., 1989.

FERRO, João Pedro – *Alenquer Medieval (Séculos XII – XV)*. Cascais, Patrimonia Histórica, 1996.

FREITAS, Eugênio da Cunha e – *Os Portuenses na Corte in Duas Cidades ao Serviço de Portugal – Subsídios para o Estudo das Relações de Lisboa e Porto durante Oito Séculos*, Vol. II, Porto, Ed. Município do Porto, 1947, pp. 33 – 69.

--- *Os Bispos Senhores da Cidade: de D. Pedro Afonso a D. Gil Alma* in PERES, Damião; CUZ, António (dir. de) *História da Cidade do Porto*, Vol. I, Porto, Portucalense Editora, S/d., pp.249 – 297.

GODINHO, Vitorino Magalhães – *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, 2ª Ed., Vol. IV, Lisboa, ED. Presença, S/d.

GONÇALVES, Iria – *Defesa do Consumidor na cidade medieval: Os produtos alimentares (Lisboa – Séculos XIV – XV)* in *Um olhar sobre a cidade medieval*, Cascais, Patrimonia Histórica, 1996, pp. 97 – 116.

--- *As finanças Municipais na Segunda Metade do Século XV*. Porto, Arquivo Histórico / C.M.P., 1989.

--- *Para o Estudo da Área de Influência do Porto nos Fins do Século XIV* (Sep. Da “Revista da Faculdade de Letras de Lisboa”, IV Série, nº 2, 1978). Lisboa, 1978.

--- *Posturas Municipais e Vida Urbana na Baixa Idade Média: o exemplo de Lisboa*. “Estudos Medievais”, nº 7, 1986, pp. 135 – 173.

HESPANHA, António Manuel – *História das Instituições. Épocas Medieval e Moderna*. Coimbra, Livraria Almedina, 1982.

--- *Os “Homens da Governança” do Município do Porto desde 1428 até 1949* in Boletim Cultural, Vol. XII, Porto, C.M.P., 1949, pp. 278 – 340.

LOBO, A. de Sousa Silva e Costa – *História da Sociedade em Portugal no Século XV*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1903.

LOUREIRO, J. Pinto – *A Administração Coimbrã no Século XVI*. Coimbra, Ed. Biblioteca Municipal, 1942.

MACHADO, Maria de Fátima Pereira – *O Porto de D. Manuel a D. João III* – Tese de mestrado policopiada, Porto, 1997.

MAGALHÃES, Joaquim Romero de – *A Estrutura das Trocas* in MATTOSO, José (dir. de) *História da Portugal – No Alvorecer da Modernidade*, Vol. III, S/I, Ed. Estampa, 1993, pp. 315 – 353.

--- *As Estruturas Sociais de Enquadramento da Economia Portuguesa do Antigo Regime: Os Concelhos* in “Notas Económicas”, Coimbra, nº 4, Novembro de 1994, pp. 30 – 47.

--- *D. João III* in MATTOSO, José (dir. de) *História de Portugal – No Alvorecer da Modernidade*, Vol. III, S/I, Ed. Estampa, 1993, pp. 530 – 540.

--- *D. Manuel I* in MATTOSO, José (dir. de) *História de Portugal – No Alvorecer da Modernidade*, Vol. III, S/I, Ed. Estampa, 1993, pp. 521 – 530.

--- *Os Concelhos* in MATTOSO, José (dir. de) *História de Portugal – No Alvorecer da Modernidade*, Vol. III, S/I, Ed. Estampa, 1993, pp.175 – 185.

MARÇAL, Horácio – *O Rio da Vila e a Vila (Sep. Das Actas do IV Colóquio Portuense de Antropologia)*. Porto, Ed. Maranus, 1965.

MARQUES, A. H. de Oliveira – *Introdução à História da agricultura em Portugal – A questão cerealífera durante a Idade Média*, 2ª Ed. Cosmos, 1970.

--- *Portugal Quinhentista*. Lisboa, Quetzal Editores, 1987.

--- *A Sociedade Medieval Portuguesa. Aspectos da Vida Quotidiana*, 3ª Ed., Lisboa, Lv. Sá da Costa, 1974.

MARQUES, José – *A Administração Municipal de Mós de Moncorvo, em 1439*, “Brigantia – Revista de Cultura”, Bragança, Vol. V, nº 2, 3 e 4, Abr. – Dez. de 1985, pp. 515 – 560.

--- *A Administração Municipal de Vila do Conde em 1466* (Sep. Da Revista “Bracara Augusta”, Vol. XXXVII, fasc. 83 – 84, Jan. – Dez. de 1983). Braga, 1983.

--- *A Assistência aos Peregrinos, no Norte de Portugal, na Idade Média* (Sep. Da “Revista História”, Vol. XV). Porto, C.H.U.P., 1991.

--- *A Assistência no Norte de Portugal nos Finais da Idade Média* in “Revista da Faculdade de Letras – História”, II Série, Vol. VI, Porto, 1986, pp. 11-93.

MATIAS, Ana Luísa B. P. M. – *O Porto em 1533 – actas de Vereação da Cidade*. Dissertação de mestrado, policopiada, F.L.U.P., 1999.

MATTOSO, José – *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal*, 2 vos; Lisboa, Ed. Estampa, 1991.

MONTEIRO, João Gouveia – *Os Castelos Portugueses dos Finais da Idade Média. Presença, Perfil, Conservação, Vigilância e Comando*, Ed. Colibri, F.L.U.C., 1999.

MOREIRO, Domingos A. – *Freguesias da Diocese do Porto. Elementos Onomásticos Alt-Medievais*. I Parte., in separata do Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto, pp. 130 – 221.

MORENO, Humberto Baquero – *A Acção dos Almocreves no Desenvolvimento das Comunicações Inter-regionais Portuguesas nos Finais da Idade Média*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1975.

--- *Alguns Aspectos da Marginalidade Social na Cidade do Porto nos Fins da Idade Média* (Sep. Da “Revista da Faculdade de Letras – História”, II Série, Vol. V). Porto, 1988.

--- *A navegação e a actividade mercantil no Entre – Douro e Minho*, in “Revista de História”, II série, volume IX, F.L.U.P., 1992.

--- *A Evolução do Município em Portugal nos Séculos XIV e XV in Actas das Jornadas sobre o Município na Península Ibérica (Secs. XII a XIX)*, Vol. I, Santo Tirso, Ed. Câmara Municipal de Santo Tirso, 1988, pp. 75 – 141.

--- *A Manutenção da Ordem Pública no Porto Quatrocentista* (Sep. Da “Revista de História”, Vol. II). Porto, C.U.U.P., 1979.

--- *Marginalidade e Conflitos Sociais em Portugal nos Séculos XIV e XV*, Lisboa, Ed. Presença, 1985.

--- *As Oligarquias Urbanas e as Primeiras Burguesias em Portugal*, “Revista da Faculdade de Letras – História”, II Série, Vol. XI, Porto, 1994, pp. 111 – 136.

--- *A organização militar em Portugal nos séculos XIV e XV*, in “Revista de História”, II série, volume VIII, F.L.U.P., 1991, pp. 29 – 42.

--- *O Poder Real e as Autarquias Locais no Trânsito da Idade Média para a Idade Moderna* (Sep. “Anais”, II Série, Vol. 31). Lisboa, 1986.

--- *A Presença dos Corregedores nos Municípios e os Conflitos de Competências (1322 – 1459)* – (Sep. Da “Revista História”, Vol. IX). Porto, C.H.U.P., 1989

--- *A representação do concelho de Caminha junto ao poder central em meados do século XV*, in “Revista de História”, II Série, volume VI, F.L.U.P., 1989, pp. 95 – 104.

--- *A representação do concelho de Guimarães nas Cortes de Lisboa de 1446*, in *Revista de História*”, II série, volume I, F.L.U.P., 1984, pp. 7 – 18.

--- *A vereação do concelho de Ponte de Lima em 1446*, Separata da “*Revista de Ciências do Homem*”, Universidade de Lourenço Marques, volume VI, série A, 1974.

--- *O mercado na Idade Média (o caso de Torre de Moncorvo)*, in “*Estudos de História de Portugal*, vol. I – sec. X-XV. Homenagem a A. H. de O. Marques”, Lisboa, Ed. Estampa, 1982.

--- *Os juizes, vereadores, funcionários e homens bons do município de Serpa, em 1441*, Separata da “*Revista de Ciências do Homem*”, volume V, série A, Universidade de Lourenço Marques, 1972.

--- *Os municípios portugueses nos séculos XIII a XVI – Estudos de História*, Lisboa, Ed. Presença, 1986 (in Col. “*Métodos*”, nº 22).

--- *O poder local entre a tradição e a inovação em meados do século XV*, in “*Revista de História*”, vol. X, Porto, I. N.-I. C. / Centro de História da Universidade do Porto, 1990, pp. 9-16.

--- *Portugal: do Mediterrâneo ao Atlântico, no século XV*, in “*Revista de História*”, II série, volume XIII, Porto, 1996, pp. 187 – 203.

MOURA, Álvaro de Mendonça Machado de Araújo Gomes de – *Alguns Séculos de Administração Sanitária na cidade do Porto e seu Termo* (Sep. De “*Boletim da Assistência Social*”). Lisboa, 1945.

--- *As Muralhas do Porto* in “Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais”, nº 5, Porto, Set. de 1936.

OLIVEIRA, António de – *A Vida Económica e Social de Coimbra*, 2 Vols., Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1978.

OLIVEIRA, J. M. Pereira de – *O Espaço Urbano do Porto. Condições Naturais e Desenvolvimento*, Vol. I, Coimbra, Instituto da Alta Cultura / Centro de Estudos Geográficos, 1973.

PASSOS, Carlos de – *As Muralhas do Porto* in “Associação Cultural Amigos do Porto”, 3ª Série, nº 11, Porto, 1993, pp. 11 – 30.

PERES, Damião – *A Vida Social* in PERES, Damião, CRUZ, António (dir. de) *História da Cidade do Porto*, Vol. .II, Porto, Portucalense Editora, 1965, pp. 30 – 45.

PINA, Luís de – *Instituições de Bemfazer e Actividades Culturais* in PERES, Damião; CRUZ, António (dir. de) *História da Cidade do Porto*, Vol. II, Porto, Portucalense Editora, 1965, pp. 429 – 516.

--- *A Medicina Portuense no Século XV. Alguns Breves Capítulos* (Sep. Do “Studium Generale”, Vol. VII). Porto, Centro de Estudos Humanísticos, 1960.

RAU, Virgínia – *Os Brandões do Porto* (Sep. do “Boletim Cultural” da Câmara Municipal do Porto, Vol. XXI, fasc. 3, 4). Porto, 1959.

--- *Estudos Sobre a História do Sal Português*. Lisboa, Ed. Presença, 1984.

--- *Rumos e Vicissitudes do Sal Português nos Séculos XIV a XVIII* (Sep. da “Revista da Faculdade de Letras de Lisboa”, III Série, nº 7). Lisboa, 1963.

REIS, Henrique Duarte e Sousa – *Apontamentos para a verdadeira História antiga e moderna da cidade do Porto*, Vol. VI, Porto, Manuscritos Inéditos da Biblioteca Municipal do Porto, 1872.

RIBEIRO, João Pedro – *Memória Sobre a Economia dos Juizes de Primeira Instância no Reino desde o Governo dos Reis de Leão* (Sep. das “Dissertações Cronológicas e Criticas”, Tomo V, Nº XXV).

RIBEIRO, Victor- *A Vida Lisboaeta nos Séculos XV e XVI. Pequenos Quadros documentais. Peditórios e Pedintes* in “Arquivo Histórico Portuguez”, Vol. VIII, Lisboa, S/ed., 1910, pp. 308 – 337.

RODRIGUES, José Damião – *Poder Municipal e Oligarquias Urbanas: Ponta Delgada no Século XVII*. Ponta Delgada no Século XVII. Ponta Delgada, Univ. dos Açores, 1992.

RODRIGUES, Maria Teresa Campos – *Aspectos da Administração Municipal de Lisboa no Século XV* (Sep. da “Revista Municipal”, nº 101 – 109). Lisboa, S/d..

RODRIGUES, Teresa Ferreira – *As Estruturas Populacionais* in MATTOSO, José (dir. de) *História de Portugal – No Alvorecer da Modernidade*, Vol. III, S/I, Ed. Estampa, 1993, pp. 197 – 241.

SÁ, Isabel Cristina G. Sanches – *A Assistência aos Expostos no Porto. Aspectos Institucionais (1519 – 1838)*. Tese de mestrado policopiada. Porto, 1987.

SANCEAU, Elaine – *A Ordenança no Porto no Reinado de D. João III*. Porto, C.M.P., 1967.

SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto e o seu Termo (1580 – 1640). Os Homens, as Instituições e o Poder*, 2 Vols., Porto, Arquivo Histórico / C.M.P., 1988.

--- *Tempos Modernos* in RAMOS; Luís A. de Oliveira (dir. de) *História do Porto*, 2º Ed., Porto, Porto Editora, 1994, pp. 256 – 375.

--- *Venalidade e Hereditariedade dos Ofícios Públicos em Portugal nos Séculos XVI e XVII. Alguns aspectos* in “Revista de História”, Vol. VIII, INIC / C.H.U.P., 1988, pp. 203 – 213.

SILVA, Maria João Branco Marques da - *Aveiro Medieval*. Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro, 1991.

SOARES, Torquato de Souza – *Subsídios para o Estudo da Organização Municipal da Cidade do Porto durante a Idade Média*, Barcelos, S/ed., 1935.

--- *A Organização Municipal do Porto dos Séculos XII a XIV* in PERES, Damião; CRUZ, António (dir. de) *História da Cidade do Porto*, Vol. I, Porto, Portucalense Editora, 1965, pp. 305 – 371.

--- *A Organização Municipal do Porto no Tempo do Infante D. Henrique* (Sep. do “Studium Generale” do Centro de Estudos Humanísticos). S/I., 1960.

SOUSA, Armindo de – *A Governação de Braga no Século XV (1402 – 1472) – História resumida de uma experiência fracassada* in Actas do IX Centenário da Sé de Braga, Braga, 1990, pp. 589 – 616.

--- *Conflitos entre o Bispo e a Câmara do Porto nos meados do século XV*, Porto, C.M.P., 1983.

--- *As Cortes Medievais Portuguesas (1385 – 1490)*, Vol. I, Porto, INIC / C.H.U.P., 1990.

--- *Tempos Medievais* in RAMOS; Luís A. de Oliveira (dir. de) *História do Porto*, 2º Ed., Porto, Porto Editora, 1994, pp. 120 – 375.

TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *Os Judeus em Portugal no Século XV*, 2 Vols., Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1982.

--- *Para o Estudo do Pobre em Portugal na Idade Média*, “Revista de História Económica e Social”, nº 11, Jan. – Jul. de 1983, pp. 29 – 54.

--- *Pobres, Minorias e Marginais; Localização no Espaço Urbano in A Cidade. Jornadas Inter e Pluridisciplinares*, Vol. I, Lisboa, Universidade Aberta, 1993, pp. 149 – 151.

--- *A Política Municipal de Saúde Pública (Séculos XIV – XV)*, “Revista de História Económica e Social”, nº 19, Jan. – Abr. de 1987, pp. 17 – 32.

TORRES, Ruy d'Abreu – *Mamposteiros* in SERRÃO, Joel (dir. de) *Dicionário de História de Portugal*, VII, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971, p. 898.